

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais

A Escola de Sargento das Armas: um estudo sociopolítico
sobre a formação de praças do exército

Aline Prado Atassio
Orientador: Marco Antonio Villa

Tese apresentada ao PPGCSO – DCSO da
UFSCar para obtenção de título de doutora

São Carlos, 2012

Aline Prado Atassio

A Escola de Sargento das Armas: um estudo sociopolítico sobre a formação
de praças do exército

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos para
obtenção do título de doutora

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

A862es

Atassio, Aline Prado.

A Escola de Sargento das Armas : um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército / Aline Prado Atassio. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
217 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Organização militar (forças armadas). 2. Militares. 3. Escolas militares - Brasil. 4. Sargento. I. Título.

CDD: 322.5 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Aline Prado Atassio

25/04/2012

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getúlio Vargas / FGV

Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Universidade Estadual Paulista / UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 13:30h no dia 25/04/2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Homologado na CPG-PPGCSO na

____ª. Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Igor José de Benó Machado
Coordenador do PPGCSO

Dedicada a Marco Alberto Peres (in memoriam)

Agradecimentos

São muitas as pessoas que merecem meus agradecimentos durante estes cinco anos em que trabalhei na tese. Em primeiro lugar agradeço meus pais, Carlos e Lucia e meu irmão Marcel, por me apoiarem em todos os momentos difíceis e incentivarem incessantemente durante todo o período do meu estudo, desde a graduação. Aos meus amigos – são tantos – nem tenho palavras para dizer o quão importante foram. Agradeço ainda o meu orientador, Marco Villa, que durante sete anos se fez presente e muito contribuiu para meu avanço intelectual. Sinceros agradecimentos aos membros da banca, pelo aceite e pelas contribuições durante a defesa. Agradeço por fim à FAPESP, pois graças ao apoio financeiro pude realizar meu trabalho com tranquilidade e frequentar eventos científicos pelo Brasil e fora dele.

“Por detrás das árvores não se escondem
faunos, não.
Por detrás das árvores escondem-se os
soldados
com granadas de mão.

As árvores são belas com os troncos
dourados.
São boas e largas para esconder soldados.

Não é o vento que rumoreja nas folhas,
não é o vento, não.
São os corpos dos soldados rastejando no
chão.

O brilho súbito não é do limbo das folhas
verdes reluzentes.
É das lâminas das facas que os soldados
apertam entre os dentes.

As rubras flores vermelhas não são
papoilas, não.
É o sangue dos soldados que está vertido
no chão.

Não são vespas, nem besoiros, nem
pássaros a assobiar.
São os silvos das balas cortando a
espessura do ar.

Depois os lavradores
rasgarão a terra com a lâmina aguda dos
arados,
e a terra dará vinho e pão e flores
adubada com os corpos dos soldados.

GEDEÃO, António.
Poema da Terra Adubada
In: Linhas

Resumo

Este trabalho visa descobrir quem são e o que desejam os futuros sargentos, formados pela Escola de Sargentos das Armas (EsSA). O trabalho aborda um tema pouco estudado nas Ciências Sociais brasileira, que é o próprio sargento, daí sua importância.

Dentre os enfoques do trabalho estão a história dos sargentos, a formação desses ao longo do tempo e o cotidiano dos alunos da EsSA. O estudo apresenta estatísticas que visam mostrar a origem social dos alunos e entrevistas que apresentam as histórias dos alunos e suas aspirações com a carreira.

Para a realização desta tese vários métodos científicos foram utilizados, como a pesquisa bibliográfica, as entrevistas semi-dirigidas, estatísticas e a pesquisa de campo. O resultado da pesquisa nos mostrou que os sargentos são, em sua maioria, advindos de famílias de classe baixa, vindos da região sul e sudeste, com idade entre dezenove e vinte e cinco anos, sem parentes militares e com ensino médio concluído, porém sem grandes oportunidades de avançar nos estudos e garantir uma carreira fora do Exército. Isso comprova a tese de que o Exército serve, historicamente, como um meio de ascensão social daqueles que se encontram mais abaixo da pirâmide social brasileira.

Palavras chave: Organização militar (forças armadas). Militares. Escolas militares - Brasil. Sargentos.

Abstract

This research aims at finding out about the perspectives of the future sergeants of the Armed Force, graduated by the Escola de Sargento das Armas (EsSa). There are few studies about sergeants within the Brazilian Social Science, therefore the importance of this research.

Among the general focus of this research are the sergent history, their academic education within time and the quotidian os EsSa students. The study presents statistics that aims at showing the students' social origin and interviews that present the students' history and their longing about their career.

We have used several scientific methods to conclude this theses, such as bibliographical research, semi-directed interviews, statistics and field research. The

result has showed that most of the sergeants are from low class families, from the south and south-west parts of Brazil, with age rate between 19 and 25 years-old, without militares parents and high-scholl graduated. However, they don't show either greater oportunities of advance in theis studies neither possibilities of garante a career outside the Arm. This confirms the theses that the Arm is used, historically, as a mean of social scaling form those that are in the lower part of Brazilian social pyramid.

Keywords: Military Organization (Armed Force). Militaries. Militaries Schools – Brazil. Sergeants.

Sumário

Introdução.....	10
Revisão Bibliográfica	12
Capítulo 1 – A Escola de Sargento das Armas (EsSA): uma volta pelo mundo dos sargentos	17
1A- A Denominação da Escola dos Sargentos das Armas: Caso do Sargento Max Wolff Filho	20
1B- A configuração interna da EsSA: homenagens e distinções	26
Capítulo 2 – A formação do <i>habitus</i> militar.....	46
2A- Objetivando o campo dos militares: definição e problematização	49
2B- A Constituição de um estilo de vida próprio: o capital militar	52.
2C- Distinção de capitais entre oficiais e praças: a aceitação da subordinação como fator essencial na formação do <i>habitus</i> dos sargentos.....	59
2D – A mobilidade social entre militares do exército: o papel do <i>habitus</i> na reprodução social	65
Capítulo 3 – Revisão histórica: os praças no Brasil	70
3A – A negatividade histórica dos praças na história brasileira: resquícios de um sistema cruel	73
3 B – As revoltas de praças: tentativas frustradas de participação política	79
3C – “Sargento também é povo”: As rebeliões de sargentos na década de 60 ...	85

Capítulo 4 – A Origem Social dos Sargentos: uma lacuna	94
4A- Análise das estatísticas	95
Capitulo 5 – A pesquisa de campo: diálogo com os militares.....	122
5A- A primeira incursão na EsSA: entrevistas	131
5B- A segunda visita à EsSA: nova conversa com os militares	154
5C- Terceira incursão à EsSA: um novo olhar sobre o mundo dos sargentos ..	191
Considerações Finais	209
Bibliografia.....	215

Introdução

*“Somos um corpo adestrado,
Das outras armas guiando os movimentos,
Com alegria, somos um grupo ajustado
Nós formamos a Escola de Sargentos”
Excerto do Hino da EsSA*

A atividade militar representou por muito tempo na sociedade brasileira uma via de ascensão social àqueles que pertenciam ao estrato mais baixo da pirâmide social. As escolas militares proporcionavam ensino de qualidade aos que nelas ingressassem. O prestígio, a garantia do emprego ao término do curso, assim como a remuneração do estudante militar, fizeram desta uma das ocupações mais procuradas no Brasil na primeira metade do século XX.

Atualmente é recorrente a afirmação de que o exercício da função militar estaria passando por uma crise de identidade ocasionada pelos constantes questionamentos sobre o papel dos militares no contexto pós-Guerra Fria¹. Segundo o artigo 142 da Constituição Nacional de 1988, o papel das Forças Armadas (FFAA) é defender a pátria, garantir os poderes constituídos e, se solicitadas por qualquer um deles, garantir também a lei e a ordem².

A nova ordem internacional, o novo contexto político nacional, bem como a redefinição dos conceitos de segurança e defesa nacional estão no centro desta crise

¹ O questionamento do papel dos militares já constituía tema central dos discursos militares quando da VIII Conferência dos Exércitos Americanos, proferida em 1966 em Buenos Aires. De acordo com o discurso do Coronel Octávio Costa: “é tão persuasiva a doutrinação sobre a pretensa inutilidade dos exércitos que muitos de nós mesmos (militares), como que abalados na confiança de nossa destinação, nos pomos a justificar um papel a desempenhar, como se já não fossemos indispensáveis à segurança de nossas nações. *Esta é uma das razões, creio eu, pelas quais procuramos dar ênfase àquilo que se convencionou chamar de ‘ação cívica’, nem sempre sincera, e tantas vezes feita para disfarçar ou compensar o que realmente devemos fazer*”(In: Coelho, Edmundo Campos *Em busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. grifo nosso).

² Jorge Zaverucha (2005) afirma que “Ordem não é um conceito neutro e sua definição operacional em todos os níveis do processo de tomada de decisão política envolve escolhas que refletem as estruturas políticas e ideológicas dominantes. Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos. Além do mais tal artigo não especifica se a lei é constitucional ou ordinária”.

sofrida pelos militares. O investimento em defesa externa nos países em desenvolvidos e sem riscos iminentes de guerra, como o Brasil, chegou a ser considerado injustificável, assim como a aplicação de recursos na formação de soldados e no desenvolvimento de tecnologias de guerra.

Pensando nesta questão, o governo nacional, em 1996, definiu pela primeira vez na história do país, uma Política Nacional de Defesa (PND)³, cujos objetivos principais eram o de eliminar o enfoque de segurança nacional⁴, redefinindo a área de atuação das FFAA e melhorar as relações civis-militares. Assim, as FFAA passaram a participar de “atividades subsidiárias”, as quais incluía ações voltadas para a integração nacional e defesa civil, a participação em missões de paz das Nações Unidas, bem como atividades voltadas para o desenvolvimento econômico e proteção da Amazônia, ou ainda, ao combate do tráfico de drogas⁵. Em 2003, Ministério da Defesa, em parceria com o Governo Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia e Banco Central do Desenvolvimento (BNDES), iniciaram um ciclo de palestras no qual estavam envolvidas autoridades civis e militares, entre elas intelectuais e ministros de Estado, para discutirem sobre a defesa nacional, demonstrando a atualidade do tema e as preocupações que a indefinição do papel das FFAA vêm gerando nas autoridades nacionais (J.R. de Almeida Pinto et alli, 2004).

Em 2004, a lei 117 instituiu novidades no assunto militares, trazendo nova sistemática para formação e atuação desses militares no Brasil, em especial dentro do território nacional, visando as atividades fronteiriças e urbanas. Em 2010 a lei foi

³ Santos, Maria Helena de Castro. *A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, no 54, fevereiro/2004

⁴ Com o fim da Guerra Fria o inimigo interno, representado pelos comunistas, deixou de constituir preocupação para as FFAA.

⁵ De Acordo com Charles Tilly (1996:291), “embora as guerras, guerrilhas e outros tipos de luta continuem a ocorrer com bastante frequência, muitos estados não enfrentam qualquer ameaça militar séria do exterior. Isso significa que os exércitos têm pouca perspectiva de ir à guerra. Especializam-se no controle interno”.

atualizada, ganhando novo texto e definindo, assim, mudanças permanentes para o próximo período.

Todavia, as instituições militares temem que a crise acima referida venha a se refletir na captação de quadros novos para as FFAA, fato este que levou estas autoridades a expandirem o uso dos meios de comunicação como forma de atrair os jovens para a carreira militar. É comum vermos na mídia propagandas incitando os jovens a se alistarem para a Marinha, Exército ou Aeronáutica. Aspectos subjetivos como sentimento de nacionalidade, amor à pátria e ao próximo, além de apelos objetivos como, por exemplo, a defesa do meio ambiente e o auxílio médico à população que vive em regiões desfavorecidas do país são sempre citados, mas qual é a real motivação dos jovens ao procurarem a carreira militar, em especial a carreira de sargento das armas?

Revisão Bibliográfica

A escolha do objeto estudado nesta pesquisa não foi por acaso. Ao realizar um mapeamento da bibliografia sobre estudos militares, seja no Brasil ou no exterior, não encontramos referências consistentes sobre a formação de sargentos, suas atribuições e sua história. Assim, a opção pelo estudo da Escola de Sargento das Armas tinha objetivos claros: conhecer uma das duas instituições que forma sargentos do Brasil⁶, realizar um mapeamento sócio-econômico dos indivíduos que ingressam na instituição, acompanhar um pouco do cotidiano da Escola e entrevistar os futuros sargentos para tomar ciência das motivações e aspirações com a carreira escolhida.

⁶ A outra escola responsável pela formação de praças encontra-se localizada no Rio de Janeiro.

A distinção básica entre oficiais e praças pode ser feita com base na teoria de Samuel Huntington e da própria definição do Exército brasileiro sobre as duas atividades. Segundo Huntington (1996), “a oficialidade é o elemento dirigente ativo da estrutura militar e é responsável pela segurança militar da sociedade”, enquanto que os praças são os elos de ligação entre o comando e a tropa, ou seja, não exercem função dirigente, mas sim de comando de tropa, e estão em contato direto com o estrato mais baixo da hierarquia militar, os soldados. Outra definição pode ser dada pela leitura dos textos de Leirner (1997, 2001) sobre a hierarquia nas instituições militares. Para este autor, a realidade militar é classificada por um mecanismo conhecido como hierarquia, que opera através de uma seqüência de patentes e divide os militares em dois grupos: oficiais e praças. A distinção principal entre estes dois grupos é o que os diferencia na relação de comando e obediência, dado que oficial é o profissional militar que ingressa na academia militar para ser preparado para funções de comando na administração da violência, enquanto os praças são treinados para executar a aplicação das ordens dos oficiais.

A revisão bibliográfica realizada permitiu a constatação de que os oficiais são estudados no seu cotidiano e em momentos de guerra e suas escolas de formação já foram exploradas pela literatura, e detrimento dos praças e de suas escolas, até hoje não estudadas.

Um dos estudos pioneiros e até hoje referência para os estudos militares foi escrito por Samuel Huntington em 1957. Neste livro, o autor aborda, entre tantas outras, questões como a relação civis-militares e o profissionalismo militar. Além disso, adota a posição teórica em que o oficialato é tratado como profissão.

Em 1960, Morris Janowitz escreveu um estudo social e político sobre os militares, onde além da questão da profissionalização dos Exércitos, dedica parte do

estudo às origens sociais e motivações profissionais daqueles que ingressaram na carreira militar dos EUA.

Entretanto, no Brasil, a discussão sobre os militares era ainda limitada a poucos pesquisadores. O interesse da sociologia não havia despertado para a instituição militar e esta não era vista como objeto legítimo de estudo. Em 1971, em meio ao regime militar, o brasileiro Alfred Stepan, mapeou a composição social do Exército brasileiro, o papel institucional destes na política e a relação entre civis e militares. Depois de Stepan alguns pesquisadores brasileiros, dentre os quais encontramos Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho, despertaram para a importância do estudo dos militares além das fronteiras de atuação política destes, entretanto, poucas linhas destes trabalhos foram dedicadas aos praças.

Os estudos mais recentes sobre militares no Brasil foram realizados pela antropologia social, em uma busca pela compreensão da estrutura organizacional, pelos aspectos internos da corporação e pela história, com enfoque para a participação dos militares brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Celso Castro (1990), após pesquisa de campo na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), escreveu um estudo antropológico sobre esta escola, onde a visão do “nativo” sobre a instituição militar dita o tom do trabalho. A identidade militar e sua construção, bem como o universo simbólico destes, são os pontos principais do trabalho de Castro e revelaram para nós civis, uma faceta desconhecida desta instituição tão fechada em si própria.

Em outro estudo realizado com base em dados obtidos na mesma academia militar por Castro (1993)⁷, o autor tenta derrubar o mito dos militares como representantes da classe média. Contudo, a carência de dados e a deficiência destes não conseguiram dissipar por completo tal teoria, mas colaborou sobremaneira para a

⁷ Castro, Celso. *A origem social dos militares*. Novos Estudos Cebrap: São Paulo (37), 1993.

averiguação do que já era uma suspeita entre os estudiosos militares: a maioria dos cadetes da Academia era composta de filhos de militares e advinham das escolas militares e preparatórias. Este estudo contribuiu para a construção do perfil do oficialato nacional.

Em 1997, Piero Leirner publicou um estudo antropológico sobre a hierarquia militar, um dos pilares da instituição, e nos mostrou como este princípio foi construído e permanece inalterado mesmo com a modernização das FFAA.

Recentemente alguns livros tratando da temática dos praças foram publicados. Um deles, de grande importância por tratar exclusivamente de praças foi escrito por Paulo Parucker e lançado em 2009. “Praças em pé de guerra” trata do movimento político ocorrido entre os anos de 1961 e 1964 que envolveu os subalternos do EB. O texto consegue suprir a ausência de dados consistentes sobre a atuação de praças em geral neste importante episódio da história brasileira, que culminou com a Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963.

Outra importante e recente literatura sobre praças foi escrita por Cesar Campiani Maximiano. “Barbudos, sujos e fatigados. Soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial” (2010) faz uma análise rica em dados estatísticos e relatos de homens que serviram a FEB. Neste livro o autor consegue fazer um ótimo mapeamento do perfil dos praças do EB nos anos 40, levantando dados como escolaridade, região de procedência e condições físicas.

Entretanto, nenhuma dessas literaturas citadas acima possui o mesmo caráter que pretendemos alcançar com esta tese. Mas, claramente, o que pretende o presente estudo?

Transitando entre a sociologia, a antropologia e a política, a tese pretende inovar colocando os praças, especificamente os sargentos, como objeto central de estudo, realizando um mapeamento da instituição mais importante na formação de sargentos do

EB – a Escola de Sargento das Armas (EsSA) – e assim desvendar quem são seus componentes, qual a pretensão desses futuros sargentos, por que escolheram a carreira de sargento das armas e o que significa realmente se tornar um sargento.

Capítulo 1- A Escola de Sargento das Armas (EsSA): uma volta pelo mundo de formação dos sargentos

[..] e não só ele aparecia solto e livre como até elevado ao posto de sargento, o que já não é no exército pouca coisa.
Manuel de Almeida. “Memórias de um sargento de milícias”

As instituições militares de ensino são nacionalmente conhecidas por suas características como a disciplina e a hierarquia, bem como por manterem o padrão de ensino que as consagrou no passado. A preocupação dos militares com a formação de seus alunos não é desmedida, afinal, é através do ensino militar que a organização forma e renova seus quadros, perpetuando e reproduzindo o papel institucional dos militares e os seus valores.

Existem diferenças substanciais entre as escolas de formação de praças e de oficiais (incluindo aqui as outras Forças – Marinha e Aeronáutica), com relação ao tipo de ensino e a formação que receberão os novos militares. Não obstante encontrarem-se subordinadas a uma mesma diretoria, que é a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), estas escolas seguem linhas de ensino diversas que buscam proporcionar diferentes tipos de formação, as quais variam conforme a função para a qual o militar será destinado e, no caso do Exército, são subordinadas ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Não obstante estas distinções, não é de interesse deste trabalho realizar a comparação entre os diferentes estabelecimentos de ensino militar. O foco deste trabalho é o estudo da Escola de Sargento das Armas e os indivíduos que nela estudam e por ela são formados.

A Escola de Sargento das Armas (EsSA) nasceu em 21 de agosto de 1945 e teve sua origem na Escola de Sargentos de Infantaria. A instituição foi criada buscando uma expansão na formação de militares e, desta forma, visava formar sargentos de todas as Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e, anos mais tarde, Comunicações). Nos seus primeiros anos a EsSA funcionava no mesmo local em que a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, contudo, em 1950 foi transferida para a cidade de Três Corações, no interior de Minas Gerais, onde permanece até os dias de hoje⁸.

O ensino, fundamentalmente técnico, é ministrado de forma prática, o que significa que diariamente os alunos são submetidos a exercícios físicos e simulações de combates, aspectos da educação militar que, apesar de comuns a todos os estabelecimentos de ensino, recebem atenção especial na EsSA, seguindo o objetivo maior da Escola que é formar e aperfeiçoar combatentes, ou seja, aqueles militares que estarão no comando da tropa em uma situação de combate, contudo, não terão o poder de decisão sobre as estratégias a serem utilizadas, atividade esta realizada sempre por um oficial. Com relação ao ano de instrução, ele é dividido em dois períodos: o básico, com duração de 13 semanas, e o de qualificação, com 30 semanas. Ao final do básico e conforme seus méritos (que são avaliados através das notas e do comportamento), o aluno faz a opção pela Arma que deseja ingressar.

O cotidiano na Escola é organizado de maneira exigente, sendo que as programações iniciam-se às 6 horas da manhã, com a “alvorada”, e terminam às 22 horas, com o “toque de silêncio”. O regime é de internato, considerado o mais apropriado para o desenvolvimento dos valores e atitudes próprios dos militares, além da necessária capacitação profissional; assim o indivíduo vê-se completamente absorvido pela rotina da Escola. Os alunos são constantemente avaliados por testes

⁸ www.esa.ensino.eb.br, acesso em agosto de 2006.

físicos, psicológicos, disciplinares, de aptidão específica, além de intelectuais. Os resultados de tais testes acompanharão os militares por toda sua vida na caserna, definindo as promoções, as localidades onde servirão e postos de comandos que ocuparão.

A função primordial desta rígida rotina é socializar os novos militares, realizando a incorporação do *habitus* de classe nos alunos, ao mesmo tempo em que reproduz a classe enquanto grupo social que partilha do mesmo *habitus*. É através do *habitus* que a instituição militar busca sua conservação. A socialização significa, portanto, a inculcação do *habitus* militar nos indivíduos. *Habitus*, de acordo com Bourdieu (2007A) pode ser definido como “sistema de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente. “reguladas e “regulares” sem ser em nada produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto de ação organizadora de um maestro”

De tal monta, os novos alunos são submetidos assim a formas de agir, comportamento e valores que, após o processo de socialização, tornam-se tão interiorizados que passam a ser considerados óbvios, naturais e quase instintivos, fazendo parte assim do *ethos* militar. O *ethos* pode ser resumidamente definido como princípios ou valores em estado prático, em oposição à ética, que seria a forma teórica e codificada da moral. Esse *ethos*, tomado como forma interiorizada e inconsciente de moral, regularia a conduta cotidiana dos agentes.

1A- A denominação da Escola de Sargento das Armas:

Casa do Sargento Max Wolff Filho

A EsSa recebeu, em agosto de 2006, uma denominação histórica que configura-se uma homenagem ao sargento Max Wolff Filho. Nascido em 1912, Max Wolff Filho foi expedicionário voluntário da FEB na 2ª Guerra Mundial, integrando a então 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria (11º RI), de São João Del Rey (MG).

O sargento tornou-se conhecido dos militares por seus feitos na Segunda Guerra, considerados exemplos de bravura e abnegação. Tornou-se um herói de guerra quando, em 12 de abril de 1945 recebeu a missão de reconhecer uma local denominado “terra de ninguém”, a região de Monte Forte e Biscaia. Novamente como voluntário, o sargento Wolff comandou a patrulha de reconhecimento, que foi constituída por 19 militares considerados exemplares e destacados.

Foi nesta missão que o sargento foi fatalmente atingido por uma rajada de metralhadora alemã, que o acertou na altura do peito. O sargento foi condecorado, após a sua morte, com as medalhas de Campanha de Sangue e Cruz de Combate, do Brasil e a medalha Bronze Star, dos EUA.

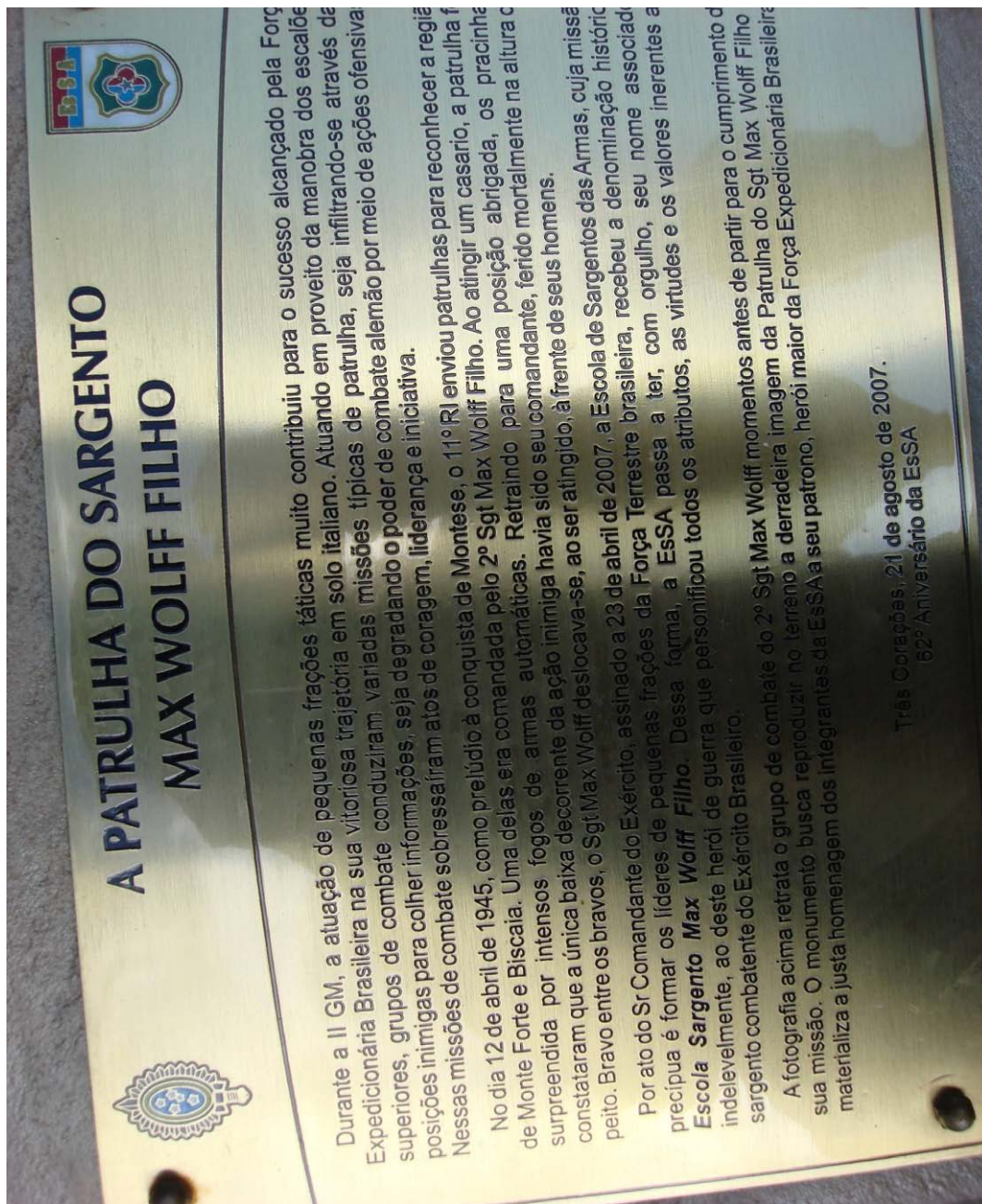
Na Escola de Sargento das Armas transformou-se em patrono. Há na Escola uma reprodução da última foto tirada do sargento e sua patrulha em vida, em forma de estátuas feitas por um artista local de Três Corações (foto1). O pátio da Escola recebeu o nome do sargento e além da placa de condecoração (foto 2A e 2b) há também uma estátua representando apenas o sargento em campanha (foto 3).



Foto 1 – O sargento Wolff e sua patrulha.



Foto2a: Placa de condecoração ao sargento Max Wolff Filho e sua patrulha.



A PATRULHA DO SARGENTO MAX WOLFF FILHO

Durante a II GM, a atuação de pequenas frações táticas muito contribuiu para o sucesso alcançado pela Força Expedicionária Brasileira na sua vitoriosa trajetória em solo italiano. Atuando em proveito da manobra dos escalões superiores, grupos de combate conduziram variadas missões típicas de patrulha, seja infiltrando-se através de posições inimigas para colher informações, seja degradando o poder de combate alemão por meio de ações ofensivas. Nessas missões de combate sobressaíram atos de coragem, liderança e iniciativa.

No dia 12 de abril de 1945, como prelúdio à conquista de Montese, o 11º RI enviou patrulhas para reconhecer a região de Monte Forte e Biscaia. Uma delas era comandada pelo 2º Sgt Max Wolff Filho. Ao atingir um casario, a patrulha foi surpreendida por intensos fogos de armas automáticas. Retirando para uma posição abrigada, os praticantes constataram que a única baixa decorrente da ação inimiga havia sido seu comandante, ferido mortalmente na altura do peito. Bravo entre os bravos, o Sgt Max Wolff deslocava-se, ao ser atingido, à frente de seus homens.

Por ato do Sr Comandante do Exército, assinado a 23 de abril de 2007, a Escola de Sargentos das Armas, cuja missão precípua é formar os líderes de pequenas frações da Força Terrestre Brasileira, recebeu a denominação histórica **Escola Sargento Max Wolff Filho**. Dessa forma, a EsSA passa a ter, com orgulho, seu nome associado indelevelmente, ao deste herói de guerra que personificou todos os atributos, as virtudes e os valores inerentes a sargento combatente do Exército Brasileiro.

A fotografia acima retrata o grupo de combate do 2º Sgt Max Wolff momentos antes de partir para o cumprimento de sua missão. O monumento busca reproduzir no leniço a derradeira imagem da Patrulha do Sgt Max Wolff Filho materializa a justa homenagem dos integrantes da EsSA a seu patrono, herói maior da Força Expedicionária Brasileira.

Três Corações, 21 de agosto de 2007.
62º Aniversário da EsSA

Foto2b: a Placa de condecoração



Foto3: O sargento Wolff Filho

No site da EsSa a história do sargento Wolff é contada com ares romancescos, reforçando a ideia de herói de guerra, de exemplo a ser seguido por todos os sargentos que serão formados ali naquela Escola:

A rajada de metralhadora rasgou o peito do Sargento MAX WOLFF FILHO. Instintivamente, ele juntou as mãos sobre o ventre e caiu de bruços. Não se mexeu mais. O tenente que estava no posto de observação apertou os dentes com força, mas não disse uma palavra. Quando perguntado se o homem que havia tombado era o Sargento Wolff, ele balançou afirmativamente a cabeça. Menos de uma hora antes, falara de sua filha, uma menina de 10 anos de idade, e de sua condição de viúvo. Pediu para que enviassem um bilhete com os dizeres: "Aos parentes e amigos. Estou bem. À querida filhinha, Papai vai bem e voltará breve". As últimas palavras do sargento a um dos soldados que lhe pedira uma faca e ele respondeu sorrindo: "Tedesco não é frango". Wolff havia partido com seus homens, por sebes e ravinas, percorrendo a denominada "Terra de Ninguém". O primeiro objetivo da patrulha eram três casas, a menos de um quilômetro, que foram atingidas às duas horas da tarde. O grupo cercou as construções em ruínas e o sargento empurrou com o pé a porta de uma delas, nada encontrando. Às duas e meia da tarde, a patrulha estava a menos de cem metros do último objetivo a ser atingido: um novo grupo de casas sobre uma lombada macia. O Sargento Wolff deu os últimos passos à frente. Então, uma rajada curta e nervosa rasgou o silêncio do vale e o sargento caiu de bruços sobre a grama. Os outros homens se agacharam, rápidos, e os alemães começaram a atirar, bloqueando a progressão dos brasileiros com uma chuva de granadas e tiros de metralhadoras. Lançaram, em seguida, foguetes luminosos, pedindo fogos de suas baterias. Minutos depois, os projeteis da artilharia nazista rasgavam o ar e explodiam no caminho percorrido pela patrulha. Por volta das dezenove horas, os homens da patrulha do Sargento MAX WOLFF FILHO retornaram ao PC do 11º RI. Mas ele ficara lá. Quando os padioleiros foram até a TERRA DE NINGUÉM recolher os corpos e os feridos, os nazistas os receberam com rajadas impiedosas. Muitos dos homens que voltaram tinham os olhos rasos de água. O Sargento estava morto. No estreito compartimento onde Wolff guardava seus pertences, estavam a condecoração que o General TRUSCOTT colocara em seu peito, poucos dias antes, a citação elogiosa do General MASCARENHAS e o retrato da filhinha, de olhos vivos e brilhantes

como os do pai. Tudo, agora, muito vago
(<http://www.esa.ensino.eb.br/historia/maxwolff/> 20/02/2008).

A transformação do sargento Max Wolff Filho em herói de guerra possui algo além do visível, um significado simbólico muito forte que se constitui na invenção de uma tradição exclusiva para os sargentos, que até então não tinham entre os heróis militares um representante dos praças. De acordo com Hobsbawm (1997, p.9): “por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

De tal forma, o que se pretende com a criação desta nova tradição é passar aos sargentos um ideal de conduta, valores e normas de comportamento compatível com a função que desempenham. Se antes de Wolff Filho os sargentos não tinham em quem se espelham, afinal os feitos de oficiais não seriam jamais alcançados por praças, que não exercem função de comando nem possuem a autonomia de generais e marechais, com a invenção do sargento herói de guerra alguns aspectos da vida dos praças foi estruturado, dando significação não a rotina dos sargentos (pois isto constitui-se um hábito) mas sim à simbologia que cerca esta profissão.

1B- A configuração interna da EsSA: homenagens e distinções

A Escola de Sargento das Armas possui um amplo espaço físico. Os prédios são freqüentemente pintados pois há uma verba anual destinada para a manutenção física da Escola, e as reformas acontecem sempre próximo ao período da formatura, quando familiares e amigos comparecem à Escola para o ritual de passagem. Quando da minha

chegada na EsSA pude comprovar este fato pois a Escola estava em transformação, com alunos trabalhando intensamente, pintando paredes, cortando grama, consertando a pavimentação ou o hotel de trânsito (foto 4)



No muro que fica ao lado do portão de entrada da Escola há um grande painel homenageando a Batalha de Guararapes (foto 5) um mito ainda muito presente dentro do imaginário do Exército. De acordo com a história oficial da instituição, Guararapes é considerada a batalha que deu origem ao Exército brasileiro no dia 19 de abril de 1648. A batalha, que na realidade ocorreu em duas etapas (19/04/1648 e 19/02/1649), foi travada na região do Montes Guararapes, ao sul de Recife (PE), entre tropas invasoras holandesas e tropas luso-brasileiras. O episódio conhecido como Insurreição Pernambucana colocou fim a batalha e os holandeses foram obrigados a se retirarem do solo brasileiro, rumo à Europa. Entretanto, tal fato não pode ser considerado o ponto de nascimento do exército nacional afinal o Brasil ainda não se constituía como um Estado-Nação. Todavia, isso não impede que os militares do exército utilizem a história de Guararapes desta forma, e assim a batalha possui, simbolicamente, grande representatividade para os integrantes da instituição, por isso em quase todos os estabelecimentos do exército há imagens que cultuam o referido momento histórico⁹.

⁹ Para saber mais sobre Guararapes ver Castro, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*, Zahar Editora, 2002.



Foto 5: A Batalha de Guararapes.

O saguão de entrada para o chamado “espaço cultural”, local onde estão localizados a biblioteca, as salas de estudo e de vídeo, deparamos com um busto de Duque de Caxias, que alias, denomina o espaço citado (foto 6). No chão onde o busto se encontra vemos também as insígnias da EsSA e de cada arma, com exceção da Comunicações pois esta é recente e a atualização no pátio ainda não havia sido realizada até o momento da pesquisa.



No centro da Escola existe uma praça, denominada Praça da Vitória (foto 7) que é uma homenagem ao Movimento de 1930, possuindo inclusive um grande monumento com a seguinte escritura: “Aos seus bravos tombados no cumprimento do dever. Homenagem do 4ª BCD” (Foto 8).



Foto 7: Placa que denomina a praça da Vitória



Foto 8: “Aos seus bravos tombados no cumprimento do dever”

Nesta praça encontramos ainda vários objetos de guerra, como o canhão anticarro da 148 DI alemã apreendido pela FEB, na campanha da Itália (Foto 9).



Foto 9: Canhão anticarro

Tanto os monumentos em homenagem à Revolução de 30 quanto a II Guerra Mundial visam homenagear os praças, em detrimento dos oficiais. De acordo com a tenente que foi minha oficial de ligação, havia uma sincera e justa reclamação dos praças e alunos da Escola com as denominações dadas aos pavilhões e com os bustos e

estatuas presentes na escola, pois só representavam grandes oficiais. Desta forma, a criação de uma praça que congregava homenagens à Revolução de 30, aos praças da FEB e principalmente ao Sargento Max Wolff Filho serviu como alento aos sargentos e alunos e conseguia exercer ainda a função de exemplo e aumento da auto-estima, pois demonstrava que o sargento é detentor de função dentro do Exército e possui importante papel na história do país.

Os pavilhões onde ficam alojados os alunos são divididos por armas. Ao longo do passeio pela Escola pude perceber que os alunos ostentam com orgulho os símbolos das armas pertencentes. A tenente ainda me alertou que há uma rivalidade entre os alunos que buscam provar qual a arma mais indispensável ao exército, a mais forte, a mais guerreira, a que guarda com mais perfeição o “espírito militar” e que esta disputa seria levada até os pavilhões, pois os alunos esforçavam-se para manterem os dormitórios e principalmente as fachadas das suas moradias em perfeitas condições, revelando assim asseio, amor à arma e ao exército, organização, disciplina entre outros atributos valorizados pelos militares.

A escolha da arma na EsSa não difere daquela que nos foi explicada por Castro (1990) quando este realizou pesquisa na AMAN: os melhores alunos escolhem as armas primeiro, pela classificação geral da Escola, e posteriormente, quando as vagas vão acabando, os últimos são enviados “compulsoriamente” a arma que ainda possuir vaga.

Cada arma possui uma função e representatividade dentro do exército, que são conhecidas e levadas em consideração na hora da escolha dos alunos. De acordo com Castro (1990, p.59),

o espírito das armas compõem um sistema classificatório que estabelece uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes “missões” de cada arma numa situação de combate (as atividades-fim) e os diferentes padrões de

conduta e personalidade mantidos na situação de não-combatente, no cotidiano

É assim que os alunos, pensando nas aptidões próprias, escolhem as armas e produzem com ela significação pessoal e um tipo específico de cultura que julgam melhor representar a si mesmos e ao grupo. Assim, cada arma compartilha não apenas regras de conduta, mas também canções, emblemas, patronos, entre outras simbologias.

A infantaria é a arma que tem o contato direto com o inimigo. Os alunos desta arma costumam dizer que para ser infante é preciso ter muita coragem e “não ter medo da ralação”. O infante precisa ter um bom desempenho físico para suportar as diversidades que poderá encontrar em caso de guerra, motivo pelo qual o treinamento físicos desta turma ocupam bastante do tempo dos alunos e são intensos. Os alunos de infantaria são conhecidos como os menos intelectualizados, os “mais burros”, no entanto são admirados pela coragem. É comum entre eles (pude notar isso nas visitas que fiz à EsSA) a competição para saber quem possui mais resistência física, disputando, por exemplo, quem realiza o maior número de abdominais em menos tempo. Estas brincadeiras acontecem após o expediente, quando os alunos já praticaram atividades físicas do dia e tiveram suas aulas.

A cavalaria atua reconhecendo o campo em incursões avançadas no campo do adversário. Além disso ela busca abrir espaços na linha inimiga para que a infantaria aja. Os atributos do cavalariano são parecidos com os dos infantes, de acordo com os alunos da Escola. A entrada do pavilhão da cavalaria na EsSA é ornada com um belo cavalo branco, símbolo máximo dos alunos desta arma, que afirmaram em entrevista que “o cavalariano tem que ser como o cavalo, forte e destemido” (foto 10)



Foto 10: Área de entrada da cavalaria

A Artilharia é a arma que apóia o cavaleiro e o infante. O obuseiro é aquele que prepara o “terreno” para o infante e o cavalariano, com tiros de obus (arma tipo canhão mas que realiza trajetória parabólica e não tem por finalidade acertar um alvo específico mas sim bombardear áreas com disparos seguidos até que a área esteja, no jargão dos

militares “saturada” e assim a incursão da cavalaria e da infantaria são facilitadas). O obuseiro não realiza as mesmas atividades físicas que os cavalarianos ou os infantés; seu trabalho é mais técnico, segundo os alunos da EsSA e exige precisão e meticulosidade. Na Escola os obuseiros são conhecidos pelo rigor com que tratam o pavilhão de sua arma. Logo na entrada do pavilhão, vemos o busto do patrono da arma, Marechal Emílio Luiz Mallet, com a insígnia atribuída ao marechal “Eles que venham, por aqui não passam” (foto 11). O lado externo também é ornado com a seguinte frase: “A Batalha não está perdida até que o último obuseiro se cale”. (foto12)



Foto 11: O patrono da artilharia, Marechal Emílio Luiz Mallet



Foto 12: Frase no muro da artilharia

As armas de engenharia e comunicações possuem pavilhões menos suntuosos e mais novos. (fotos 13)



Foto 13: Pavilhão do curso de Engenharia, idêntico ao do curso de Comunicações.

A engenharia não tem como função o combate especificamente, mas sim auxiliar principalmente os infantes (Castro, 1990, p.63) executando serviços braçais como o uso de explosivos e vencer obstáculos naturais impostos pelo campo onde a luta está sendo travada. Mas os alunos da arma sempre lembram que o engenheiro deve saber pensar rápido, ser ágil em suas decisões pois dele depende o prosseguimento da luta em momentos críticos como a derrubada de pontes para impedir o avanço do inimigo ou a construção dessas para garantir o avanço das tropas.

A última arma formada na EsSA e a mais recente de todas é a de comunicações. Esta é conhecida entre os seus alunos como a mais intelectualizada, pois se situa na retaguarda, “dando apoio técnico aos combatentes” (idem, p.64). Esta arma centraliza as informações e as repassa aos comandos, motivo pelo qual os alunos orgulham-se dizendo que sem a comunicações a guerra moderna seria inviável: “tudo é comunicação nos dias de hoje” foi uma frase muito ouvida por mim nas entrevistas.

Após conhecer externamente as dependências onde os alunos são alojados (não pude conhecer os alojamentos por dentro por ser vetada a entrada de mulheres), minha expedição continuou pela parte nobre da Escola. Fui levada a conhecer o salão de honra, local nobre que leva também o nome de Guararapes. O salão possui uma replica em miniatura do portão de entrada da EsSA, forrado por um grande espelho, de forma que quando se adentra ao recinto, tem-se a impressão de estar vendo a si próprio entrar pelo portão principal da EsSA (Foto 14).



Foto14: O salão nobre e sua entrada suntuosa com o espelho ao fundo.

O local é muito suntuoso e fica no segundo andar do prédio onde está localizada a biblioteca e as salas de leituras. É neste local que, em grandes ocasiões, são realizados os jantares e recepções de militares de altas patentes. As paredes são repletas de quadros pintados de grandes militares considerados de suma importância na história do Exército e do Brasil, como Duque de Caxias e Marechal Deodoro, entre outros. É interessante notarmos que neste salão não há imagens de sargentos, todos os retratados são oficiais com patente de marechal ou general (foto 15).



Foto 15: Marechal de Exército Luis Alves da Lima e Silva, Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro.

O salão de honra possui ainda as bandeiras do Brasil, do Exército, de EsSA, de Minas Gerais e de Três Corações.



Foto 16: a vista das bandeiras no salão Guararapes.

Por fim, ao regressar aos hotel de transito, que situa-se ao lado do portão de entrada da Escola, avistei uma frase que é repetida a exaustão dentro da Escola e foi inclusive muito citada nas entrevistas: “Sargento: liderança conquista-se pelo exemplo” (Foto 17). Este mote incita os sargentos e os futuros sargentos a agirem em conformidade com as regras e tradições da instituição militar, e é explicitamente uma forma de coerção das ações que fujam aos padrões impostos pela hierarquia da instituição. Como veremos no capítulo a seguir, muitos alunos afirmavam que o sargento, por estar próximo à tropa, deveria ser exemplo de conduta e moral. Os alunos diziam ainda que o bom exemplo do sargento guiava o aluno, fazia dele um bom ou mal

militar, o que trás a ocupação dos praças uma responsabilidade simbólica e real maior, legitimando a função.



Foto 17: Vista da saída do portão da EsSA.

Capítulo2- Formação do *Habitus* militar

“Por detrás das árvores não se escondem faunos não.
Por detrás da árvores encondem-se os soldados com
granadas de mão”

António Gedeão. Poema da Terra Adubada, 1967.

Ao iniciarmos a pesquisa, ainda na fase de realização do projeto, deparamo-nos com a distinção hierárquica que marca a carreira das Armas. O fato chamou muita atenção, pois, com o passar do tempo e a profissionalização do Exército, as dificuldades de ascensão de um praça ao oficialato foram crescendo, como se uma barreira invisível fosse construída entre as duas “classes”. Segundo Costa (1985, p.262) “A lógica desta divisão é a lógica hierárquica. O “direito de mandar” se reduz à medida que aumenta a proximidade com a base da hierarquia. O “dever de obedecer” atua no sentido inverso”. No decorrer da pesquisa, foi notado que, assim como colocamos no projeto em forma de hipótese, a distinção hierárquica marca também uma distinção social, que se estende por toda a vida do militar e, fato importante, na maioria das vezes é anterior à entrada do agente na profissão.

De acordo com o projeto, o objetivo proposto era:

(..)primeiramente entender a ocupação de sargento, sua função e relevância para o país, bem como a clivagem interna existente no Exército, aqui formalizada pela relação oficiais x praças (neste trabalho com enfoque maior para a parcela dos praças constituída pelos sargentos) e as barreiras profissionais colocadas pela instituição para a ascensão do praça à condição de oficial”. (ATASSIO, Aline Prado. Projeto de pesquisa de doutorado enviado à Fapesp em 2006-7 – sem grifo no original).

A fim de alcançarmos tais objetivos, debruçamos nossos esforços no entendimento da estrutura que opera dentro de uma organização militar e, em especial, da formação da mentalidade militar, através do ensino, do cotidiano, das crenças e valores que são repassados de ano a ano, na ânsia de manter o *status quo* vigente nos exércitos. Para tanto, utilizamos os autores brasileiros que mais trabalharam esse assunto: Castro (1990) e Leirner (1997a, 2003). Porém, essa bibliografia, apesar de valiosíssima, não era suficiente para explicar algumas questões fundamentais que foram surgindo no decorrer das entrevistas, das leituras e das pesquisas de campo. Foi necessário recorrermos às bibliografias que não visavam apenas os estudos militares e assim mergulharmos na sociologia de Pierre Bourdieu e na Antropologia de Louis Dumont.

Foi nesse ajuste de diferentes teorias, no detalhamento das questões para um nível micro, que conseguimos alcançar sucesso considerável e, de tal monta, atingir os objetivos propostos, bem como comprovar ou refutar as hipóteses do projeto, que consistiam, essencialmente, em três linhas de argumentação, e tinham como foco a condição socioeconômica distinta entre os alunos das escolas de oficiais e os alunos das escolas de sargentos.

Inicialmente, utilizamos Bourdieu como base para entendermos o nosso objeto de pesquisa mais profundamente. Após essa objetivação, trabalhamos a questão da distinção entre oficiais e praças, onde Leirner entrará, com imprescindível contribuição. A maior questão *não* é entender a hierarquia dentro da instituição, pois isto já foi bem estudado (Leirner, 1997a, 2001) mas sim compreender como a questão hierárquica marca também fora da caserna a distinção de capitais entre praças e oficiais.

Havia uma tentadora e desafiante predileção pela inovação, que significava evitar a famosa e mais que clássica bibliografia norte-americana sobre estudos militares

e realizar uma análise do EB utilizando a linha teórica francesa, especialmente sob a ótica de Pierre Bourdieu que, aos nossos olhos, encaixa-se perfeitamente na explicação da construção dos militares como agentes representantes de uma instituição reconhecidamente marcada pelo caráter hierárquico e disciplinado, com normas e valores próprios que muitas vezes fogem à compreensão por parte daqueles que não são membros do microcosmo da caserna. Para tanto, livros diversos foram utilizados, como *O Poder Simbólico* (2007), *Coisas Ditas* (2004), *Meditações Pascalianas* (2007b) e até mesmo *Esboço de auto-análise* (2005).

A finalidade desta etapa da pesquisa foi a objetivação do campo militar e a compreensão da incorporação do *habitus* militar por aqueles que optam pela carreira das armas. Após essas objetivações, tentamos desvendar o processo de formação de duas diferentes “identidades¹⁰ sociais militares”: a do oficial e a dos sargentos, que, por sua vez, resultarão em distintos estilos de vida.

Posteriormente, depararíamos com o livro que foi definitivamente o mais importante para a compreensão das distinções entre praças e oficiais, iniciando assim uma terceira etapa da pesquisa, voltada menos para as questões relativas ao capital econômico e mais para as questões envolvendo os capitais culturais. O livro “A Distinção”, de Bourdieu¹¹, pautou a discussão sobre as diferenças diversas entre praças e oficiais.

¹⁰ A construção da identidade social do militar, ou seja, do “espírito militar”, pode ser resumido como a resultante do “processo de socialização profissional [vivido pelo cadete] durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamento apropriados à vida militar”. Castro, 1990. A identidade militar também foi estudada sob outro viés por Leirner, 1997A.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. “A *Distinção: crítica social do julgamento*”. São Paulo:Edusp; Porto Alegre, RS:Zouk, 2007.

2A – Objetivando o campo dos militares: definição e problematização

Pensar as Forças Armadas sob a ótica da teoria de Pierre Bourdieu implica em admitir que tal instituição seja uma estrutura organizacional, bem como uma instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto, exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus agentes, uma ação formadora de disposições duráveis. Disposições são aqui entendidas como “atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão”. (Bonnewitz, 2003, p.77)

Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, “estruturas cognitivas e avaliativas idênticas” (Boudieu, 2001, p.210).

Os militares, como parte de um mundo social onde há lutas pela diferenciação, compõem o grupo que formará um campo cuja função é o emprego da força na defesa externa¹² do Estado. O lugar destes militares dentro da ordem social é como braço armado do Estado, e apesar da crise de identidade que investiu as Forças Armadas (em especial o Exército) com o fim da Guerra Fria e da ameaça externa pelo comunismo, nenhuma decisão sobre segurança e defesa nacional pode ser tomada sem a participação militar. Nesta nova ordem internacional as maiores ameaças são terrorismo, tráfico de drogas, pobreza e questões ambientais, ou seja, poucas dizem respeito tradicionalmente

¹² Atualmente, de acordo com a lei 142 da Constituição Nacional, as Forças Armadas podem ser convocadas para intervirem no campo interno quando houver ameaça “da lei e da ordem”. Esta utilização das FFAA é questionada pelos militares e por estudiosos, pois implica um “rebaixamento” das Forças para assunção do papel de polícia. Há ainda um intenso debate acerca do possível despreparo dos militares para agirem em determinadas situações. Ver Santos, Maria Helena de Castro. *A nova missão das Forças Armadas Latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil*. RVCS, vol. 19, no 54, fevereiro de 2004, p.115-129.

às Forças Armadas diretamente. Internacionalmente, as questões maiores incluem o emprego de militares para integrarem as forças de paz das Nações Unidas e, mais recentemente, para a proteção das fronteiras na região da Amazônia contra o narcotráfico¹³.

Após anos no papel de “poder tutelar” os militares sentem-se desprestigiados pela “falta de função” e aplicabilidade de suas Forças, gerando uma crise de identidade que foi agravada pelos constantes questionamentos do seu papel pela sociedade civil. Todavia, pesquisas realizadas pelo governo federal revelam que o Exército é ainda uma das instituições em que os cidadãos mais confiam¹⁴. A carreira militar ainda atrai jovens de todas as classes¹⁵, e, recuando na história do país, veremos que a atividade militar representou por muito tempo uma via de ascensão social através dos estudos para os mais pobres, bem como aos filhos da nova classe média, pois as escolas militares são reconhecidas, até o dia de hoje, por proporcionar ensino de qualidade, prestígio e garantia de emprego estável aos que seguem a carreira.

A lógica que opera neste campo difere das lógicas dos outros campos, de forma que existem “leis” específicas para o campo militar, e entre elas está a obediência à disciplina, que age como normalizadora dos agentes (como veremos mais claramente no decorrer deste texto) e à hierarquia, que é um dos princípios formadores do *habitus* coletivo da instituição e estabelece as fronteiras entre os militares e os civis “e estrutura as relações internas dos militares (Leirner, 2003, p.3)¹⁶.

¹³ Para este assunto ver: Atassio, 2009; Arraes, 2005; Miyamoto, 2002.

¹⁴ Para estas estatísticas ver site do Exército ou do Governo Federal.

¹⁵ O número de inscritos para os exames de admissão nas Forças Armadas aumentou significativamente nos últimos cinco anos. Maiores informações nos sites www.exercito.gov.br

¹⁶ “De maneira análoga, ela operava ao mesmo tempo na base da organização militar - demarcando a divisão de trabalho; os ganhos salariais subsequentes; a divisão espacial no interior de organizações militares; a divisão temporal durante a carreira; os aspectos cotidianos como moradia, lazer e em grande

O microcosmo social representado pelo campo militar é hierarquicamente dividido, porém não é estático; o tempo, os estudos e a experiência adquiridos no exercício da função, entre outros fatores, fornecem ao agente possibilidade de ascensão social, o que significa não apenas aumento de capital econômico, mas, principalmente, de capital simbólico (que inclui símbolos de distinção como insígnias, medalhas, patentes, enfim, símbolos de prestígio) dentro da instituição. Este é, na realidade, a razão de ser, o sentido da vida de um militar, a consagração do sacrifício supremo que significa a doação de sua vida pela pátria. As medalhas e outros signos que são ostentadas em uniformes de oficiais representam o reconhecimento por esse sacrifício, bem como as trocas de patentes por mérito (ao invés da promoção pelo tempo de serviço), que são vistas como reconhecimento e legitimação pela instituição e por seus integrantes da importância daquele que ascende na carreira.

Este capital simbólico age proporcionando benesses para o agente não apenas dentro da caserna mas também na sociedade civil, onde a autoridade militar é reconhecida e o indivíduo portador de uma farda é olhado com admiração e respeito, em especial pelas camadas com menor capital cultural e econômico (Pinto, 1975, p. 11). Dentre aqueles vindos de famílias de militares, os ganhos adquirem outra dimensão, pois ao seguir a carreira, esses novos militares estão correspondendo às expectativas familiares e ganhando novo status dentro do núcleo familiar.

Com relação aos sargentos, a divisão que se opera é em outro nível, pois os praças estão hierarquicamente abaixo dos oficiais e desfrutam de menor capital econômico, social e simbólico dentro do microcosmos social que estão inseridos. Desta

medida o acesso a casamentos prescritos de acordo com a hierarquia - bem como nas representações coletivas - uma "visão de mundo hierárquica": a percepção do "mundo de fora" seguia critérios homólogos à sua organização interna, como pode ser observado, por exemplo, pelo critério de *universidade* que eles possuíam (Leirner, 1997b)" (Leirner, 2003).

forma, além da distinção entre militares e civis, há uma distinção interna no campo militar. Essa distinção irá caracterizar a formação de *habitus* e *ethos* diferentes, implicando em estilos de vida distintos entre oficiais e praças, ainda que guiados pelos mesmos valores fundamentais: a hierarquia e a disciplina.

A união do *habitus* e do *ethos* militar, com suas particularidades, implica na formação de um capital que denominamos “militar”, por ser específico desta classe e conter prerrogativas que fazem sentido unicamente para os que são da referida classe.

2 B - A constituição de um estilo de vida próprio:

O capital militar

O estilo de vida imposto aos agentes quando ingressam na carreira militar não é facilmente incorporado. É necessário um complexo trabalho que irá formar o *habitus* e o *ethos* militar, que possuem características específicas da instituição FFAA e fogem aos padrões usuais da sociedade civil. Há também uma distinção na formação do *habitus* e do *ethos* de oficiais e praças, algo que será refletido na interação destes com a instituição e com o mundo que os rodeia, ou seja, os “de fora”.

O conceito de *habitus* é central nesta discussão por permitir a compreensão da maneira pela qual os indivíduos se tornam agentes sociais. De acordo com Bourdieu (2007a)

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem

ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestrada sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

Ao ingressarem nas fileiras do Exército, os agentes sofrem um choque cultural e passam por um processo de socialização que resultará na incorporação do *habitus* militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta “classe” ou grupo. Dentre aqueles que vêm de família militar, o choque é consideravelmente menor, pois parte significativa deste *habitus* já foi incorporada pelo indivíduo graças ao processo de inculcação familiar e escolar (conhecidos como *habitus* primário e secundário, respectivamente).

Sendo assim, a socialização se faz efetivamente quando os indivíduos adquirem disposições que passarão a ser compreendidas como evidentes, naturais, fazendo com que os agentes atuem de determinada maneira sem necessidade de lembrar explicitamente das regras que precisam seguir. Num estudo sobre o período de adaptação dos ingressantes na Academia Militar de West Point, nos EUA, que dura seis semanas e visa chocar os indivíduos com a vida militar, de forma que só aqueles com certeza de sua decisão de entrar para a vida militar permaneçam na Academia, Masland e Radway (1957, p.199) afirmaram que:

O próprio termo (*beast barracks*¹⁷) sugere que se trata de algo como um tratamento de choque destinado a impressionar o novo cadete com a ruptura que ele efetuou em relação à vida

¹⁷ Em inglês, termo que denomina o período de adaptação.

civil, a erradicar quaisquer hábitos desleixados que ele possa ter adquirido, a dar-lhe a confiança que provém do enfrentamento e da conquista de uma dureza apropriada, e a uni-los estreitamente a seus companheiros submetidos à mesma experiência

Desta forma, só após esse choque cultural o indivíduo é considerado apto para o ingresso na carreira e isso é invariável entre oficiais e praças. Sendo assim, alguns componentes do *habitus* militar são: obediência às normas, respeito à hierarquia e à disciplina, amor à pátria, doação constante em nome da pátria, obediência permanente ainda que não se compreenda plenamente os motivos para tal subordinação.

O *habitus* contém em si o *ethos*, variável importante para compreendermos melhor esse processo de socialização militar, e que corresponde a normas e valores morais que regulam a conduta cotidiana de maneira inconsciente. Dentre os militares do exército podemos afirmar que o *ethos* sofreu pouquíssimas mudanças com o passar dos anos, demonstrando o conservadorismo da instituição, afinal este conservadorismo, por sua vez, possui importância na permanência e reprodução da corporação. Uma das características mais acentuadas na instituição, neste sentido, é a necessidade da comprovação da virilidade, acompanhada muitas vezes de uma homofobia constante¹⁸, como percebemos na fala de um cadete do 3º ano da AMAN, onde o foco principal do discurso seria a autonomia e desprendimento necessários para que o indivíduo seguisse a carreira militar, mas que aparece investido de uma concepção moral do que é ser militar ou ainda com o que eles crêem ser um distintivo para se formar um “homem”, ou “homem de verdade”:

¹⁸ Sobre este tema ver D´Araújo, Maria Celina do. *Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas*. IN; <http://www.cpdoc.fgv.br>

Aqui na academia é lugar para homem, não é lugar para criança nem viadinho. Então o cara quando vem pra cá...pô, o cara tem que virar homem de qualquer maneira. Eu cheguei aqui acostumado à comidinha da mamãe, roupa passada, roupa lavada...Eu cheguei aqui e tive que me virar, pô, entendeu?" (citado em Castro, 2004, p.33).

A mesma lógica é percebida pelo comentário do aluno da EsSA, arma de infantaria:

Aqui não tem mamãe pra fazer as coisas, não tem irmão nem ninguém pra te ajudar quando sente tristeza ou tá doente. É na raça mesmo, coisa pra macho.

As divisões entre civis e militares, principal par de oposição dentro da instituição, coloca a seguinte homologia, sempre expondo o *ethos* militar, todos os valores morais da instituição:

Militares	Civis
Disciplina	Displicência
Ordem	Desordem
Obediência	Desrespeito
Seriedade	Falta de seriedade
Profissionalismo	Falta de profissionalismo
Competência	Incompetência
Boa apresentação pessoal	Má apresentação pessoal (desleixo)
Valores morais	Ausência de valores morais

Fonte: Castro, 1990.

Sendo assim, os militares, correspondendo ao processo de inculcação da instituição, acreditam que estão sempre a frente dos civis quanto às questões morais e às

regras de comportamento em sociedade. Militares são vistos como éticos, honrosos, sérios e dignos de respeito, já os civis parecem carecer de tais atributos.

Assim, podemos dizer que os componentes do *ethos* militar, ou seja, valores que regulam a conduta cotidiana dos militares podem ser resumidos em alguns adjetivos como honestidade, disciplina, seriedade, profissionalismo, competência, ordem e obediência.

A *hexis* corporal do militar (em resumo, as posturas, disposições do corpo e relação com o corpo) é outro elemento importante de análise pois faz parte da constituição do *habitus* militar. Injunções sérias dirigem-se ao corpo, afinal, diferenças entre civis e militares são inscritas nestes, de forma que a instituição sente necessidade de ensinar o que é ser um militar, algo que tem início com a mudança na, o corte de cabelo curto) e que inclui aprender a ser “homem”, aprender a maneira de falar, de andar, de se comportar e até mesmo de olhar o próximo, própria do militar (Castro, 1990).

Dentro do campo dos militares, as disposições corporais são de extrema acuidade. O corpo dos militares é parte dos seus pertences de trabalho, tão importante quanto o seu armamento e é sempre passível de exposição, de ser posto em xeque, em perigo e ao risco da morte, ensejo pelo qual eles são obrigados a levar o mundo em que vivem (com todos os seus treinamentos e simulações) com seriedade:

Você vai dar um tiro de 13 km, por exemplo. Então, um milionésimo que você altera ali na manivela de direção pode dar uma diferença de 500, mil metros lá na frente. Ou seja, pode errar o tiro ou, o que é pior, acertar em tropas do seu próprio exército (citado em Castro, 2004, p.63).

Segundo aluno da arma de artilharia da EsSA: “você não pode errar, não pode...se errar pode ser que um companheiro seu pague com a vida. Tem que ser perfeito, o trabalho do militar tem que ser perfeito”

É muito importante notarmos aqui que o par de oposição praça X oficial se dilui quando analisamos os discursos em que tanto os cadetes da AMAN quando os alunos da EsSA comparam a vida militar e as características dos indivíduos do grupo, com a vida dos civis e os indivíduos deste segundo grupo. Os militares acabam unindo-se com classe para compararem-se aos civis e o discurso torna-se homogêneo, sem as distinções que operam no nível micro cósmico da caserna, onde praças e oficiais são distintos inclusive visualmente.

Neste sentido, a questão física aparece como um atributo de distinção. Sabemos que o corpo do militar está fortemente investido na relação dele com o mundo, de pertencimento ao mundo, sendo obrigado a sofrer modificações em favor desta relação. Os militares aprendem pelo corpo; e por ele é possível enxergarmos a ordem social da qual fazem parte, afinal atributos físicos (e morais) distinguem e tornam reconhecíveis os militares mesmo quando eles não estão fardados, ou seja, mesmo quando estão destituídos da marca mais visível da corporação. A declaração de um cadete da AMAN ilustra com precisão o que pretendemos dizer:

E a gente tava de férias, eu tava meio barbudo. Tava na estrada há cinco, seis dias e, onde a gente passava, o pessoal: ‘vocês são militares, tão vindo de onde?’. Quer dizer, apesar do cabelo grande e de estar todo desfigurado, de short e suado, a pessoa percebia. É pelo modo de falar, de se trajar, de se postar (Citado em Castro, 2004, p.41).

De acordo com entrevista realizada com aluno da arma de cavalaria da EsSA, em 2008:

você pode ver, aqui ninguém anda relaxado, ninguém senta corcunda, nem fica de barba mal feita. Militar tem um jeito diferente, é imponente sabe? Dá pra reconhecer pelo andar e nem precisa estar de farda não...é diferente do civil, é mais organizado.

Assim, levando em conta todo esse processo distinto de formação do militar, todos os valores característicos da instituição e as distinções morais e físicas entre militares e civis, chegamos ao conceito de capital militar. O capital militar seria a somatória de todos os valores típicos do mundo da caserna que é internalizado pelos militares e cristalizado em sua personalidade de forma a parecer natural, como se jamais tivesse havido no indivíduo outros valores, formas de pensar, ver, sentir, ser, parecer e agir.

É esse capital militar que distingue os militares dos civis e que precisa ser adquirido ou reforçado quando o indivíduo ingressa nas escolas militares, sejam elas de formação de praças ou de oficiais. A maior tarefa das escolas militares está no inculcamento do capital militar pelos alunos e, neste sentido, o trabalho é maior e mais árduo quando o indivíduo não possui militares na família e não foi educado em colégios militares, pois seu capital primário e secundário é absolutamente formado por valores pertencentes ao mundo dos civis.

Assim, há uma distinção institucional entre praças e oficiais que advém especialmente da crença de que os praças “aprendem” a ser militar, enquanto a maioria dos oficiais já nascem vocacionados.

2C- Distinção de capitais entre oficiais e praças: a aceitação da subordinação como fator essencial na formação do *habitus* dos sargentos

Como é de conhecimento dos estudiosos de várias áreas, uma rebelião de sargentos e praças em geral facilmente desintegraria as FFAA. Essa é, aliás, uma das constantes preocupações daqueles que regem as Forças Armadas. Há que se encontrar formas de coerção capazes de coibir qualquer tipo de insubordinação de um enorme grupo de homens treinados, armados e em maior contingente que os oficiais. Sem isso, a própria instituição ruiria em pouco tempo.

As questões principais, neste caso, são: como manter a subordinação sem revoltas, questionamentos ou rebeliões? Como manter um contingente efetivo total nas Forças Armadas de 288.500 militares no serviço ativo, dos quais 190.000 são integrantes do Exército¹⁹, em harmonia e subserviência?

Trabalharemos aqui com quatro autores na tentativa de responder esta questão e refutar algumas argumentações disseminadas pelo senso comum. Os autores serão Bourdieu, Costa, Dumont e Leirner. Todos eles olharam de alguma forma a questão da cultura dominante, da subordinação, da hierarquia, da disciplina e da obediência a esses dois preceitos básicos para o bom funcionamento das FFAA.

Há uma dicotomia clássica que sempre encontramos nos estudos sociológicos: indivíduo versus sociedade. Como pode um ser social, único, dotado de livre arbítrio e capacidade de raciocínio próprio, submeter-se às regras sociais que não foram por ele impostas e, muitas vezes, vão de encontro às suas crenças e valores? O que é mais importante, indivíduo ou sociedade?

¹⁹ Dados retirados da revista eletrônica Segurança e Defesa. www.segurancaedefesa.com / artigo de Renato H. G Dias, 2007.

Respostas para tais indagações são inúmeras na literatura, mas aqui nos compete explicar como a instituição militar consegue sobrepor-se ao indivíduo de forma que este finda por sentir-se muito mais como a parte de um todo coletivo, do que como cidadão distinto, único, o indivíduo. Para entendermos este aspecto, é essencial nos colocarmos na posição do nosso objeto de estudo, os militares, e compreender as formas de percepção social que os domina.

Diferentemente do que ocorre a sociedade civil ocidental, onde o individualismo é um valor quase “sagrado”, dentro da instituição militar o individualismo não é visto com bons olhos, e para que o indivíduo deixe de pensar em si como unidade e passe a pensar em si como parte indissolúvel de um conjunto, é necessário todo um processo de doutrinação, que visa, em primeiro lugar, “matar o indivíduo civil” que existia antes do ingresso do agente à vida militar e, posteriormente, trabalhar para que o *habitus* de classe seja inserido tão profundamente neste agente a ponto de determinar todos os seus pensamentos e ações daquele momento em diante.

Vanda Ribeiro Costa, em artigo publicado na *Revista Ciências Sociais Hoje*²⁰, de 1985, faz uma análise sobre a dinâmica interna das rebeliões de praças e sargentos que ocorreram no EB entre os anos 30 e 45 do século passado. De acordo com a autora, o período era favorável ao surgimento de insurreições dentro da instituição, pois o EB encontrava-se fragmentado pelas reivindicações dos praças à participação na vida política nacional, questionando a hierarquia e ferindo a disciplina, uma vez que os movimentos não eram apoiados pelos oficiais.

A hipótese da autora é que a manutenção do sistema hierárquico era garantida pelas relações afetivas desenvolvidas dentro dos quartéis, ou seja:

²⁰ Costa, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Anpocs: Cortez, 1985.

[...] os padrões institucionais que regem as relações cotidianas no quartel desenvolvem um tipo de vínculo afetivo entre militares de intensidade tal que possibilita uma identificação pessoal de cada elemento do grupo com a instituição. A ameaça do rompimento deste vínculo equivaleria a uma perda de identidade (Costa, 1985, p.261)

De acordo com este raciocínio, podemos dizer que os levantes militares de praças e sargentos só ocorrem quando a emoção vence a razão, pois é neste momento que a emoção coletiva dentro do quartel leva ao desmoronamento da instituição, e, assim, ao remodelamento ou não de tais relações.

Podemos destarte alegar que a palavra-chave para a manutenção da disciplina seria, então, *subordinação*, mas não uma subordinação que seja entendida pelos subordinados como uma afronta ao indivíduo ou ao grupo, e sim uma forma de solidariedade que “permite às ordens do chefe alcançarem o último dos subordinados se interrupções” (idem, p.261). A sutileza como a subordinação é imposta, por fim, é o que mantém a hierarquia e a disciplina militar, segundo Costa.

A frase que encontramos no Portão de saída da EsSA (foto1), desde nossa primeira pesquisa de campo, reflete precisamente este raciocínio: “Sargento: liderança conquista-se pelo exemplo”. Esse mote incita os alunos, futuros sargentos, a agirem em conformidade com as normas da instituição militar e aceitarem o papel que lhes cabe na divisão operacional desta instituição.

Assim sendo, disciplina é alcançada pela aceitação da subordinação. As relações estabelecidas entre comandantes e comandadas possuem uma lógica dividida espacialmente, de acordo com as hierarquias. Portanto, o cabo obedece ao soldado, que, por sua vez, obedece ao sargento, e assim sucessivamente.

Todos têm o direito de mandar, mas mandam apenas naqueles que estão hierarquicamente abaixo de sua patente. Todavia a obediência é também uma constante universal, que segue a lógica hierárquica inversa do mando: obedece aquele que está hierarquicamente em nível inferior ao que deferiu a ordem de mando.

A obediência é um dever, um valor absoluto que permeia todo o imaginário do militar, e que mantém viva a estrutura das instituições militares.

Nos regulamentos militares, a obediência é um meio de compartilhar um destino comum que iguala a todos. ‘Obedecerr é tão nobre quanto mandar’. A proposição expõe aquilo mesmo que pretende ocultar: a desigualdade e assimetria das relações hierárquicas. A promessa de igualdade em destinos comuns tenta tornar suportável a submissão de todos (Costa, 1985, p.262)

Os argumentos de Costa, sua explicação para a subordinação e a manutenção desta são extremamente coerentes todavia não respondem à questão principal: como a subordinação torna-se um valor absoluto para os militares, bem como a hierarquia?

Neste sentido, as afirmações de Costa vão enveredar por caminhos que buscam a explicação na lógica da doutrina familiar presente dentro do EB. De acordo com a autora, “a retórica da subordinação inspira-se fundamentalmente na analogia do exército

com a família. É um apelo afetivo que induz a submissão total através da promessa de afeto paternal que iguala todos os filhos”(Costa, 1985, p.262)

Segundo a teoria de Costa, portanto, o mecanismo que agiria a fim de internalizar a subordinação, a submissão e, portanto, a obediência à hierarquia e disciplina, seria a “[...] infantilização do soldado, visto como criança que deve ser formada e educada mas que só aprende a lição se amar o chefe” (idem, p.263).

De tal forma, o EB tomaria pra si a tarefa de transformar esses meninos em homens, após um trabalho de nivelamento, onde todos tornar-se-iam iguais.

O objetivo de igualar todos os alunos é acabar com as possibilidades de identificação entre os recrutas e o sentimento de autoconfiança. Os “meninos”, ao ingressarem nas escolas de formação de praças, devem ser lembrados o tempo todo da condição de inferioridade frente aos militares mais treinados, no sentido de fazer com que eles percebam que tempo de exército significa maior know-how, conhecimento, capacidade e, portanto, legitimidade na cadeia comando-obediência, afinal, quem sabe mais, manda mais.

Esta técnica está intimamente associada ao desenvolvimento da confiança do novo soldado, futuro sargento ou mesmo simples recruta ao seu superior, como se confiasse em seu próprio pai. Todavia, com o passar do tempo, o “menino” vai se transformando em “homem” e as desigualdades vão diminuindo. E é por esse motivo que a educação moral do soldado é importante. Costa (1985, p.264) afirma que “trata-se de um processo explícito de indução a uma situação de dependência. É preciso que os subordinados regridam a um estágio infantil para que se tornem obedientes”. A subordinação seria, destarte, substituída pela dependência. O treinamento do soldado seria voltado para a dependência deste com relação aos seus superiores, mediante o

processo de infantilização do soldado, que “conduzido pela idéia de que a estrutura efetiva da burocracia militar assemelha-se à estrutura afetiva familiar” (idem, p.264).

Neste trabalho, adotaremos uma linha teórica diferente para a explicação da subordinação. Há uma constante preocupação da escola em nivelar os alunos. A reforma estrutural pela qual a grade de ensino passou, em 2008, demonstra, além do objetivo claro de modernização na formação dos sargentos, a preocupação em transformar cada aluno em uma pequena parte de um todo, é real e ocorre através da repetição contínua de normas, regras, valores morais que permeiam o inconsciente de cada indivíduo, fazendo com que eles partilhem analogamente de todos esses valores. O perfil semelhante dos candidatos favorece ainda mais o processo de doutrinação, e a inculcação se dá não pela infantilização do praça mas sim pelo esforço realizado na escola de inculcar no habitus dos militares a idéia de que a subordinação é um dos fatores essenciais para a manutenção da estrutura do exército.

Assim, não seria a dependência que regeria os praças mas sim a crença na missão de manter o exército coeso, estruturado. O peso da responsabilidade é que guia os subordinados a manterem a subordinação. O sentimento de pertencimento a uma família existe mas não vem acompanhado da infantilização e sim da responsabilidade por manter essa família unida.

Se o praça é obrigado a permanecer a vida militar toda subserviente ao oficial, o processo que torna essa regra uma obrigação sagrada de valor inestimável para o subserviente deve ser infinitamente mais forte e eficaz do que o processo de infantilização e do sentimento de pertencimento a uma família, com defendido por Costa. E para que tal mecanismo funcione, é vital que a figura do sargento haja no sentido de manter a ordem, a disciplina, o obediência.

Definitivamente, é o sargento, graças a sua função de elo de ligação oficiais e praças de baixo escalão, que possui maior poder de persuasão entre os praças e é na formação do sargento que o processo de inculcação do dever de obediência e subserviência ocorrerá de forma mais agressiva, através da responsabilização deste sargento pelo futuro da instituição, ou seja, sobre os ombros do sargento pesará o fardo de ser o elemento decisivo para o não esfacelamento das FFAA.

2 D - A mobilidade social entre os militares do exército:

o papel do *habitus* na reprodução social

O *habitus* é um forte fator de reprodução social. Indivíduos portadores do mesmo *habitus* agem de maneira semelhante, mesmo sem perceber tal fato. Assim, a escolha do cônjuge, da profissão, do carro, do partido político, dentre tantas outras, demonstram um “gosto pessoal” que pouco possui de individual, pois foi “imposto” pelo *habitus* de classe, reproduzindo, como centenas de indivíduos portadores do mesmo *habitus*, a ordem social anterior à sua escolha, garantindo, assim, coerência e unidade às práticas coletivas.

Estudos anteriores revelam uma forte tendência de reprodução social entre os militares da patente de oficiais, através do recrutamento endógeno no campo. Castro (1993), utilizando arquivos da própria instituição militar, constatou que a quantidade de filhos de militares cursando a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é alta e vem crescendo (21,2% entre os anos de 1941-3; 34,9% entre 1962-6; 45,4% entre 1987-9).

Mas as estatísticas também revelam uma outra faceta da carreira, que é a possibilidade de ascensão social através do Exército, pela garantia de um serviço

público vitalício. Dentre os filhos de militares que ingressaram na carreira das Armas no ano de 1970, 28,5% eram filhos de oficiais superiores e 72,5% eram filhos de oficiais subalternos e praças; em 1985, 31,9% eram filhos de oficiais superiores e 68,1% de oficiais subalternos e praças e, por fim, entre os anos de 2000-2002, 41,9% dos ingressantes eram filhos de oficiais superiores e 58,1% de oficiais subalternos e praças. Tais estatísticas indicam uma mudança no perfil já que o recrutamento endógeno ganhou força dentro de uma “casta” (os oficiais) que, pela melhor condição social, optavam por dar aos filhos educação em escolas civis²¹. Entretanto, a mudança não é bem vista pelos oficiais mais velhos, que acreditam ser esta “mistura” de *habitus* dos oficiais e dos praças, bem como de indivíduos vindos das classes menos abastadas da sociedade, um fator de diminuição do “espírito militar” que podemos entender como do *habitus, ethos e hexis* militar e ainda, do capital simbólico:

Eu tenho uma dúvida dentro de mim: se essa doutrinação que se faz, se essa educação moral que se prega vai mudar a mentalidade que ele (recém-ingresso não filho de militar e vindo de classe baixa) traz do berço, da formação, de subir de qualquer jeito [...]. *Isso pode trazer alguma deturpação nesse espírito que se tenta* (citado em Castro, 2004, p.137).

Como notado pela fala acima reproduzida, a “mistura” entre civis e militares não é bem recebida, em especial para os militares mais velhos, que batalham pela reprodução do recrutamento endógeno e, portanto, pela manutenção do *habitus* de classe e da reprodução social. Abaixo o excerto mostra que, mesmo quando recrutados

²¹ Para dados sobre recrutamento de praças do EB, ver: ATASSIO, Aline Prado. *A base da pirâmide: quem são e o que pensam os praças do Exército Brasileiro*. Caxambu, 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

entre os integrantes da instituição - em especial entre praças e oficiais subalternos - há ressalvas, dado o *habitus* de classe diferenciado, já que estes ocupam o extrato mais baixo na cadeia hierárquica do Exército:

Havia – um conforto para nós – havia muito filho de militar. Mas quando você vai ver, a maioria é filho de oficiais subalternos...Então isso é uma preocupação [...]. É uma proletarização violenta...de uma classe que tem que ter um valor moral-ético muito forte. Tem que ser exemplo! [...] (citado em Castro, 2004, p.137).

Por esta maneira de pensar é que muitos oficiais passam a inculcar em seus filhos o “gosto” pela carreira das Armas, desde a mais tenra idade. Assim, para muitos destes futuros oficiais, a educação primária, recebida no ambiente familiar, já se encarregou da produção de um *habitus* primário que corresponderá, em grande medida, ao *habitus* do campo militar. Os esquemas de percepção e de ações transmitidos pelos pais militares serão reforçados com a entrada do estudante na academia militar. A exterioridade interiorizada pelo convívio familiar é, no mínimo, semelhante àquela que o cadete encontrará na instituição militar.

Este fator facilita a adaptação do indivíduo na vida militar e, muitas vezes, é o que define a escolha profissional do filho de militar, afinal, ele tende a perceber o mundo em função do seu *habitus* primário, de maneira que as disposições adquiridas em seguida influenciam a aquisição de novas disposições. É desta forma que muitos filhos de militares chegam às academias alegando serem dotados de “vocaçãõ” para o exercício militar; “histórias como ‘desde pequenininho sempre gostei dessas coisas’ são padronizadas” (Castro, 2004, p.38). Mas existem ainda aqueles que, dada a “ordem ordinária das coisas”, impõe esta escolha, seja pelas condições materiais de existência, pela violência simbólica ou pelas “surdas injunções”. O indivíduo é muitas vezes

pressionado pela família para seguir o caminho do pai, como exemplifica o excerto retirado do texto de Castro (2004, p.38): “não sei se algum cadete já comentou com você...a pior pressão é a de casa”.

O *habitus* escolar, no caso daqueles que tem origem em família militar e cursam o colégio militar, contribui mais ainda para que a escolha da profissão seja realizada no seio das Forças Armadas. Podemos dizer que, em tais casos, não há grandes chances de que o indivíduo venha a escolher uma carreira civil, pois o *habitus*, não obstante ser uma estrutura interna passível de reestruturação, é cumulativo, ou seja, os *habitus* mais antigos condicionam as aquisições recentes, de forma que cada nova disposição adquirida se soma a um conjunto já existente, gerando um só *habitus*. Estudos anteriores mostram que 37,3% dos alunos matriculados no primeiro ano do AMAN, entre 1980 e 1990, eram oriundos de colégios militares, 46,6% haviam cursado a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ExpCEEx), 1,5% vinham do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes das Armas (EPCAr)²².

O *habitus* passa a impressão de escolha nas representações e práticas (quando na realidade o agente, ao “escolher”, está apenas mobilizando o *habitus* em que foi moldado), de forma que aquilo que muitos dos militares classificam como “vocaçãõ” ou livre escolha não deixa de ser *habitus* de classe incorporado e transformado em prática. O *habitus* de classe garante, conseqüentemente, que os indivíduos façam suas escolhas dentro de um leque de opções dado de maneira a garantir a perpetuaçãõ das relações objetivas entre as classes.

²² A idade média de ingresso nas escolas são, respectivamente, 10-11 anos, nos colégios militares; 14-15 anos nas escolas secundárias (como a ESPCEEx) e 17-19 anos na AMAN. (CASTRO, 1993, p.228).

Assim, partindo deste aporte teórico, pretendemos compreender como o habitus de classe influenciou na escolha profissional dos alunos da EsSA, quais as implicações disto para o perfil dos sargentos e suas funções dentro do EB.

Capítulo 3 - Revisão histórica: os praças no Brasil

Essa idéia do côvado e meio fez brecha no espírito de Leonardo: ser soldado era naquele tempo, e ainda hoje talvez, a pior cousa que poderia suceder a um homem.

Manuel de Almeida. . “Memórias de um sargento de milícias”, p.151.

Memórias de um sargento de milícias é um romance escrito entre 1852-3 por Manoel Antônio de Almeida. O livro conta a história de Leonardo, jovem que, abandonado pelos pais desde muito pequeno aos cuidados do padrinho, passou parte da vida sem ocupação até que um dia foi “pego em farra” pelo temido Major Vidigal e teve o destino que a maioria dos desocupados daquele tempo encerrava: sentou praça.

Ambientado na época da presença de D. João 6º no Brasil, a história do malandro de Manoel Almeida retrata mais sobre o processo de recrutamento de praças, a transformação desses em sargentos e a imagem de tal ocupação pela população em geral do que parte significativa dos livros de história até então escritos. Como dito anteriormente, ao realizarmos um mapeamento da bibliografia sobre estudos militares, seja no Brasil ou no exterior, não encontramos referências consistentes sobre a formação de sargentos, suas atribuições e sua história.

A revisão bibliográfica realizada permitiu a constatação de que os oficiais são estudados no seu cotidiano e em momentos de guerra e suas escolas de formação já foram exploradas pela literatura, em detrimento dos praças e de suas escolas, até hoje não estudadas. Existem, no máximo, breves referências, como em José Murilo de Carvalho (1978), quando trata do recrutamento militar em fins do Império e início da Primeira República, mas o tema é deixado para trás pelo autor para tratar da forma de treinamento e o papel dos oficiais no referido período histórico. A exceção se dá quando o tema é a participação dos militares na Segunda Guerra Mundial. Sobre isso há uma bibliografia relativamente vasta, todavia, o enfoque maior é dado aos soldados e não aos sargentos.

Um dos argumentos utilizados para a ausência de interesse sobre praças está na própria forma constitucional do EB. Os sargentos nunca constituíram uma elite dentro das Forças Armadas. A forma de recrutamento de praças, do período colonial até inícios

do século XX, impossibilitava a formação de lideranças por sargentos, que, em sua maioria, eram recrutados entre cabos e soldados que se destacavam de alguma forma dentro da tropa. Não havia cursos de formação específica nem treinamento especializado. De acordo com Frank McCann (2007; p.12):

Dou ênfase a oficialidade porque, especialmente depois de instituído o serviço militar obrigatório, em 1916, os oficiais foram o único elemento permanente no Exército. No Brasil não se desenvolveu uma forte tradição de liderança por sargentos, como no exército americano, britânico, alemão ou francês; de alto a baixo, o Exército brasileiro foi uma organização controlada por oficiais.

Atualmente os sargentos são elementos permanentes na estrutura do EB, constroem carreira tal qual os oficiais, salvo as devidas proporções. Cabos e soldados ocupam o posto de temporários até a atualidade. Os sargentos estão, desta forma, em uma posição intermediária – poderíamos dizer até mesmo indefinida - dentro da estrutura organizacional do EB.

Essa posição que chamamos de intermediária pode ser compreendida através do excerto de artigo de Vanda Ribeiro da Costa (1985, p.266):

Seu lugar [do sargento] e funções são muito bem definidos pelo Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG – 1929). De acordo com o RISG eles são os auxiliares do comando na educação, instrução, disciplina e administração, podendo mesmo substituir oficiais subalternos no comando de pelotão ou seção. São responsáveis pela condução dos serviços, instrução de tropa e pela rotina administrativa da unidade. O trabalho do sargento torna possível o funcionamento da unidade e torna comandável a tropa.

Assim, percebemos que apesar de indispensáveis, os sargentos não são elementos de comando propriamente dito, mas executam a função de comando e ficam no limbo entre o oficial (que manda) e o soldado (que obedece).

Destarte, a opção pelo estudo da Escola de Sargento das Armas tinha objetivos claros: tentar sanar essa ausência de trabalhos científicos sobre os sargentos; conhecer

uma das duas instituições que forma sargentos no Brasil²³, realizar um mapeamento sócio-econômico dos indivíduos que ingressam na instituição, acompanhar um pouco do cotidiano da Escola e entrevistar os futuros sargentos para tomar ciência das motivações e aspirações com a carreira escolhida.

Portanto, até a atualidade, a literatura sobre praças permanece escassa e a história dos sargentos no EB, uma incógnita.

Não acreditamos que o fato de não se constituírem como classe dirigente ou elite dentro do EB justifique a ausência de interesses pela história dos sargentos. Compreender a estrutura organizacional do Exército, seu cotidiano e aspectos internos da corporação exige o estudo da instituição como um todo, por isso é indispensável o estudo dos praças, já que estes constituem o corpo de tropa e é entre os praças que encontramos o elemento que, de acordo com os militares, liga esta tropa à oficialidade, ou seja, os sargentos.

O papel dos praças não é marginal na história do Brasil. Todas as ações deflagradas pelo oficialato, desde a proclamação da república até o golpe de 1964, contaram com o apoio dos praças, ainda que tacitamente, ou, ao menos, com a subserviência destes. Caso resolvessem se rebelar e destruir os pilares do Exército – a disciplina e a hierarquia – muitas ações de intervenção na arena política brasileira desfechadas por oficiais poderiam simplesmente não obter sucesso.

Com relação aos sargentos especificamente, a importância está no fato de estes estarem em contato direto com a tropa e deterem grande poder de persuasão sobre ela. Caso desejassem insurgir-se contra os oficiais, por exemplo, os sargentos teriam grandes chances de contar com o apoio da tropa.

A dificuldade em encontrar bibliografia específica ou documentação sobre a história dos praças, em especial dos sargentos, levou-nos a procura de nova literatura e a compilação de novos dados que retratam de alguma forma a história do EB em geral e mesmo a história do Brasil, já que os militares estão intimamente ligados a ela. Analisando esta documentação notamos que a história dos praças do EB retratada pelos historiadores é, essencialmente, a história das formas de recrutamento militar brasileiro.

²³ A outra escola responsável pela formação de sargentos do Exército encontra-se localizada no Rio de Janeiro.

3 A- A negatividade histórica dos praças na história brasileira: resquícios de um sistema cruel

Difícilmente encontramos textos atuais onde a denominação daqueles que servem o Exército como sargentos, cabos e soldados é elucidada. Em um único artigo foi encontrada referência acerca da conotação, no Brasil, das palavras praça e soldado. De acordo com Peter Beattie (2004; p.275) “em tempos coloniais, o termo *soldado* era um eufemismo para um degredado do sexo masculino, designando também homem solteiro” e o “próprio termo usado para os soldados alistados, *praças*, localizava-os lingüisticamente na rua”.

Isso tudo é reflexo da forma como o recrutamento era realizado nos séculos XVIII, XIX e início do século XX . Segundo Fábio Mendes (2004; p.111)

O recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX fez-se acompanhar de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos. Ao contrário do que faria supor a trivialidade da experiência atual com as modernas formas de serviço militar, a distribuição dos encargos do serviço das armas foi, na Colônia e no Império, questão potencialmente explosiva, constituindo-se assim em objeto privilegiado de história social

Ainda de acordo com Mendes (op.cit.), a ausência de burocratização do Estado e a dependência de “notáveis” no auxílio da administração da máquina estatal, sem que estes fossem para isso remunerados, determinam as práticas de recrutamento. Assim sendo, redes de privilégios, imunidades e isenções envolviam a política de recrutamento, graças aos compromissos do Estado com as elites locais, cuja lógica de funcionamento atravessava a ordem legal e adentrava em uma lógica moral, repleta de “leis” não-escritas, dívidas de favores e privilégios definidos por posições sociais.

Os soldados eram designados para defender a honra nacional, no entanto muitos praças vinham de classes que a literatura denomina mal-afamadas e eram conhecidos como “desprotegidos”, ou seja, os praças eram recrutados entre os desocupados, ex-escravos, órfãos, criminosos, migrantes, trabalhadores sem qualificação e

desempregados. Muitos dos voluntários se inscreviam para escapar à fome, de forma que o servir militarmente o país como praça tornou-se algo estigmatizado, extremamente relacionado à pobreza e ausência de laços sociais.

Os praças eram em sua maioria, “voluntários”, homens que haviam sido fisicamente coagidos ao serviço militar, recrutados entre os menos instruídos e mais pobres. E, como a maioria das pessoas de pele escura era pobre, os praças eram predominantemente negros e mulatos (McCann, 2007, p. 42).

A vasta maioria dos praças era composta por brasileiros natos, e suas fileiras incluía muitos negros e brancos, mas a maioria era mestiça. Como o Brasil fez a transição da escravidão para o trabalho assalariado entre 1850 e 1888, o serviço militar era identificado com marginalidade e cativo (Beattie, 2004, p.274).

Os recrutadores preferiam sempre aqueles que não estavam sob amparo de redes sociais que os protegessem. Os homens dotados de reconhecimento social e econômico contavam com a alta possibilidade de isentarem-se do recrutamento.

O fato de muitos solteiros serem recrutados era um agravante à imagem dos praças, pois o casamento ainda representava status na sociedade brasileira e por muito tempo os homens casados eram isentos do serviço militar. É assim que o quartel passa a ser estereotipado como local habitado por representantes dos valores indesejados à sociedade familiar, patriarcal e católica brasileira. Os soldados solteiros eram inclusive separados em alojamentos coletivos e, como os escravos que obedeciam aos seus senhores, os praças solteiros precisavam da autorização de seus comandantes para se casarem e estabelecer uma casa de família privada (Beattie, op.cit).

Soldado com bom comportamento poderia receber a permissão do comandante para casar ou coabitar e, assim, escapar de viver no quartel. Em muitos lugares, famílias de soldados moravam em cabanas nas vizinhanças das casernas (McCann, 2007, p.42).

A casa era sinônimo de ordem, honra, família, segurança, casamento; valores considerados oposto aos do quartel, que estava intimamente associado à *praça*, a rua, que significava perigo, vadiagem, caos, ilegitimidade (Roberto Da Matta, 1987, p.31-69).

A mobilização para a Guerra do Paraguai contribuiu para que o status desonroso fosse cada vez mais associado ao serviço militar, quando emancipou muitos escravos e libertou presos para que servissem ao Exército.

Ainda no início da guerra, Caxias teria escrito ao ministro da Guerra: “por um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas fileiras grandes maiorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades” (in: Doratioto; 2002; p.111). Caxias referia-se, ao dizer “um conjunto de circunstâncias”, às péssimas condições de vida dentro dos quartéis, que contavam com punição corporal, baixíssima remuneração, alimentação insuficiente, terríveis acomodações nos quartéis e armamentos obsoletos. Evidentemente tais condições não poderiam atrair as camadas mais altas da sociedade, e o serviço militar acabava sendo visto como um castigo.

Tendo em vista a dificuldade de preencher as fileiras do EB e a necessidade do envio de novos soldados para a guerra, em 1865 o governo imperial decretou a lei do Voluntário da Pátria (op.cit.). O alistamento ocorria por “livre e espontânea vontade” e estava aberto a cidadãos entre dezoito e cinquenta anos. Houve muitos inscritos mas isso se deu graças a política de recompensas adotada pelo governo colonial:

Além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de quinhentos réis diários, uma gratificação de 300 mil réis (era oferecida) aos voluntários ao darem baixa no final da guerra. Nesse momento os voluntários teriam direito, ainda, a terras, na extensão de 49.500 metros quadrados, nas colônias militares e agrícolas [...]. Aos voluntários garantia-se também, promoções por bravura, meio soldo se ficasse inválido e, em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado à vontade. (Doratioto, 2002, p.116)

O que esta política de alistamento nos mostra é a gravidade de se compor um quadro no Exército durante a guerra. A elite, representada pela Guarda Nacional²⁴, relutava em ir à guerra, mas o setor popular acabava por aceitar tal encargo pensando nos ganhos econômicos futuros, utilizando-se do EB para ao menos tentarem ascender socialmente.

Com o passar do tempo e as muitas mortes ocorridas na guerra houve um desinteresse pelo alistamento voluntário e novamente faltaram homens para lutar. O recrutamento forçado foi reavivado e utilizado em larga escala. Apenas em 1874 houve uma mudança na lei do recrutamento, impondo que este passasse a ser realizado por sorteio a partir daquela data. Todavia, a lei nunca foi cumprida, algo que frustrou os oficiais, que desejavam um novo método de recrutamento capaz de reverter a negatividade que acompanhava os praças, como afirma McCann (2007; p.29): “o serviço militar era parte do sistema penitenciário do império, e os oficiais ressentiam-se do impacto negativo que isso tinha sobre seu prestígio social e sobre a imagem de sua instituição”.

O fim da guerra não trouxe modificações na forma de recrutamento - que continuava sendo realizado por esquadrões de alistamento compulsório e continha entre os alistados muitos ex-escravos e desempregados - e menos ainda na imagem dos praças perante a sociedade. Mas os oficiais estavam dispostos a mudar essa perspectiva. O desgosto dos oficiais com tal formação do exército era patente e assim se explica parte do arroubo abolicionista que tomou conta dos oficiais em 1883. Quando da possibilidade de guerra com a Argentina em razão das disputas de fronteiras entre Missões e Santa Catarina, o EB afirmou que:

[...] não poderia ir à guerra com escravos em suas fileiras, como ocorrera em 1865. Os oficiais almejavam um Exército de cidadãos-soldados defendendo sua pátria. A abolição, a seu ver, era uma medida de defesa nacional (McCann, 2007, p.31)

²⁴ A Guarda Nacional foi criada para colaborar com o Exército imperial, que não contava com número suficiente de homens em suas fileiras. O alistamento na Guarda era uma forma de cidadãos com renda de no mínimo 200 mil réis (obrigatoriedade para se alistar) fugirem à guerra do Paraguai. Para mais informações sobre a Guarda Nacional ver Doratioto (2002); Holanda (1972) e McCann (2007).

Fazia-se assim imperativo, aos olhos dos altos oficiais, a reformulação das formas de recrutamento para atrair à tropa setores menos estigmatizados²⁵ e, quem sabe, até mesmo com um status positivo perante a sociedade daquele período.

A chegada da República, em 1889, apresentava oficiais melhores instruídos que os oficiais da geração anterior (composta por oficiais que haviam participado da guerra). A morosidade do sistema de promoções, baseado principalmente no mérito, mas que era diretamente influenciado pela política e pelo apadrinhamento de oficiais superiores acabava por determinar os promovidos. Devido a indefinição da missão dos militares na sociedade brasileira, o Exército voltou-se para um outro tipo de educação, mais vinculada às áreas de humanidades e ciências, deixando um pouco de lado as atividades físicas e militares propriamente ditas. Os alunos formados pelas escolas militares passaram a ser tratados como “doutores tenentes”(op. cit) e a carreira tornou-se um meio de ascensão social.

O processo de profissionalização²⁶ das FFAA em todo o mundo era evidente. A criação da Academia Militar que garantia acesso de “todos” ao sistema, sem que fosse exigido a vinda de um berço aristocrático para fazer parte da oficialidade, desvinculando a identidade social do oficialato da hierarquia social.

²⁵ Em grego, o termo estigma designava "sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mau acerca do estatuto moral de quem os apresentava"; tratava-se de marcas corporais, feitas com cortes ou com fogo, que identificavam de imediato um escravo ou um criminoso, por exemplo. Todavia, estigma aqui assume o sentido que Erving Goffman (1963) legou à palavra. Considera-se estigmatizante qualquer característica, não necessariamente física ou visível, que não se coaduna com o as expectativas sociais acerca dos indivíduo. As sociedades definem certos atributos como naturais, normais e comuns do ser humano - o que Goffman designa por identidade social virtual. O indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real inclui um qualquer atributo que frustra as expectativas de normalidade. Goffman distingue três tipos de estigma: as deformações físicas (deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto, etc.), os desvios de carácter (distúrbios mentais, vícios, toxicodependências, doenças associadas ao comportamento sexual, reclusão prisional, etc.) e estigmas tribais (relacionados com a pertença a uma raça, nação ou religião). (WWW.infopedia.pt. Acesso em 12 de novembro de 2011). Os sargentos, por pertencerem a classes sociais inferiores, muitas vezes marginalizadas, como escravos, ex-escravos, a maioria negra e desempregada, enquadravam-se na definição de Goffman sobre estigma.

²⁶ Para o processo de profissionalização das FFAA ocidentais, ver Huntington (1957) e Janowitz (1960).

[...]cada vez mais o espírito do oficialato – sua identidade social – deixou de estar referido a um espírito de classe aristocrático e passou a centrar-se na própria instituição. A hierarquia da instituição militar tendeu a desvincular-se da hierarquia social (Castro, Celso. 1995; p.19).

Todavia, a tropa continuava a ser recrutada através do serviço militar obrigatório, e os praças permaneceram por um bom tempo sendo parte temporária da instituição, exercendo funções por cinco anos e depois podendo ser desligado a qualquer momento. Como dito acima, mesmo com a lei de 1874, que impunha o recrutamento através do sorteio, nada mudou e foram necessárias décadas para que o perfil dos praças mudasse.

McCann (2004), descrevendo a vida no EB nos idos de 1889, afirmou que os quartéis encontravam-se em péssimas condições, com alimentação insuficiente e poucas verbas à disposição. Os que mais sofriam com essa situação eram os praças, mal-vistos dentro e fora da instituição.

Dentre as funções dos praças nos fins do século XIX e início do século XX estavam a guarda de prédios públicos, patrulha de ruas e perseguição de bandidos, “deveres que em nada contribuía para a prontidão operacional do Exército” (McCann, 2004, p.42). O treinamento de oficiais para manejo de armas era uma das funções dos sargentos (idem). Isso tudo contribuía para atrasar o já tardio processo de modernização do EB.

O atraso no processo de profissionalização dos praças não foi um privilégio brasileiro. Castro (1995) discorrendo sobre a história dos exércitos ocidentais em geral, afirma que a profissionalização do corpo de oficiais e a democratização do acesso ao oficialato ocorreu muito antes da profissionalização dos praças. Antes do século XIX “os oficiais em geral ou eram mercenários ou recrutados quase que exclusivamente entre a aristocracia – casos em que ser oficial, mais que uma profissão, era, respectivamente, um negócio ou uma ocupação secundária”.

O sentido inverso é realizado pela tropa, onde o soldado profissional deixa de existir, e a idéia da “Nação em Armas” surge com força, propondo que todo cidadão é capaz de ser um soldado e

as FFAA, além de responsáveis pela defesa nacional, uma escola de nacionalidade, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Assim, apenas o corpo de oficiais passava a ser permanente; a base da instituição – as praças – sofreria renovações periódicas (Castro, op.cit; p.18).

O processo de modernização pelo qual o EB passou no início do período republicano é muito bem retratado pela bibliografia, no entanto os historiadores e estudiosos desse período parecem se esquecer da figura do praça. Pouco ou nada é dito sobre esses e o que sabemos sobre o processo de modernização na formação dos praças foi encontrado em arquivos da Escola de Sargento das Armas em Três Corações, item que iremos tratar mais a frente, quando falarmos sobre o ensino na EsSA.

Após o período retratado acima, temos uma lacuna que só é interrompida a fim de relatar os momentos em que os praças estiveram envolvidos em movimentos políticos, como na revolta dos sargentos, em 1915, a revolução de 1930, a Segunda Guerra Mundial e o pré-golpe militar de 1964.

3 B- As revoltas de praças:

Tentativas frustradas de participação política?

Durante a história do Brasil poucas foram vezes em que os sargentos estiveram diretamente envolvidos em revoltas ou golpes, se comparados à atuação dos oficiais. Isso porque, enquanto os oficiais faziam-se atores políticos presentes no Império e na Primeira República, os praças estiveram ausentes das discussões políticas no referido período.

O processo doutrinário a que os praças eram submetidos visava neutralizar possíveis revoltas e movimentações e manter intacta a estrutura do exército, sempre

baseada na hierarquia e na disciplina. Desta forma era necessário mantê-los afastados de agitações políticas. Dentre as poucas vezes em que os sargentos protagonizaram movimentos rebeldes durante a Primeira República, estão a Revolta do Sargento Silvino, ocorrida em 1894 e a Revolta dos Sargentos, de 1915.

Sobre a Revolta do Sargento Silvino pouco se sabe. Em resumo, Silvino, paraibano de 23 anos, tentou insurgir os praças com ideais de esquerda durante o governo de Floriano Peixoto (1891-94) e foi morto por fuzilamento no Paiol da Imbiribeira, Recife, no dia 14 de janeiro de 1894.

Relativamente a Revolta dos Sargentos conseguimos encontrar bibliografia mais expressiva. Em 1915, insurgidos pelo então deputado federal Mauricio Lacerda, pai de Carlos Lacerda (que no período contava menos de dois anos de idade) os sargentos passaram a reivindicar melhorias nas suas condições. Além disso, havia o ideal de república parlamentar como pano de fundo proposto pelo referido deputado. O governo de Venceslau Brás (1914-18), no entanto, descobriu os planos dos rebeldes e as prisões tiveram início. Muitos sargentos foram condenados e expulsos do EB após cumprirem pena de prisão.

Como consequência desta inquietação, no entanto, os sargentos conseguiram o pagamento de seus soldos atrasados e o acesso ao Quadro Auxiliar de Oficiais²⁷.

Em 1920 um movimento por parte de oficiais de baixa patente, descontentes com a situação política e social do país, estourou. O Movimento Tenentista contou com apoio de muitos sargentos, soldados e cabos, porém, era liderado por oficiais, mesmo que esses não possuíssem alta graduação (Fausto, 2000)²⁸.

Na década de 30 os praças tiveram participação em outros movimentos importantes pra a história do EB e do Brasil. No ano de 1930, especificamente, teve início um movimento que visava modificar as bases políticas do país. Dentre os conspiradores, encontramos os tenentes que haviam fracassado nos levantes dos anos 20 (Costa, 1985). A tática para angariar apoio da massa do exercito, que é até os dias de hoje composta por praças, incidia em conseguir a adesão dos sargentos para a rebeldia dos quartéis.

²⁷ Bento, Cláudio Moreira. <http://www.resenet.com.br/revoltasrepub.htm>. Acesso em abril de 2008

²⁸ Sobre o movimento tenentista ver: Santa Rosa, Virgílio. *O que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Santa Rosa, Virgílio 1905 – *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Para tanto, os oficiais envolvidos com o levante abusaram das promoções, manipulando-as, como forma de garantir a adesão dos sargentos ao movimento.

A promoção por merecimento, que segundo a lei, não podiam ser concedidas a oficiais subalternos, foram estendidas a todos, sob a fórmula de ‘bons serviços prestados na paz e na guerra’ e foram o grande recurso de persuasório pra a adesão às facções em luta. [...] quando não se cumpria (o apressamento das carreiras dos oficiais) crescia a insatisfação que levava à insubordinação. [...] A promoção do sargentos significava a ultrapassagem de uma barreira estrutural que gerava expectativas de outra natureza: de profissionalização e de integração ao corpo de oficiais

Sendo assim, muitos aderiram aos levantes buscando promoções. No entanto, mesmo conseguindo chegar ao oficialato, não eram integrados, da mesma forma como ocorre nos dias de hoje, visto que, de acordo com Leirner(2003):

embora, em alguns casos, praças em situação de sargento possam se tornar oficiais até a condição de oficiais inferiores, após muitos anos de serviço, mas apenas exercendo funções administrativas e auxiliares e jamais se encontrando situação de comando de tropa. No Brasil, estes constituem o chamado Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), e sua promoção não é realizada juntamente com a dos demais oficiais. Assim, embora eles possuam a patente, acabam por constituir uma oficialidade peculiar, restrita a si própria. Conforme foi constatado em campo, sua convivência com os oficiais egressos da Academia é muito restrita, mesmo em ambiente de trabalho. Em outros países, bem como aqui, também há a possibilidade de um praça se tornar oficial se na sua juventude (aqui até 25 anos, aproximadamente) ele ingressar num curso de formação de oficiais. Mas, neste caso, a pessoa é “ressocializada”, por assim dizer, e a clivagem é preservada

Não obstante as dificuldades já impostas pelo sistema aos praças, no ano de 1931 a Escola de Sargentos foi fechada, bloqueando a única via de profissionalização desses praças. Os anos 30 foram terríveis para os sargentos pois, após o fechamento da Escola, as promoções foram suspensas (1934) e em 1937 os sargentos com mais de 10 anos de serviço foram licenciados. Em 1939, uma Lei expedida por Getúlio Vargas, chamada Lei Militar, que proibia ao sargento exercer por mais de nove anos o cargo (Costa, 1985).

Esse processo de discriminação dos sargentos levou a formação de um sentimento de classe. E muito mais que a formação do sentimento de classe, o que surgiu entre os militares nos anos 30 foi a consciência do poder que eram dotados, pois os sargentos, ligados diretamente aos soldados, além das armas tinham homens fiéis em seu favor.

A revolução de 1932, por exemplo, constitui um marco na história dos sargentos. Segundo Maximiano (2010, p.47) “apesar de o breve conflito que eclodiu em julho daquele ano (1932) ter se resolvido num prazo de três meses, os combates foram enfiados a ponto de resultarem em novecentos mortos do lado do governo federal e seiscentos entre as diversas unidades formadas pelo estado de SP”. Este momento histórico serve até os dias atuais como exemplo de força, coragem e importância dos sargentos, e merece inclusive ser celebrado na EsSA, com monumentos e feriado²⁹. Devemos lembrar também que a participação de militares no movimento de 32 foi um dos pouquíssimos momentos onde eles puderam praticar os ensinamentos da caserna.

A partir da segunda metade dos anos 30, iniciam-se as infiltrações dos partidos políticos dentro dos quartéis: Partido Comunista do Brasil (PCB), Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Todas essas organizações incitavam os sargentos a refletirem sobre o tipo de hierarquia e disciplina que funcionava dentro das FFAA, associando sempre essa desigualdade à questão de classe.

Aterrorizados com o vulto que a questão tomava, pois vários oficiais de alta patente aderiram à causa dos sargentos, e outros continuavam ferreamente contrários à

²⁹ Para mais informações sobre a revolução de 1932 ver: Atassio, Aline Prado. *A Batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado defendida em março de 2007, Universidade Federal de São Carlos, SP; Boris Fausto. *A Revolução de 1930*. Editora Brasiliense, sem data.

valorização do praça e sua profissionalização no EB, várias medidas foram tomadas no sentido de amenizar os ânimos, trazendo a coesão de volta ao seio das Forças Armadas.

A nova tática de dominação consistia em impor a disciplina sem que ela fosse compreendida como repressão; assim como neutralizar as distinções hierárquicas mantendo a hierarquia, mas uma “hierarquia cuja lógica era a diferenciação funcional exigida pelo serviço” (Costa, 1985, p.279), assim como permanece nos dias de hoje.

Por fim, durante a década de 30, noventa e quatro movimentos militares são contabilizados, de acordo com José Murilo de Carvalho (1983), apenas alguns representaram mesmo algum tipo de ameaça à quebra da estrutura militar. Por mais que se revoltassem, os militares não conseguiam destruir a instituição pela qual viviam, era como cometer o parricídio, e não havia homens suficientemente frios e dispostos a isso. “é como se, imbutido no gesto de rebelião, estivesse o desejo de reintegração na grande família. O desejo impedindo a transformação do gesto em ato” (Costa, 1985, p.280).

Por mais cientes de sua força e poder, sargentos, soldados e cabos não conseguiam desconectar-se da organização. A vida dos praças, ainda que amaldiçoada pelo fantasma da subordinação, era “iluminada” pela retórica da união necessária para a garantia da vida do EB e, assim, a cada um dos sargentos, cabos, soldados, tenentes era dada a responsabilidade de manter vivo o organismo militar.

Destarte, as rebeliões foram contidas e só voltariam a aflorar com tamanha intensidade no início dos anos 60.

Todavia, até lá, teríamos que passar ainda pela Segunda Guerra Mundial e o envio de tropas brasileiras para combate na Europa, através da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Podemos considerar a 2ª Guerra Mundial um capítulo a parte na história dos militares do Brasil. A participação dos praças neste episódio é valorizada e possui um destaque que os outros episódios de revoltas e rebeliões nacionais não tem.

Todavia, não obstante os livros escritos e a discussão recorrente do tema, ainda há muitas dúvidas e até mesmo mal entendidos sobre o episódio. Segundo Cesar Maximiano (2010, p. 18) é preciso esclarecer algumas questões chave para a compreensão real do episódio: “seguiram para a guerra ou foram convocados? Será mesmo verdade que só desdentados, raquíticos, desnutridos e analfabetos embarcaram?”.

Devemos lembrar que a proposta da criação de uma Força Expedicionária, surgida em meados de 1943, foi um projeto governamental muito bem aceito pelo EB

pois contribuiria também para modernizá-lo “e adquirir a experiência necessária para garantir a soberania contra os inimigos regionais reais ou imaginários, principal pleito dos militares profissionais ao longo da primeira metade do século XX (Idem, p. 37-38). É válido lembrar que praticamente nenhum praça brasileiro estivera em uma situação real de conflito armado “embora houvesse uma pequena parcela de expedicionários que já tivesse passado pelo teste do combate de infantaria” (ibidem, p. 47) durante a Revolução Constitucionalista ou mesmo Revolução de 24 e no combate à coluna Prestes ou ainda durante a Intentona Comunista. Todavia, não era experiência suficiente para garantir a qualidade necessária mesmo aos oficiais.

O maior desafio para a criação da tropa da FEB foi encontrar entre os conscritos pessoas com saúde e grau de instrução satisfatórios. Isso porque, para a Guerra, não basta vigor físico e treinamento, era necessário que houvesse homens capazes de lerem e compreenderem mapas, bussolas, realizarem cálculos para a artilharia, etc. Aqui entramos em ponto crucial para o nosso trabalho: era preciso que os sargentos entendessem além das instruções disciplinares, era preciso conhecimento tático e os sargentos do período não a possuíam pois a formação de um quadro de graduados realmente profissional não havia sido uma prioridade do EB nos anos anteriores a Guerra. “Logo, a maioria dos graduados não pode ser aproveitada na FEB, surgindo a necessidade de promover rapidamente conscritos com instrução universitária ou secundária” (Maximiano, 2002, p.50). Encontrar pessoas instruídas no Brasil dos anos 40 não era tarefa fácil, o país estava começando a se preocupar com a instrução dos seus cidadãos e o acesso às escolas de segundo grau e universidade eram restritos.

Assim, acabou sendo criada uma distinção entre soldados, cabos e sargentos que iriam para a FEB e os que ficaram no país. Porém, foi o início de um longo processo de modernização na formação de sargentos.

3 C- “Sargento também é povo”³⁰: As rebeliões de sargentos na década de 60

Os movimentos que agitavam os praças desde os anos 50 e eclodiram nos anos 60 são marcados pelo caráter político de suas reivindicações. Os subalternos participavam de manifestações, lutavam por direito à participação política, tal qual detinham os oficiais, e deliberadamente realizavam pressão sobre a hierarquia do EB para conseguirem o atendimento às suas demandas.

O levante mais importante dentre os que ocorreram nos anos 60 foi aquele denominado Revolta dos Sargentos de Brasília, ocorrido em 12 de setembro de 1963. A importância deste movimento está, em essência, na ruptura dos padrões normais de subordinação, bem como no caráter das reivindicações e manifestações (Parucker, 2009). Porém, ao recuarmos na história deste conturbado período, deparamo-nos com o início das mobilizações articuladas dentro do EB por subalternos ligados às questões não-convencionais, uma vez que tinham esse caráter político³¹, já no ano de 1961, com o movimento dos sargentos que apoiavam a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, quando da crise da renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de Jânio ao poder. Em agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros, eleito com grande apoio popular, renunciou ao governo, deixando o cargo para seu sucessor, João Goulart. Jânio possuía o apoio do Exército, pois suas propostas eram identificadas com as da União Democrática Nacional, partido pelo qual parte dos militares estava mobilizada desde os anos 40.

³⁰ Lema do movimento político dos anos 60 que buscava garantir aos sargentos o direito a ocupar cadeiras em órgãos políticos. No caso específico, esse era o slogan da campanha do sargento Antonio Garcia Filho (PTB) à Câmara dos deputados.

³¹ Consideramos que a maioria das mobilizações de praças existentes anteriormente reivindicavam melhores condições salariais e de trabalho, e não eram dotados do caráter político de forma tão expressiva como os movimentos da década de 60.

As bandeiras de Jânio que propalavam o combate à corrupção e a defesa da moral, casavam-se perfeitamente com as aspirações dos militares, especialmente dos oficiais. Além de ser apoiado pela UDN, outro componente fortalecia a figura de Jânio frente aos militares: o personalismo, que havia existido com Vargas, com Juscelino e agora retornava na figura de Jânio Quadros. Os militares não estavam isentos do complexo messiânico. Apesar do personalismo não ser um fenômeno racional e menos ainda uniforme, ele estava inserido no imaginário político militar do referido período histórico. Os militares, assim como o povo, acreditavam no potencial de Jânio para varrer as mazelas nacionais.

A renúncia foi uma surpresa para os militares, que haviam apostado no candidato como a esperança para o futuro do país. De acordo com o general-de-brigada Ruy Leal Campello, tenente-coronel na época,

Escusado dizer que o Presidente Jânio Quadros contava com o apoio integral do Exército. A Força enxergava no presidente Jânio uma pessoa capaz de colocar ordem no País, naquela conjuntura, mas acabou tornando-se o maior ‘gafe política’, surpreendendo a todos com a inesperada renúncia (MOTTA, 2003, T.3, p.55).

Além da crise que este fato por si só tinha o poder de desencadear, havia a agravante: como as candidaturas não eram vinculadas, ou seja, havia o voto para o presidente e para o vice separadamente, era possível a eleição de opositores, exatamente o que ocorreu em 1960. Assim, aqueles que haviam apoiado Jânio passaram a fazer oposição à posse de Jango, temerosos com relação às mudanças que ele pudesse

implementar. Foi com pesar que parte considerável dos militares, em especial o oficialato, via o poder em vias de ser passado para as mãos de Jango. Os motivos desse pesar eram muitos e ia desde a associação de Jango a Getúlio, antigo desafeto dos militares que na década de 1960 ocupavam altas posições na hierarquia da instituição, passando pela relação de parentesco com Leonel Brizola, conhecido pela ligação com a esquerda e as idéias revolucionárias e chegando ao despreparo de Jango para a função, o que o tornava facilmente influenciável pela esquerda, de acordo com os oficiais (Atassio, 2007).

A oposição dentro do Exército, liderada pelo marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra, conspirava tentando encontrar uma maneira de impedir Jango de tomar posse, porém, Brizola passou a fazer campanha pela posse do vice-presidente e assim teve origem a Cadeia da Legalidade, criada pelo então governador com a intenção de conclamar a população, através de um programa transmitido pela rádio Mayrink Veiga a lutar pela posse de Jango à presidência, conforme figurava na Constituição. Entretanto a Cadeia da Legalidade adquiriu maior expressão quando o III Exército – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na figura do General Machado Lopes - aderiu ao movimento³², e trouxe consigo o apoio de seus subordinados. Assis Brasil, coronel chefe do Estado-Maior do Exército e o General Bevilacqua foram nomes importantíssimos pois conseguiram, da mesma forma que o Gen, Machado Lopes, trazer sargentos e soldados para o lado da Legalidade.

³² Sobre a adesão do III Exército à Cadeia da Legalidade ver: Markun, Paulo. *1961, Que as Armas Não Falem*. São Paulo: Senac, 2001.

A cizânia dentro do Exército, que vinha ocorrendo desde os anos 50³³, com a disputa entre Legalistas e Internacionalistas dentro do Clube Militar, tornava-se visível inclusive para a sociedade civil neste início dos anos 60.

Por fim, a Campanha pela Legalidade conquistou apoio da sociedade civil e de parte do Exército ,incluindo oficiais e praças, mas foi parcialmente vitoriosa. Os ministros militares relutavam em entregar o poder a Jango, questionavam sua capacidade e temiam suas ações. O impasse acabou gerando uma situação até então inédita no país: a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto que previa a adoção do regime parlamentarista de governo, que foi aceito por Jango, apesar da oposição de Brizola.

Esse movimento, não obstante ser liderado por oficiais, demonstra que os praças estavam conectados aos acontecimentos políticos e tinham simpatia pelas causas “populares e democráticas” (op.cit.).

A partir do movimento da Legalidade, os subalternos estiveram envolvidos em diversos movimentos reivindicatórios, e, como demonstrado por Parucker (2009, p.20) os movimentos políticos dos subalternos militares de 1961 a 1964, levam-nos, inevitavelmente, a discutir as vinculações entre FFAA e ordem social,

considerando-se ai a relevância da mobilização dos praças como fator de instabilidade nesta equação. Trata-se também, de situar as questões envolvendo a cidadania e seu caráter ‘subversivo’

³³ Para esse assunto, ver: Atassio, Aline. 2007; Castro, Celso. 2004; Dulles, John F. 1970; MacNann, F. 1982; Rouquié, Alain (Coord.).1980.

frente à estrutura de poder, às relações de dominação e subordinação historicamente traçadas na sociedade.

A partir desse movimento, os graduados começaram a aparecer em inúmeros momentos históricos, como em 1962, quando o sargento Antonio Garcia Filho (PTB) candidatou-se ao cargo de Deputado pela Guanabara, utilizando o slogan “Sargento também é povo”, denotando o viés classista da campanha, que unia a “classe” dos sargentos às classes populares e buscava, desta feita, atingir dois grupos antes separados pela farda.

A vitória nas urnas do Sargento do povo imediatamente provocou a reação dos oficiais das FFAA. Tudo era feito para impedir a posse do sargento e “cada vez mais a questão da elegibilidade explicitava a imbricação entre disciplina, hierarquia e política” (Parucker, 2009, p.64). A união dos sargentos das três Forças e a simpatia popular aos graduados desnudou a consciência da força que o grupo dos subalternos possuía, e um “sentimento de desapego” aos superiores, em especial aos chefes militares, foi paulatinamente sendo estabelecido.

O movimento dos subalternos em Brasília foi o ápice do estreitamento das relações entre militares subalternos e civis representantes da classe dos trabalhadores, o que representava, sem sombra de dúvidas, a identificação dessas duas “classes”.

No dia 12 de setembro, menos de 24 horas após o lançamento de uma nota oficial do Ministro do Exército, general Jair Dantas Ribeiro, que desautorizava qualquer atitude insurrecional por parte dos sargentos que lutavam pela elegibilidade – que era proibida pela constituição Nacional – e aconselhava os sargentos a permanecerem dentro da lei e confiantes nas ações das autoridades e da democracia, explode a rebelião dos sargentos. A revolta da Marinha contou com o

apoio dos sargentos do Exército e da Aeronáutica, mas permaneceu isolada em Brasília³⁴.

Esta revolta foi o mais grave ataque que as Forças Armadas haviam sofrido até então e serviu para que os oficiais agilizasse suas movimentações golpistas. A insurreição foi um sinal de alerta para os generais do quão abalados estavam os sustentáculos das Forças Armadas. De acordo com o general-de-divisão Agnaldo Del Nero Augusto, “em 1963 a subversão, até então conduzida, mais ou menos na clandestinidade, aflorou. Como não havia certeza do seu sucesso e até como uma forma de pressão, começou a colocar-se à luz do dia (MOTTA, 2003, t.5, p.98 in: Atassio, 2007, p.76).

O levante dos sargentos terminou com a forte repressão realizada pelos oficiais que, mediante muitas ameaças, inclusive de retaliações às famílias dos sargentos, cabos e soldados, conseguiram que muitos dos rebelados desistissem do enfrentamento e se rendessem aos oficiais. Ademais, a quebra da legalidade, da hierarquia e da disciplina enfureceu um grupo de oficiais que, convencidos da necessidade de tomarem para si o poder que estava nas mãos de Jango, passaram a agir com mais força, valendo-se do argumento da necessidade de restabelecer a ordem ao caos que havia se tornado o país.

Após a rebelião dos sargentos, tivemos ainda a participação de subalternos na luta armada³⁵ e, mais recentemente, a greve dos sargentos controladores de vôo, em 2007. As reivindicações desses sargentos incluíam a desmilitarização do tráfego aéreo, melhoria dos equipamentos e criação de uma carreira de Estado. As mobilizações foram

³⁴ De acordo com o historiador Marco Antonio Villa (op.cit), “a gravidade da rebelião, que rompeu com os marcos constitucionais, a prisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal, do presidente em exercício da Câmara dos Deputados – casos únicos na história brasileira - de um subchefe da Casa civil, um coronel, seis majores, cinco capitães e oito tenentes, contou com a complacência do governo federal e dos deputados considerados de esquerda”.

³⁵ Para esse assunto, ver Gorender, 1987, Marcun, 2001; Ridenti, 1989, 2 vols.

revides às represálias da Aeronáutica, que transferiu os sargentos controladores de suas sedes para outras cidades, aleatoriamente³⁶

Atualmente, com a reorganização do papel dos militares na defesa interna e externa do país, muito tem se falado sobre os subalternos. As Missões de Paz, em que o Exército enfia soldados para controlar conflitos ou contribuir para estabilizar uma área devastada por guerras e desastres são atribuições antigas mas que ganharam força com a nova sistemática.

Para além das funções nas missões de paz, a Lei Complementar 97/99, (Capítulo V, Artigo 15, parágrafo 2), regulamentou as condições para o emprego das FFAA em ações subsidiárias dentro do Estado e o fez de forma clara, garantindo que, antes da utilização das FFAA, tem o Estado que haver esgotado todas as outras possibilidades de defesa e manutenção da lei e da ordem, conforme fica explícito no excerto da lei seu se segue: “após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.”

Por fim, a Lei Complementar 97, que revogou a lei complementar 69 de 23 de julho de 1991 e também a Lei Complementar número 136, de 2010, definiram as áreas de atuação de cada Força, nas fronteiras do país, como afirma o Artigo 16-A:

Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

³⁶ WWW.uol.com.br. Monteiro, Tânia. *Começa greve de controladores de vôo em todo país*. 30/03/2007, Agência Estado, Uol notícias. Acesso em 10 de março de 2007.

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito.

O discurso oficial que apoiava a utilização das FFAA em atividades subsidiárias interna ou externas ao país, ganhou respaldo da sociedade em curto período. A desconfiança da população com relação às polícias civis e militares, devido ao envolvimento dessas em episódios como os das milícias, aumentou quando as autoridades viram-se sem força suficiente para barrar o avanço do crime organizado e da violência.

A Lei Complementar 97 elaborou as diretrizes para a preparação dos militares, com o intuito de garantir, por lei, que o treinamento desses homens fossem realizados dentro do novo perfil de militares que surgiu após os anos 80. Em 1995 o sistema de ensino militar passou a ser estudado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do EB com o intuito de modernizar o processo de formação dos futuros oficiais e praças. Em 1999 a Lei de Ensino número 9.786 foi aprovada e deu início a reformulação nos cursos de formação de quadros do EB, que atingiu escolas para oficiais de todos os níveis, desde a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) até a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e Órgãos de Formação dos Oficiais de Reserva (OFOR).

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EASA), situada em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, foi criada neste mesmo período e em por objetivo “aperfeiçoamento do grau médio da linha de Ensino Militar Bélico. Habilita seus alunos para o desempenho de cargos de 2º e 1º sargentos e subtenente” (www.exercito.gov.br. Acesso em agosto de 2007).

Todavia, foi apenas a partir de 2005 que as escolas de formação de sargentos passaram a sofrer mudanças na grade curricular. A proposta de mudança, segundo representantes da EsSA, adveio da necessidade de acompanhar as modificações que ocorriam nos exércitos do mundo todo. Para a EsSA, isso significa uma adaptação aos novos tempos, onde a tecnologia e a visão prospectiva imposta pelo cenário nacional e internacional exigia a mudança na sistemática da formação de sargentos.

A definição da nova sistemática deu-se com a expedição, pelo Comando do Exército, da portaria número 44-A, datada de 3 de fevereiro de 2005. Em 17 de novembro de 2005, o Estado-Maior do Exército (EME), remeteu a portaria número 139-EME, definindo assim as novas diretrizes para formação de sargentos de carreira. As premissas dessas novas diretrizes eram:

valorizar o sargento e aperfeiçoar a sua formação; proporcionar ao aluno do CFS (curso de formação de sargento) uma vivência de tropa que lhe permitisse melhores condições de afirmação de sua vocação militar; e permitir à Força Terrestre identificar o material humano possuidor de real pendor para a carreira das armas (idem)

Os objetivos, segundo documentos da Escola, eram de curto e médio prazo e visavam melhorar a “sedimentação do conhecimento técnico-profissional, além de se enquadrarem como vetor da modernização do ensino no Exército, na parte voltada ao preparo profissional do sargento” (ibidem).

Assim, a figura do sargento e seu desempenho na atualidade estão sendo valorizados, o que pode significar mudança no perfil dos alunos e nos próprios sargentos que seguem a carreira, optando por ficar no EB ao invés de evadirem para outras carreiras, o que nos indica que em breve escreveremos um novo capítulo sobre os sargentos no Brasil.

Capítulo 4 - Origem social dos sargentos: uma lacuna

“As rubras flores vermelhas não são papoilas, não.
É o sangue dos soldados que está vertido no chão”

António Gedeão.
Poema da Terra Adubada, 1967

Como temos falado desde o início da pesquisa, a questão relativa à situação sócio-econômica dos sargentos é importante dado para relevar a composição desta significativa parcela do Exército e não foi até hoje estudada.

Existem na literatura algumas menções sobre este assunto, todavia, remetem-se há tempos anteriores ao regime militar e em alguns casos retroagem até a Guerra do Paraguai.

Analisando dados sobre as FFAA na Primeira República, José Murilo de Carvalho (1978) asseverou que, na história dos exércitos europeus, quando o grau de profissionalização e especialização não era ainda elevado, o recrutamento representava importante variável, pois por meio dele era estabelecida a relação do exército com a estrutura de classes da sociedade. Para este autor o Brasil preservou a estrutura do exército português, o que explicaria a composição do exército brasileiro.

Ainda de acordo com estudos de Carvalho (op.cit, p.186), “o recrutamento militar favorecia a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder”. O recrutamento endógeno também foi uma realidade no Império e a organização militar acabava por fechar-se em si mesma. A realidade modificara-se durante a Primeira República, período no qual o autor acredita que muitos oficiais eram recrutados entre as famílias mais pobres que buscavam no exército um meio de ascensão social:

Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o exército como a única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que as rendas familiares eram insuficientes. Quando Leitão de Carvalho manifesta intenção de ingressar no exército, seu professor lhe pergunta se o motivo é falta de dinheiro (Carvalho, 1978, p.187)

Entretanto, o autor afirma que o recrutamento endógeno em 1962 e 1966 era tenaz e o exército continuou tendo entre seus oficiais uma grande parcela de filhos de militares. Em resumo, Carvalho nos diz que o recrutamento de oficiais do exército evoluiu de aristocrático para endógeno e de classe média.

O mais recente trabalho realizado que segue esta linha de pesquisa foi escrito em 1992 por Celso Castro, em artigo intitulado “A Origem Social dos Militares”, onde o autor fez um mapeamento da oficialidade do Exército, a partir de dados obtidos na AMAN, e concluiu que, independente da classe social de origem, a maioria dos alunos da Academia era composta por filhos de militares, porém não de militares graduados, e sim subalternos e praças. Castro também concluiu em seu estudo que 90% dos cadetes dos anos 80 já haviam vivido experiência militar, seja ela em colégios militares, no colégio naval ou na Escola Preparatória de Cadetes (EsPCEX). Sua hipótese é que, dada a pouca idade com que a opção pela carreira militar é tomada, muitas vezes ela é uma decisão familiar e não do indivíduo. Para Castro o “ingresso na Academia Militar represente um claro meio de ascensão social dentro do próprio Exército, com filhos de militares de baixa patente cruzando a principal barreira da hierarquia militar, a que separa praças de oficiais” (op.cit.p.229).

Apesar de extremamente reveladora da composição socioeconômica do Exército, e mesmo de seu comportamento social, pesquisa semelhante à de Castro jamais havia sido aplicada às escolas de formação de praças, o que significava que existia uma lacuna nos estudos sobre as origens sociais dos militares brasileiros. Tendo em mente a necessidade de preencher esta lacuna, a pesquisa atual debruçou-se sobre dados colhidos na EsSA com o intuito de mapear a condição sócio-econômica dos sargentos do EB.

Todavia, neste trabalho, chegamos a conclusão que a análise do capital econômico não era suficiente; era preciso estudar também fatores como idade, região de procedência, grau de escolaridade e principalmente a questão da filiação.

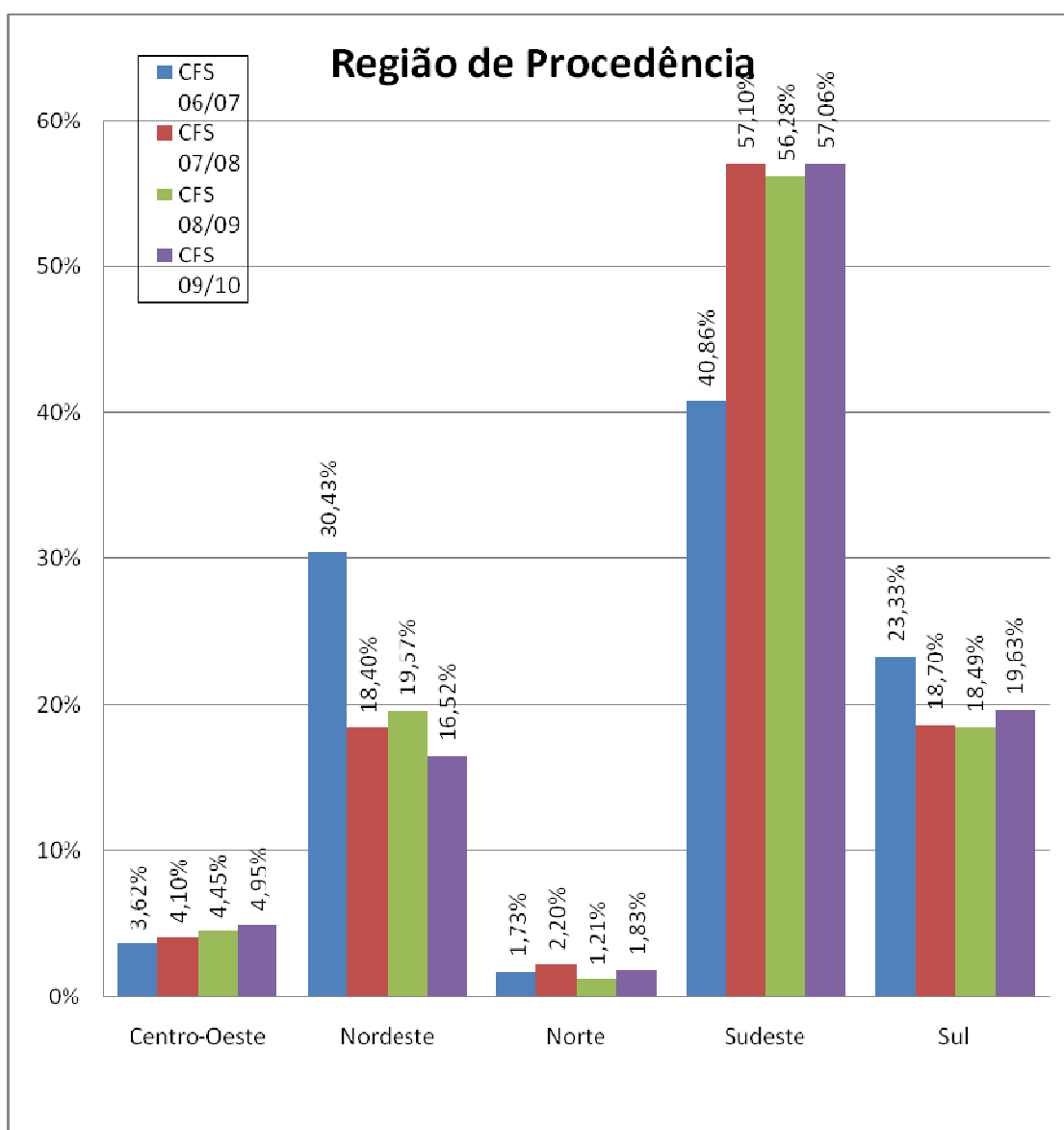
O objetivo é compreender melhor o *habitus* dos alunos da EsSA, **antes do ingresso desses na Escola**. Tendo mapeado o perfil profissional do pai, bem como o nível educacional e social, a região, religião, a condição militar anterior, estaremos próximos de conhecermos o *habitus* de classe desses alunos em sentido mais amplo, abarcando o aspecto do capital cultural, além de pura e simplesmente olharmos o capital econômico e, assim, entendermos melhor algumas questões de difícil compreensão.

4 A- Análise das Estatísticas

Ao analisar as estatísticas, devemos levar em consideração que o universo compreende aproximadamente 700 alunos novos por ano, sendo este o total da nossa amostragem.

1- Região de procedência:

Neste item as regiões do país são divididas em Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Os dados analisados compreendem os anos entre 2006-2010 e referem-se ao total de alunos matriculados na EsSA



Como podemos perceber, dentre os alunos que ingressam na Escola de Sargento das Armas, a concentração de alunos se dá primeiramente na região sudeste, depois na nordeste, sul, centro-oeste e norte, consecutivamente. Apesar de algumas variações no decorrer dos anos analisados, esta seqüência se mantém. Uma explicação plausível que surgiu no decorrer da pesquisa é a de que o sudeste envia mais alunos por ser a região com maior índice de escolaridade ou ainda de possuir mais homens na faixa etária de ingresso na EsSA fora do mercado de trabalho ou em trabalhos sem registro, ilegal ou cujo salário não é compatível com o desejado. Algumas hipóteses foram estudadas levando em consideração dados do IBGE dos últimos 10 anos e nos mostram os seguintes resultados:

Unidade Territorial Populacional (%)

Região	2000	2010
Norte	7,6	8,3
Nordeste	28,1	27,8
Sudeste	42,6	42,1
Sul	14,8	14,4
Centro-Oeste	6,9	7,6

Fonte: www.ibge.gov.br/acesso em junho de 2010

Percebemos que a análise da unidade territorial populacional nos diz que a região sudeste concentra a maioria dos moradores do país, seguida da região nordeste, sul, norte e centro-oeste. Os dados da EsSA nos mostram que a procura pela escola segue a mesma seqüência, só invertendo posição entre centro-oeste e norte. Isso significa que a região mais populosa é a que envia mais alunos, como esperávamos encontrar.

Média da população alfabetizada por região (2001-2009)

região	População alfabetizada (%)
Norte	85
Nordeste	76
Sudeste	91

Sul	91
Centro-Oeste	89

Fonte: www.ibge.gov.br/acesso em junho de 2010

Com relação a alfabetização, temos a região sudeste e sul empatadas em primeiro lugar, seguidas da região centro-oeste, norte e por fim, nordeste. Realmente aqui encontramos um interessante fator que demonstra que em especial a região nordeste, a menos alfabetizada, está entre as 3 regiões que mais buscam a carreira das armas pela EsSA. Isso significa que a hipótese da baixa escolaridade para ingresso ser um facilitador do acesso das classes menos privilegiadas é válida neste caso.

População masculina economicamente ativa (porcentagem por região) entre os anos de 2001-2009

Região	% entre 2001-2009
Norte	28
Nordeste	23
Sudeste	31
Sul	28
Centro-Oeste	30

Fonte: www.ibge.gov.br/acesso em junho de 2010

Por fim temos uma tabela com a porcentagens de homens economicamente ativos, divididos por região e novamente temos a região sudeste em primeiro lugar, seguido da centro-oeste, sul e norte (empatadas) e por último a região nordeste. Essa terceira tabela vem corroborar mais uma vez a hipótese supracitada.

É importante ressaltarmos que estes dados derrubam um imaginário comum na sociedade que é o de que a *maioria* sargentos é proveniente das regiões mais pobres do país, como norte e nordeste. Como percebemos, a região sudeste é dominante e a região nordeste está praticamente empatada com a região sul quando o assunto é número de inscritos na EsSA.

A explicação de tal senso comum pode ser dada pelos fatos expostos do capítulo sobre as formas de recrutamentos de soldados no EB. Como dito neste trabalho, até o ano de 1916 o recrutamento de praças era feito nas classes mais baixas da sociedade

(Carvalho, 1978, p 189). O recrutamento forçado, foi uma prática adotada em 1835, mas graças aos método falho, em 1874 ficou instituído que quem não quisesse servir poderia pagar uma taxa e isentar-se do serviço militar. Isso impedia que os nobres e as classes médias fossem recrutadas, assim apenas aqueles sem recursos financeiros ou políticos ingressavam nas fileiras do exército para servir como praças (idem, p.190). Em 1913, pronunciando à Câmara, Leitão de Carvalho afirmou que as principais fontes de recrutamento do exército eram:

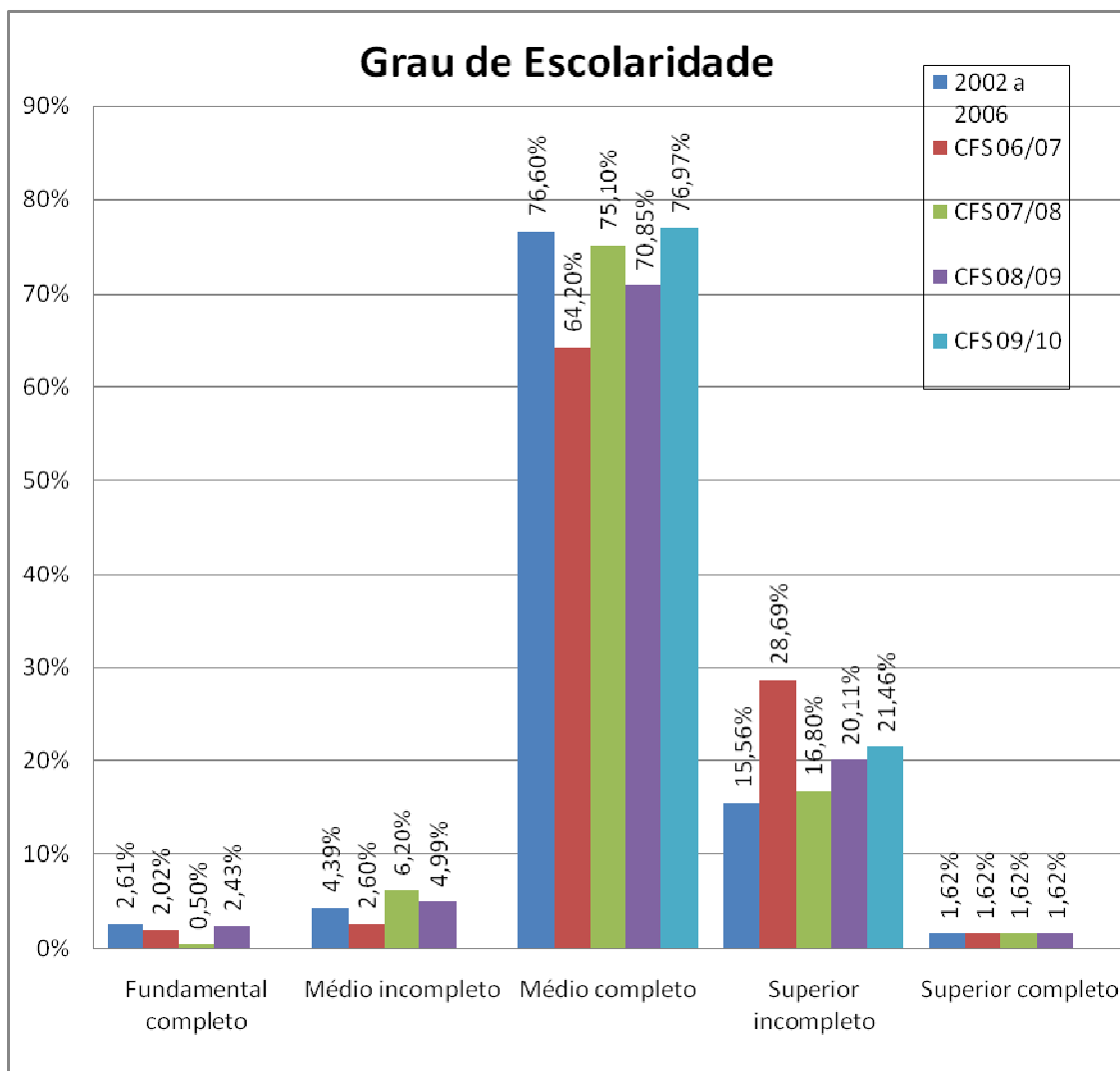
a) os nordestinos afugentados pela seca; b) os desocupados das grandes cidades que procuram o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela política; d) os inaptos para o trabalho. Era a seleção invertida, segundo o próprio autor (Ibidem, p.190).

A presença de muitos nordestinos até o dia atual no Exército contribui para que o imaginário perdure. O senso comum permaneça no imaginário popular e da academia muitas vezes, revelando total desconhecimento da sociedade em geral de parte constituinte do exército nacional. Aqueles que não estudam a fundo essa questão se esquecem de que as duas regiões mais ricas e com grande população masculina economicamente ativa e alfabetizada estão entre as três regiões que mais enviam alunos à EsSA.

2- Grau de Escolaridade

Este dado é interessante pois vem mostrar o perfil educacional dos alunos da EsSA. Devemos lembrar que até o ano de 2008 o grau de escolaridade exigido para ingressar na Escola era o fundamental, todavia, atualmente é preciso ter concluído o ensino médio para prestar o concurso que garante ingresso nas Escolas de Formação de Sargentos.

Antes dos dados da EsSA, apresentaremos uma tabela comparativa, com os dados nacionais sobre alfabetização:



Como explicito no gráfico, a maioria dos alunos dos últimos oito anos ingressam na EsSA com o ensino médio completo. Grande parte possui superior incompleto e é minoria aqueles que possuem apenas o ensino fundamental. O gráfico indica, ainda, uma tendência crescente à maior grau de escolaridade dos alunos ingressantes na EsSA.

Creemos ser importante analisarmos com atenção a variável comparativa que indica ensino superior incompleto. Nos anos de 2002-2006 havia 15,56% de alunos que haviam ingressado em algum curso superior e desistido para abraçar a carreira das armas. Em 2006-7 esse percentual foi de 28,69; em 2007-2008 caiu para 16,8; em 2008-2009 voltou a crescer para a faixa de 20,11% e por fim, em 2009-2010 manteve percentagem próxima ao ano anterior, na casa dos 21,46. Isso significa que, nos últimos oito anos, a média de alunos da EsSA que havia ingressado no ensino superior antes de ingressar na Escola é de 20,52%.

Esses dados são reveladores e mostram que a EsSA surge como uma oportunidade de ascensão profissional mesmo para aqueles que conseguiram ingressar no ensino superior.

Em 2008, ao realizarmos a pesquisa, levantamos uma questão interessante ao coordenador da parte pedagógica da EsSA. Lembramos ao coordenador que os sargentos ocupam posições inferiores dentro da pirâmide hierárquica do Exército permanecendo também longe das posições mais favoráveis, econômica e socialmente, dentro da instituição. Assim, perguntamos para esse coronel que comandava a parte pedagógica da escola qual seria o mote que levaria tantos cidadãos, anualmente, a pleitearem uma vaga no EB como sargentos, ao invés de tentarem angariar um posto melhor e mais promissor social e economicamente, como civil exercendo profissões de nível superior.

O coronel foi claro ao elucidar nossa dúvida, dando sua opinião como militar que convive diariamente com os alunos que serão os futuros sargentos. Segundo esse coronel, deve-se levar em conta que para muitos alunos a entrada na EsSa é um salto significativo na vida profissional: passam a receber um salário e tem perspectivas positivas para o futuro, algo que, de acordo com os alunos da Escola, não ocorre necessariamente com aquelas pessoas que optam pelo ensino universitário ao terminarem o ensino médio. Para eles, o ingresso na faculdade implica em gastos e não há garantia de absorção pelo mercado quando formados. A escola de sargentos seria, assim, uma forma segura de construir um futuro profissional.

A mesma questão foi levantada no ano de 2011, em entrevista ao general comandante da Escola. Após diálogo tratando da questão do aumento do grau de instrução exigido nos concursos para os CFS, o general explanou:

Estatisticamente, nos últimos concursos, a procura pelo curso de sargento tem sido maior do que para o de oficial. Por quê? Pela rapidez! Há épocas – e isso há em qualquer instituição militar – em que o indivíduo entra na carreira pela viração, pela motivação, pela vocação, e uma parte pela tradição; em outras que entra pelo emprego mesmo, outra parte pela estabilidade, pela educação. Isso acontece em qualquer lugar e como o curso de sargento te dá uma profissão com um salário bastante razoável, comparado à média ai de fora, em um ano e meio – e

o oficial em cinco anos – o retorno é rápido. Então o jovem que é mais imediatista, *que necessita*, ele não titubeia, ele entra pra ser sargento.

A fala do general comprova a hipótese colocada no início do nosso projeto de pesquisa: afirmávamos que a procura pela carreira das armas através da EsSA dava-se principalmente para indivíduos que, fora da instituição, não teriam acesso à educação, e ao salário garantido pelo EB em tão pouco tempo de estudo. Falávamos também da busca por estabilidade como um chamariz da carreira, o que, na opinião do General comandante, realmente é um fato facilmente verificado por quem convive com os alunos da EsSA. As entrevistas realizadas com alunos já conseguiam provar a importância das variáveis estabilidade/educação/salário na escolha da carreira de sargento.

Vale ressaltar que os alunos entrevistados sempre demonstraram desejo em prosseguir estudando para angariar novos postos na carreira e isso implica em realizar uma graduação, todavia, dadas as condições financeiras e a situação de internato em que se encontram, os alunos afirmam que este seria um plano para depois da formatura. Alguns alunos enfatizaram o desejo de prestar concursos, especialmente para a polícia federal. Neste caso, a EsSA seria apenas uma escola de passagem, onde conseguiriam unir salário para garantir a subsistência e educação de boa qualidade para, futuramente, alcançarem o verdadeiro objetivo.

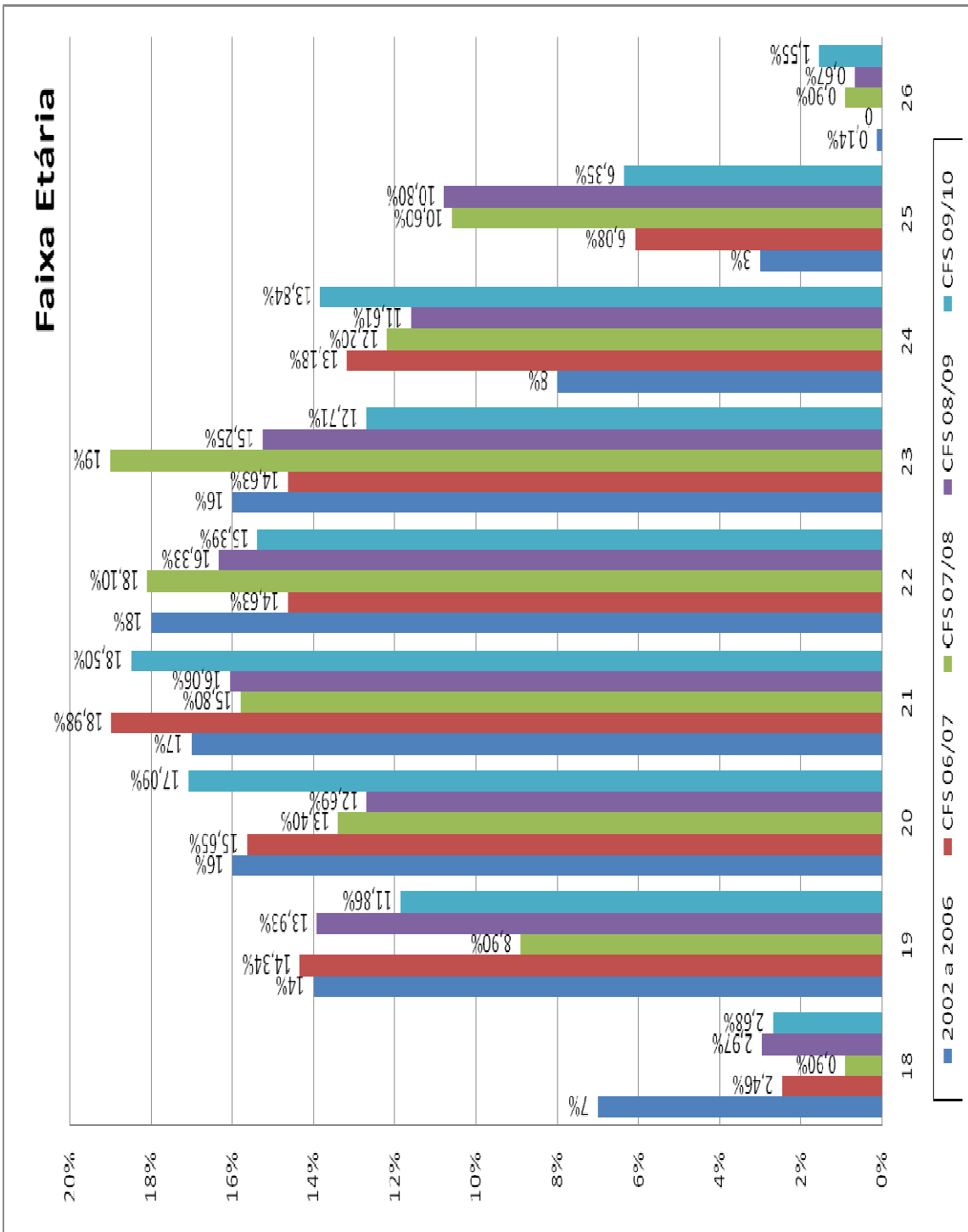
Sendo assim, mais uma versão impressa no imaginário popular é destruída com nossos dados: a de que apenas pessoas sem perspectivas ou instrução buscariam a carreira das armas através da formação de sargentos. Ao contrário, temos notado o aumento no grau de instrução dos ingressos na EsSA pois a Escola surge como alternativa viável aos que querem garantir a continuidade dos estudos mas precisam ao mesmo tempo garantir a subsistência no presente e um futuro objetivo.

3- Faixa Etária

O ingresso na EsSA é permitido dos 18 aos 28 anos, o que garante aos que não conseguiram ingressar nas fileiras do Exército através da escola de formação de oficiais, a AMAM, o ingresso como praça, algo que de acordo com as entrevistas, ocorre com frequência. No entanto, a concentração não é tão díspar como poderíamos supor. Há

uma distribuição praticamente homogênea dos candidatos entre os 20 e 24 anos e uma queda na busca a partir dos 25 anos.

A inexistência de alunos com mais de 26 anos pode ser atribuída ao pouco tempo em que a nova regra que permite o ingresso de homens com até 28 anos está em vigor. Até o ano de 2006 o ingresso não era permitido para maiores de 26 anos. Todavia, é interessante notarmos que há uma crescente procura pela EsSA nos anos de 06/07; 07/08 e 08/09 entre homens 25 e 26 anos. A idade expandida com relação ao curso da AMAN permite que os alunos da EsSA sejam, em sua maioria, pessoas com outras experiências profissionais e, conforme notado nas entrevistas, tenham menos expectativas com relação à carreira e saibam com maior precisão os percalços que irão enfrentar. Isso pode significar ainda que o mercado de trabalho não consiga absorver todas essas pessoas ou que, quando absorve, não garante a remuneração suficiente.



4- Religião

A religião é uma importante manifestação cultural de um povo, motivo pelo qual ela não pode deixar de ser uma variável analisada nesta tese.

Quando internalizada, a religião interfere na visão de mundo, influencia na mudança de hábitos, inculca valores, enfim, é fonte de orientação de conduta (PRANDI).

O Brasil é um país oficialmente laico, de maioria católica que, todavia, apresenta um sincretismo religioso muito grande, especialmente com religiões africanas. Segundo dados de artigo publicado por Almeida-Moreira Et Al (2010, p.19), 67,9% dos brasileiros adultos são católicos e 10,4% dos adultos dizem seguir mais de uma religião, número muito expressivo.

Filiação religiosa	Adultos (n=2.346) %
Católicos	67,9
Protestantes	22,9
Espíritas	2,5
Afro-brasileiras	0,5
Outra	1,2
Sem religião	5
Frequenta mais de uma religião	10,4

Outros autores (Almeida e Monteiro) fazem ainda referência ao grau de escolaridade e nível de renda dos pesquisados e nos mostram que, em sua maioria, a religiosidade está associada à menor grau de instrução. Indivíduos situados na faixa C e D de níveis de renda estão entre a maioria dos fiéis.

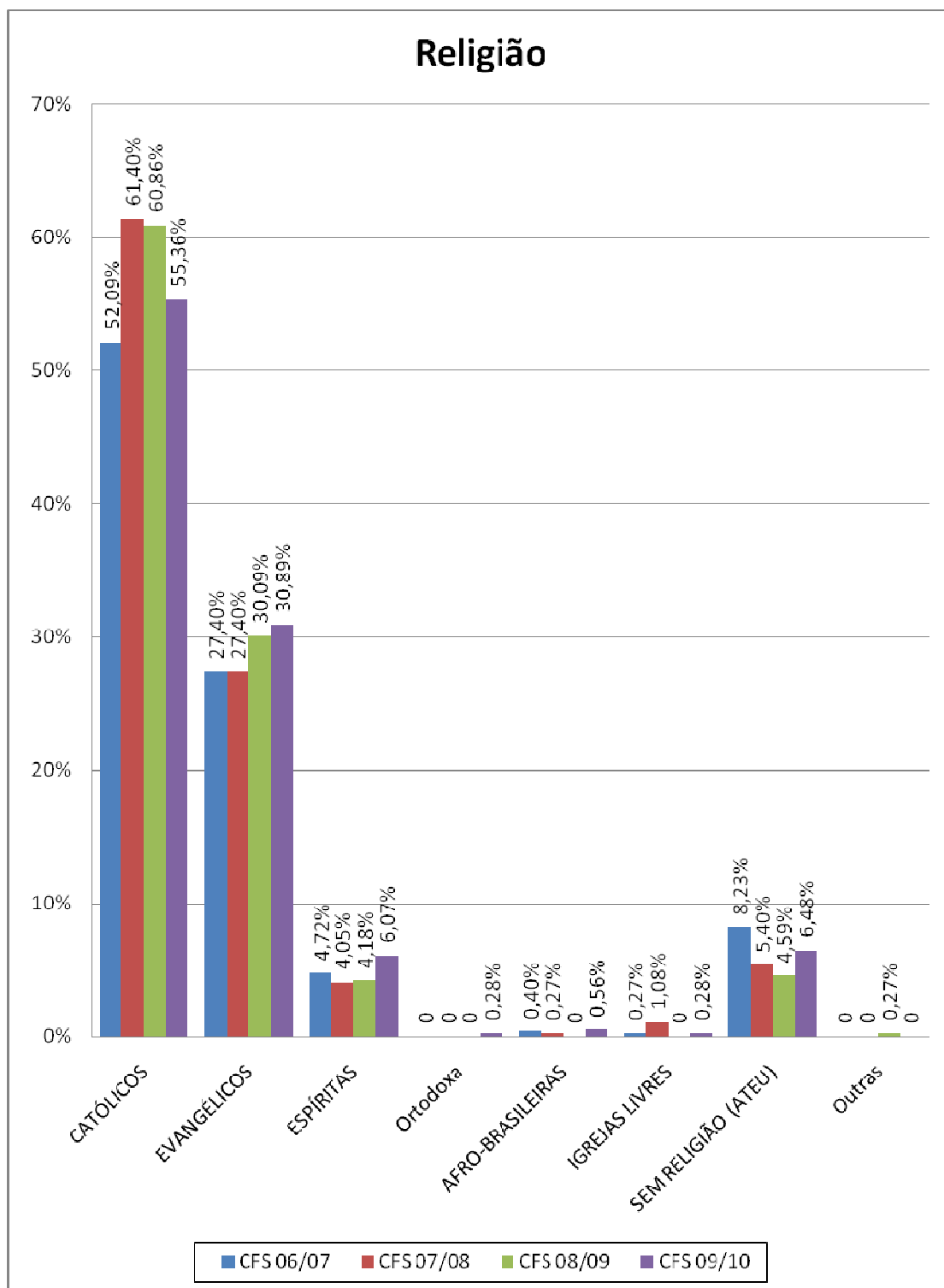
Indivíduos entre 16 e 65 anos, segundo grau de escolaridade e religião atual (1998)

Religião	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior
Católico	6,9	44,4	21,7	17	10
Protestante	9,1	41,8	24,1	20,8	4,2
Pentecostal	5	65,2	18	9,1	2,8
Espírita	0	12,9	25,4	42,7	18,9
Afro-Brasileiro	0	41,6	21,1	4,3	33
Sem religião	4,5	46,6	21,4	14,3	13,1
Outra	4,2	44,4	30,8	16,3	4,5
Total	6,3	46	27,7	16,7	9,4

O exército, por sua vez, não foge à regra nacional. Segundo dados da EsSA, a maioria dos alunos é católica (aproximadamente 57% dos alunos de 2002 a 2010 – pouco abaixo da média nacional), sendo seguidos por evangélicos (compõem 29% do contingente da Escola de 2002 a 2010) e espíritas (4,6% no mesmo período referido nas outras religiões). É praticamente insignificante o número de adeptos das igrejas ortodoxas, afro-brasileiras, livres ou outras, todavia, não é insignificante o número de alunos que se dizem sem religião (aproximadamente 6% dos alunos de 2002 a 2010).

Esse elevado índice de pessoas sem religião significa que atualmente, a religião a que agora o indivíduo adere por livre escolha, não é uma obrigatoriedade social. O indivíduo não precisa mais buscar justificativas socialmente aceitáveis para que ele possa se libertar com legitimidade da antiga religião tradicional, aderindo a outras crenças ou simplesmente não tendo crença alguma. Essa mudança de perspectiva, ainda que não alcance a maioria dentro do EB, é uma tendência nacional que se reflete dentro

da Força. Dados recentes mostram que a média nacional de adultos que não declararam crença religiosa alguma é de 5% (Moreira, Almeida Et Al, 2010), sendo assim, a média dentro da EsSA está um pouco acima da média nacional. Infelizmente o percentual de alunos que segue mais de uma religião não foi uma variável analisada na EsSA.



5- Situação militar anterior

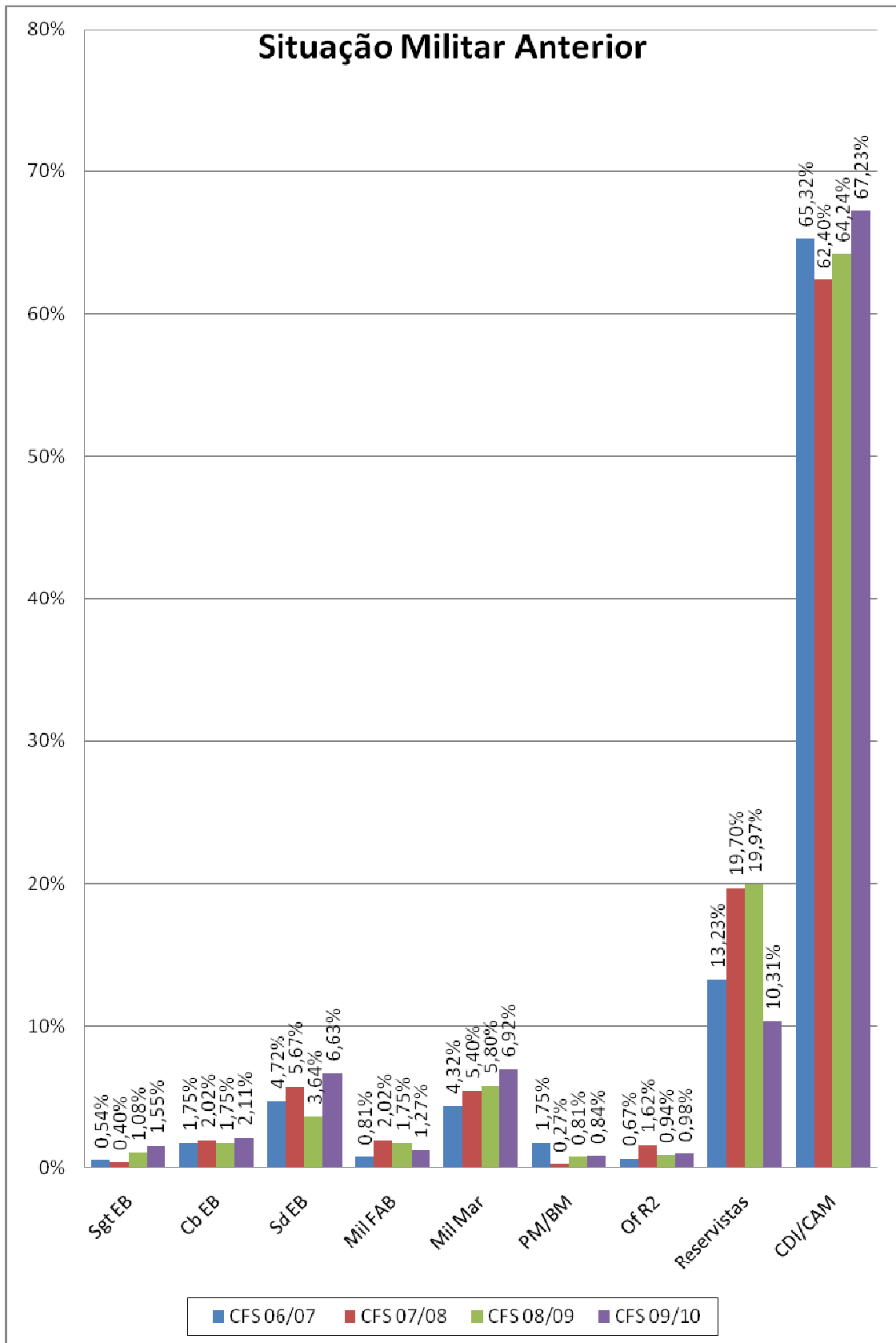
Essa é uma interessante variável para analisarmos. Será que os alunos da EsSA conheciam a vida militar? Teriam eles ciência da vida que os aguardava na caserna?

Através de dados fornecidos pela EsSA, podemos perceber que a grande maioria dos alunos (65% aproximadamente) não tinha experiência militar anterior, pertencendo ao estrato que havia sido dispensado do serviço obrigatório e possuindo Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) ou Certificado de Alistamento Militar (CAM).

Todavia, número expressivo já havia vivido experiência militar no exército, na marinha, na aeronáutica ou mesmo na polícia militar (25%). Deste 25%, a maioria (15,5%) serviram ao exército através do Serviço Militar Obrigatório. Outros 5% haviam sido soldados temporários do exército. Apenas 1,9% chegaram ao posto de cabo e 0,87% haviam servido como sargentos. Oficiais da Reserva 2 compunham 1% dos alunos.

“Migrantes” da FAB eram apenas 1,4% e da Marinha já eram 5,6%, . Militares advindos da PM compunham apenas 0,89% deste total.

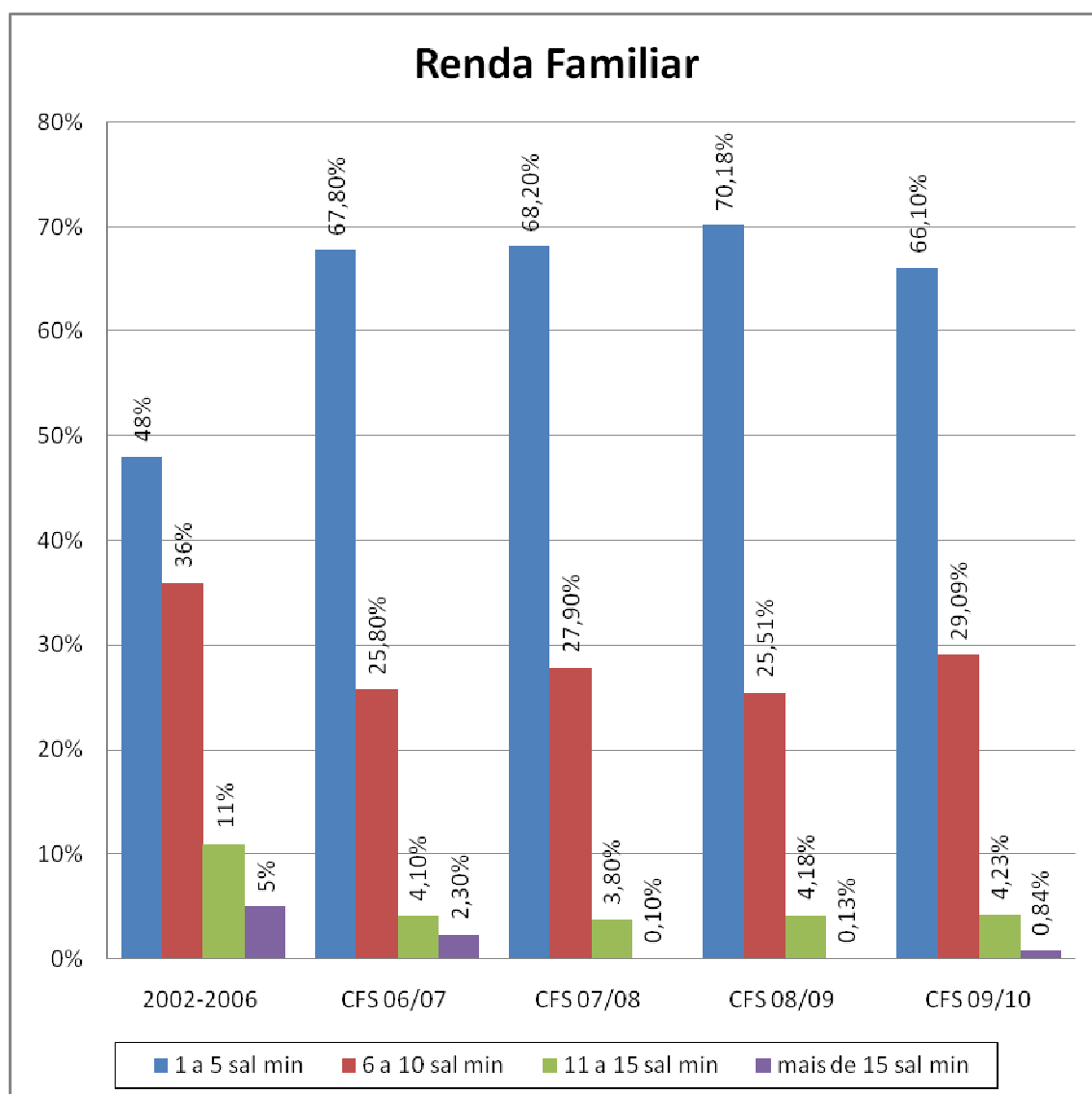
Podemos concluir com estes dados que a vida militar se mostra simpática para parte significativa dos alunos da EsSA, que já tinham vivência como militares e haviam adquirido parte do capital militar.



6- Situação sócio-econômica

Chegamos ao tópico que constitui uma das maiores preocupações deste capítulo. Para mapearmos os alunos da EsSA e compararmos com dados da AMAN é imprescindível que o nível de renda familiar destes alunos seja mensurada.

Isso nos garantirá uma visão abrangente sobre outros elementos que constituem uma classe social: a renda é capaz de nos dizer um pouco sobre os *habitus* de cada cidadão. Isso porque os hábitos de consumo, seja de bens duráveis, educação, cultura ou lazer, variam também ao sabor da condição financeira de cada indivíduo. Cada classe social possui um padrão de consumo e tem ainda o poder de delimitar o capital social dos agentes.



A análise do gráfico acima nos revela a situação socioeconômica dos alunos da EsSA. Percebemos que a maior concentração se dá entre aqueles com renda salarial entre 1 e 5 salários mínimos (média de 64,04% nos últimos oito anos).

Consecutivamente, temos aqueles com renda entre 6 e 10 salários mínimos (28,84% de alunos nos últimos oito anos); 11 e 15 salários mínimos correspondem a 5,44% dos alunos no mesmo período citado acima e por fim, uma ínfima parcela dos alunos pertence a classe composta por cidadãos com renda familiar superior à 15 salários mínimos (apenas 1,68% é a média nos últimos 8 anos). Notamos ainda que há uma queda no percentual de alunos advindos de família que recebem mais de 15 salários mínimo.

Podemos assim estabelecer uma conexão entre renda familiar e procura pela carreira de sargento das armas: quanto maior a renda, menor a procura pela profissão. A queda na procura pela Escola de Sargento conforme o aumento de renda não significa que as pessoas de nível socioeconômico mais elevado procuram a carreira de oficiais. Na realidade, isso significa que quanto maior o nível econômico, social e cultural, menos provável é que esse jovem venha seguir a carreira das Armas no Exército, não obstante uma carreira militar na polícia figurar entre as mais procuradas no maior vestibular do país³⁷.

Devemos lembrar que nos últimos 10 anos o surgimento de novas profissões, a facilidade do acesso ao ensino superior e escolas técnicas graças a programas governamentais como o FIES e o ProUni, e a maior oferta de concursos públicos em outras áreas como Direito, Administração, Engenharia e afins empurra grande parte dos jovens a carreiras civis.

Com base nestes dados, a hipótese central do nosso trabalho, que busca comprovar que o ingresso no Exército, ainda que em sua parte menos prestigiada, através da carreira de sargento, seria uma das formas mais seguras de parcela significativa de indivíduos angariar educação, desenvolvimento e estabilidade profissional, torna-se plausível. Grupos sociais submergidos escolhem carreiras técnicas

³⁷ As carreiras mais procuradas no vestibular da Fuvest 2012 foram, consecutivamente : Oficial da Polícia Militar (45,8 candidatos/vaga), Medicina (41,78 candidatos/vaga), Publicidade e Propaganda (39,82 candidatos/vaga), Relações Internacionais (37,5 candidatos/vaga) e Ciências Médicas (36,88 candidatos/vaga). <http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2009/10/05/ult798u25195.jhtm>. Acesso em dezembro de 2011.

como via de mobilidade social. Desta forma, o Exército estaria representando o microcosmo da sociedade brasileira, com as mesmas clivagens inerentes a esta no que tange às oportunidades disponíveis para membros que ocupam diferentes espaços no espectro social. O exército, através da EsSA, é a porta de entrada de indivíduos escolarizados porém sem grandes perspectivas profissionais para o serviço público, símbolo de estabilidade e segurança.

Mas será que a condição social é suficiente para levar um indivíduo à carreira das Armas? Não seria a pressão familiar um fator imprescindível ou ao menos significativamente capaz de exercer influência na escolha da carreira por esses alunos da EsSA?

7- Profissão dos pais

É no tocante a questão da filiação que a hipótese do carreirismo surge. A ausência da “vocação” é apontada como o principal problema na formação dos praças, pois o ingresso no Exército, ainda que em sua parte menos prestigiada. A busca pela profissão da Armas seria dada pela necessidade econômica e não por pela vocação (que, como vimos, não passa de *habitus* interiorizado devido às experiências familiares e escolares – e neste caso, pode ser resumido pelo conhecimento e incorporação desde a infância do capital militar).

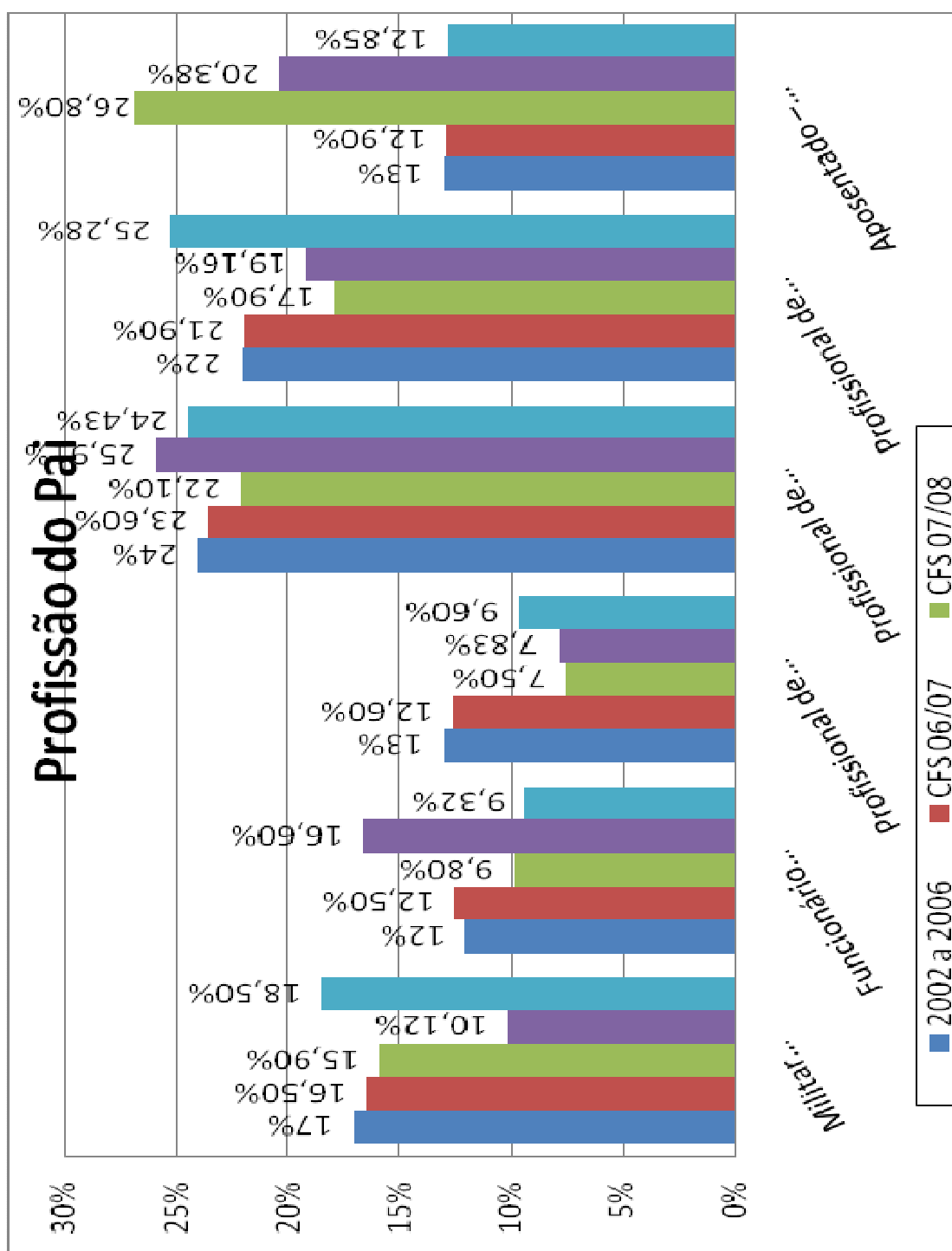
Assim o “carreirismo”, ou seja, o meio “pelo qual a pessoa busca o que acredita ser um caminho não competitivo e protegido para a realização de ambições limitadas” (Janowitz, 1967, p. 107) seria o principal motor que impulsionaria tantos candidatos todos os anos a disputarem uma vaga na EsSA³⁸. Sendo assim, a tradição familiar pouca

³⁸ Entrevista informal por mim realizada em junho de 2006 com dois sargentos responsáveis pelo Tiro de Guerra 02-035 do município de São Carlos – SP, levaram-me a pensar nesta hipótese como a explicação mais plausível para a procura da carreira de sargento. Os entrevistados foram enfáticos ao afirmarem que o ingresso no Exército através da EsSA foi a maneira por eles encontradas de angariar uma melhor educação, emprego estável e posição social. Afirmaram ainda que a “vocação” para a carreira militar não fazia parte dos motivos que os levaram à EsSA.

influência teria na escolha da carreira, ao contrário do constatado por Castro (1992.) com relação à formação de oficiais.

Este tipo de análise enfatiza a questão econômica da profissão dos militares, em especial dos sargentos, pois seria a ascensão social garantida pelo emprego fixo e “bem remunerado” (se levado em conta o padrão de vida anterior ao ingresso na vida militar) a mola propulsora da escolha da carreira de sargento. Dados anteriores mostravam que a condição sócio-econômica dos alunos da EsSA é realmente inferior à dos alunos da AMAN, segundo pesquisa de Castro (Op.Cit.).

Assim, veremos aqui que um dado imprescindível para análise profunda sobre os alunos da EsSA é o que nos mostra a profissão dos pais desses futuros sargentos. Isso porque esse dado nos auxilia na compreensão de questões imersas ao longo do trabalho, como por exemplo, os motivos que levam determinados indivíduos à procura da carreira de sargentos. Outro dado interessante que podemos retirar destas estatísticas refere-se ao tipo de recrutamento realizado na EsSA. Os oficiais tendem ao recrutamento endógeno (realizado dentro da “classe” dos militares) conforme demonstrado pela pesquisa de Castro (1993), todavia, na EsSA a configuração é distinta. Conforme gráfico, fica evidente que a maioria dos alunos da EsSA são filhos de civis, o que caracteriza o recrutamento da Escola de Sargentos como exógeno, ou seja, fora dos círculos militares.



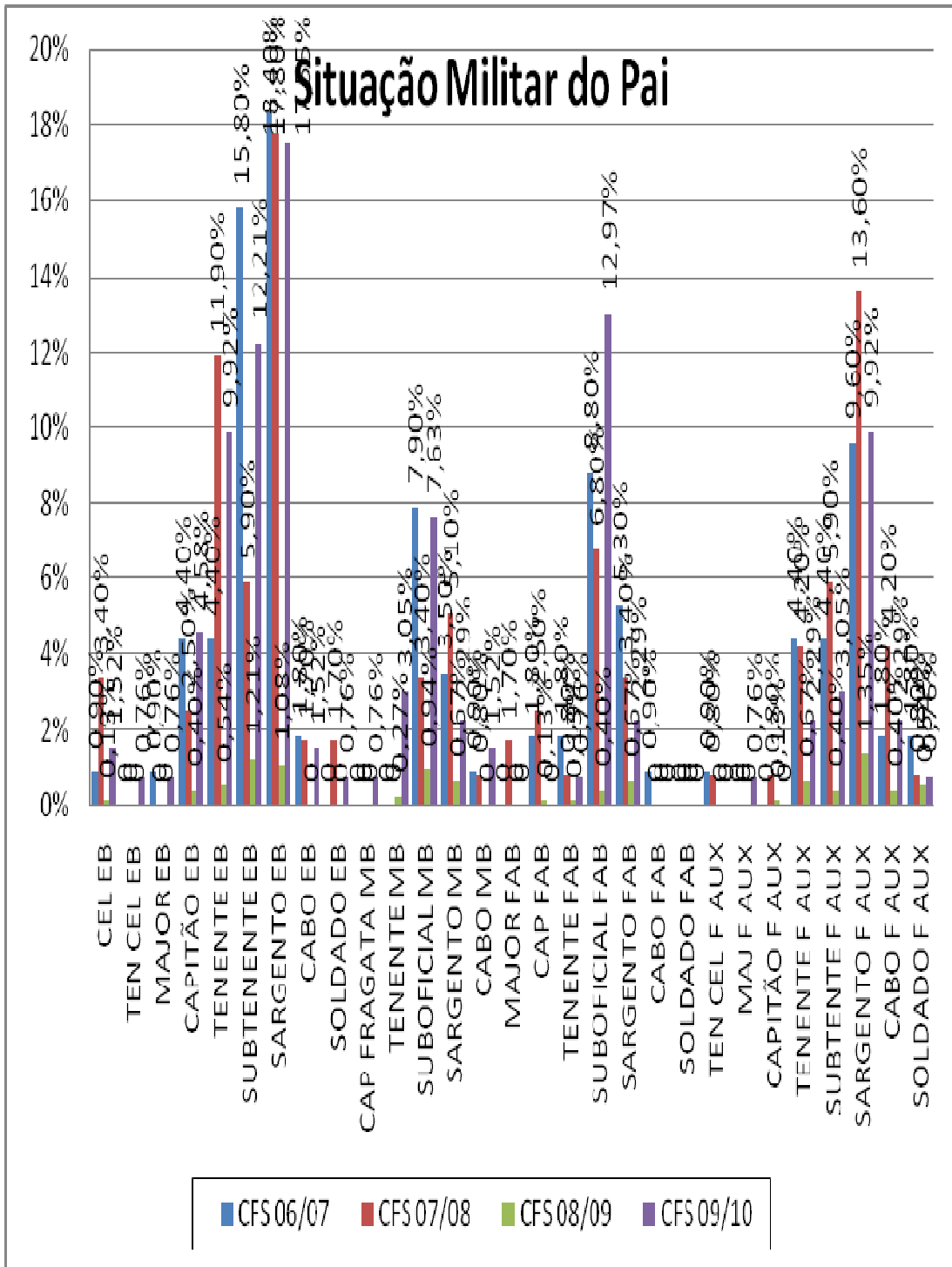
Os dados as nos mostram que há pouca alteração nos dados entre 2002 e 2010.

A média dos alunos da EsSA filhos de civis entre 2002 e 2010 é de aproximadamente 66%. Observamos que em 2007-2008 há queda expressiva na percentagem de filhos de civis, indo para 57,2% do total, todavia, isso **não** implica aumento do número de filhos de militares. Como nos indicam as estatísticas, a

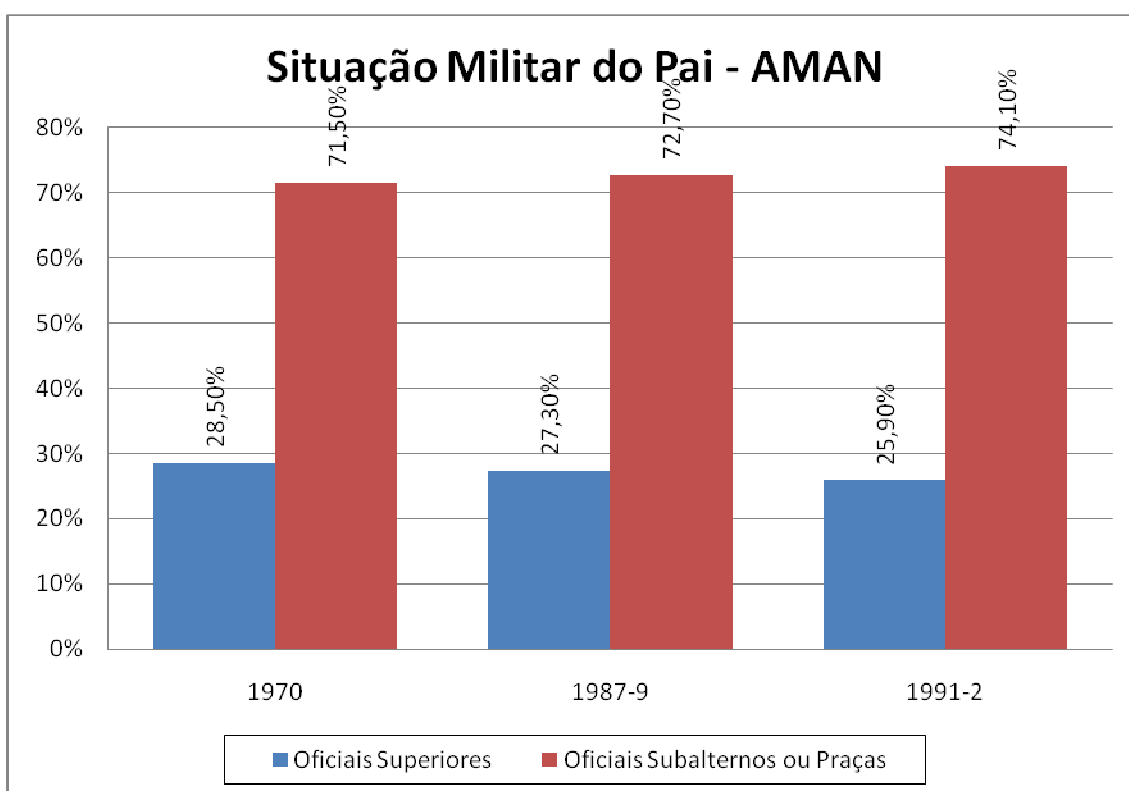
porcentagem de filhos de militares permaneceu praticamente estável (15,9%), o aumento se deu na quantidade de filhos de aposentados, falecidos ou não sabiam declarar (26,8%).

Esses dados trazem importantes contribuições para o mapeamento do perfil dos sargentos, seu *habitus* anterior à entrada na EssA e até mesmo a questão da clivagem interna entre sargento e oficiais. É inegável que o *habitus* de um filho de civil não corresponderá ao *habitus* de um filho de militar, seja este de alta ou baixa patente, pois o filho de militar tem vivência com todo o capital militar. A falta de conhecimento da rotina, dos valores, normas, do cotidiano e do próprio funcionamento da instituição e da profissão, induz a Escola a impor um nivelamento entre os alunos, que se dá nos seis meses de curso preparatório, onde os futuros sargentos passam pelo treinamento intensivo que busca introduzir o *habitus* militar, com especial atenção para o *ethos* militar, nesses civis desabituaados à vida entre fardas.

Para melhor compreendermos a questão do recrutamento e da classe social dos alunos da EsSA, é importante mapearmos ainda a situação militar desses pais. Devemos levar em consideração que os salários dos pais variam e aumentam conforme a patente que ocupam, assim, quanto mais alta a graduação do pai, maior a renda da família. Os gráficos a seguir referem-se ao período de 2006 a 2010. Dados anteriores a este período não foram disponibilizados pela escola. Todavia, apesar do período pequeno para análise, podemos notar que a maioria dos alunos filhos de militares são filhos de praças ou oficiais de baixa patente (subalternos), como tenentes e subtenentes.



Se compararmos estes dados com os mais recentes publicados sobre a AMAN (Castro, 1992), veremos que a distinção entre a filiação dos alunos da EsSA e os alunos da AMAN não são tão díspares assim. Na AMAN, em 1970, 71,50% dos alunos cujos pais eram militares, eram filhos de praças e 28,50% eram filhos de oficiais. EM 1987-89, os números são 72,7% filhos de praças e 27,3% de oficiais. Em 1991-2, 74,7% eram filhos de praças e 25,9% eram de oficiais.



Fonte: Castro, 1992.

A distinção, entretanto, não se dá apenas no âmbito econômico. Este tipo de clivagem, de acordo com Bourdieu (2007), ocorre em grupos que se assemelham a corporações, como é o caso das FFAA, no entanto, há uma divisão, mesmo dentro da corporação, que no caso estudado refere-se à clivagem oficial-praça, que resulta em uma “proteção de classe”, explícita ou tacitamente, que coordena as relações dentro do grupo, estipulando através de uma classificação hierárquica baseada em valores caros àquela corporação, que coloca cada indivíduo em uma ou outra parcela do grupo.

Os valores levados em consideração não são apenas o referente ao capital econômico. Incluem-se aí os capitais simbólicos, que no referente aos oficiais são os

capitais dados pelo passado familiar ou pela educação escolar recebida: prestígio, proceder de família de militares reconhecidos, ter sido educado em colégios militares, viajado, ou ainda ser dotados de características que, apesar de secundárias, não são menos importantes, afinal, encontram-se na origem do valor social que muitas vezes não são explícitos, mas que orientam (abertamente ou não), as escolhas para o pertencimento em tal ou qual parcela da corporação ou mesmo para uma possível continuidade bem sucedida na carreira.

Esses valores são dados pela idade, etnia, origem social (região, condição socioeconômica), sexo (não no caso da EsSA, afinal, entre os sargentos combatentes não há possibilidade - por hora - de haver mulheres cursando a Escola, pois o concurso de admissão exige que o candidato seja do sexo masculino, mas de oficiais da FAB e da Marinha, por exemplo).

Assim, as instituições militares de ensino reproduzem os valores sociais do grupo dominante, da elite da FFAA, ou seja, dos oficiais. O diploma da AMAN é dotado de um valor que extrapola os valores acadêmicos. É como se o cadete, ao ingressar na AMAN ou ao sair aspirante, levasse com ele

[...] toda uma condição de acesso ao universo da cultura legítima [...]. É através do diploma que são designadas certas condições de existência, aquelas que constituem a condição de aquisição do diploma , e, também da disposição estética, ou seja, o mais rigorosamente exigido de todos os direitos de entrada que, sempre tacitamente, é imposto pelo universo da cultura legítima: [...]. Antecipando em relação à demonstração, pode-se afirmar, simplificando, que os diploma aparecem como uma garantia da aptidão para adotar a disposição estética porque eles estão associados seja a uma origem burguesa, seja a um modo de existência quase burguês pressuposto pela aprendizagem escolar prolongada [...]. (Bourdieu, 2007, p.31)

Portanto, a distinção entre o oficial e o praça é delimitada também pelos capitais culturais, sociais e simbólicos que se conjectura ser dotado o aluno quando ingressa na carreira das armas pela Aman.

Com base no conjunto de gráficos e nas análises acima realizadas, podemos dizer por fim que é inquestionável a questão do recrutamento endógeno não ser uma prática tão comum entre sargentos da EsSA, pois estes advêm de classes sociais menos privilegiadas e em sua maioria não são filhos de militares. As implicações disto para o perfil dos sargentos e para a definição do estilo de vida deles são substanciais. Primeiramente, vem reforçar o estigma que persegue os sargentos desde os tempos do Império, como representantes das classes mais baixas da sociedade e, portanto, não dotados da “vocação” necessária para seguir a carreira militar. Os praças acabam sendo vistos pelos oficiais como “carreiristas”, indivíduos que estão na carreira apenas pela estabilidade econômica que ela lhe proporciona.

A diferença de renda familiar entre os futuros praças e os futuros sargentos implica ainda em outras questões delicadas que também definirão o perfil destes sargentos e o estilo de vida deles. Bourdieu (2007) afirma que o menor poder aquisitivo (capital econômico), contribui para que o capital cultural, simbólico e social dos sargentos também seja reduzido dentro do EB, mesmo depois de passarem pelo processo de socialização e incorporação do *habitus* militar.

Isso significa dizer que, na ótica das Forças Armadas, os praças, por possuírem menor capital cultural, estão menos aptos a exercerem funções de comando, o que os obriga a passar a vida como comandantes de tropa e em raros casos onde ascendem até a condição de oficial, são designados para funções burocráticas. A diferença entre capitais e a importância destes capitais opõem os agentes sociais dentro de um grupo. Desta

forma, apesar de estarem inseridos dentro do grupo “militares”, praças e oficiais estão em oposição, especialmente graças à distinção sócio-econômica que os separa e os manterá separados por toda a carreira.

Não obstante as observações acima, devemos lembrar que as práticas e representações dos agentes não são totalmente determinadas pelo *habitus*, pois eles são capazes de realizarem escolhas, ainda que não totalmente livres, já que estas são orientadas pelo *habitus*. No caso dos militares, a desistência da carreira após o ingresso é difícil e depende em grande medida da aprovação e apoio familiar, sendo que este apoio nem sempre existe:

É incrível, você chega em casa contando assim: ‘tô pensando em sair, não agüento mais...’, Vem tio, tia, avô, avó, até parente que você quase nunca tá em contato dizer pra você: ‘Não, fica lá que...’. Foi o que aconteceu comigo. Eu realmente tava pensando seriamente em sair (citado em Castro, 2004, p.38).

Portanto, a reprodução social desta elite é desejada pelos próprios agentes da instituição. No caso dos praças, é a possibilidade de ascensão social o fator determinante.

Sendo assim, somada à questão da divisão operacional própria do tipo de trabalho a ser executado e dos pilares institucionais, hipótese da determinação de origem social é uma boa forma de explicar as distinções entre oficiais e praças e a dificuldade de ascensão hierárquica do praça ao oficialato. Ao exigir um grau mínimo de escolaridade superior ao exigido até então, pode-se estar restringindo a entrada de agentes de classes sociais menos favorecidas, sendo conseqüentemente uma forma de exigir determinada classe social para o ingresso no EB.

Isso pode ser impulsionado pela ânsia dos praças, em especial dos graduados como os sargentos, em ser admitidos no círculo dos oficiais. Como os oficiais originam-

se de classes mais abastadas e, portanto, com maiores capitais (cultural, econômico e social), uma forma de mostrar-se minimamente apto a tornar-se admissível na “turma” é mostrar que sua origem não é discrepante da origem do outro e, portanto, do *habitus* deste outro.

Ao aumentar a escolaridade exigida para o exame da EsSA, foi instituído que os praças, para se tornarem oficiais, devem ter cursado o ensino superior, algo não exigido anteriormente. Assim a dificuldade se mantém, bem como a clivagem que marca a relação entre praça e oficial dentro das FFAA.

Capítulo 5 - A pesquisa de campo: diálogos com os militares

*“Depois os lavradores
Regarão a terra com a lâmina aguda dos arados,
E a terra dará vinho e pão e flores
Adubada com os corpos dos soldados”
Gedeão, António, Poema da Terra Adubada, 1967.*

Muitas vezes a interrogativa sobre o que leva um indivíduo a buscar a carreira militar ocorre. No decorrer deste doutoramento, durante apresentações em congressos e afins, a pesquisadora foi inquirida várias vezes sobre tal assunto. Algumas características da profissão militar, que se referem tanto a praças como a oficiais, demonstram o quão pouco atraente a carreira pode se apresentar aos jovens civis que não advém de uma família militar, onde já estão inseridos na atmosfera da vida militar.

Um exemplo está nos direitos trabalhistas, pois estão os militares sem o amparo de alguns direitos universais como, por exemplo, a remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, a jornada de trabalho limitada há oito horas, entre outros. Os militares são proibidos de sindicalizarem-se e de realizarem greves, pois tais atitudes são consideradas incompatíveis com o exercício da função militar.

Outro ponto negativo e que desestimularia o ingresso na carreira militar está no fato de que as exigências da ocupação não se restringem à pessoa do militar, pois a família sofre as mudanças constantes, o que prejudicaria a educação dos filhos, bem como o exercício de atividade remunerada pelo cônjuge do militar e o desenvolvimento de relações sociais mais profundas.

Entretanto, a ocupação militar acena com algumas vantagens que a torna atraente, e a principal característica é a estabilidade profissional. O indivíduo, após ingressar nas fileiras do Exército e nela permanecer por 5 anos, não pode ser demitido (exceção para casos que envolvam justa causa). O Exército também proporciona

diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento que garantem aos indivíduos neles interessados a ascensão dentro da instituição.

Todavia, devemos lembrar que os sargentos ocupam posições inferiores dentro da pirâmide hierárquica do Exército já que a clivagem entre oficiais e praças, existentes em qualquer Exército, diferencia os dois segmentos determinando pelas regras da corporação as possibilidades de ascensão na carreira, sendo que um sargento (praça) não poderá chegar à situação de comando de oficiais, ao mesmo tempo em que os oficiais não poderão ser rebaixados à categoria de sargentos. Portanto, o sargento consegue galgar só até determinado posto dentro do Exército e, desta forma, permanece longe das posições mais favoráveis, econômica e socialmente, dentro da instituição. Com desvantagens substanciais, a ocupação de sargento é ainda hoje muito disputada.

Pensando em todas estas questões importantes, ao realizar as entrevistas busquei responder indagações freqüentes: o que leva um indivíduo a buscar a profissão de sargento? Quem são estas pessoas que serão os futuros sargentos combatentes do exército brasileiro? O que pensam, o que pretendem?

Dentre os estudiosos de assuntos militares é conhecida a relutância dos militares em falar e em expor o mundo da caserna aos civis³⁹. Muitas vezes o pesquisador, desconhecendo os trâmites legais, a hierarquia da cadeia de comando, a estrutura organizacional interna própria às instituições militares, ou seja, o “caminho das pedras”, tem o pedido de autorização para o estudo negado. Não são poucos os casos onde é necessário recorrer inúmeras vezes e

³⁹ Há alguns casos onde o trabalho acadêmico foi interrompido ou teve que adquirir novo rumo graças a resistência dos comandos superiores em autorizarem a entrada de civis na caserna. Um caso exemplar é o ocorrido com Leirner (1997). Em Castro (1990) encontramos outro exemplo sobre as dificuldades que enfrentam os pesquisadores para a realização de suas pesquisas em terreno militar.

por caminhos diferentes para que a aprovação seja liberada. É também sabido que o tempo requerido para a aprovação da autorização pode ser longo e nesta espera o pesquisador passa por questionamentos sobre os objetivos do trabalho, os métodos, a forma de divulgação do conteúdo, ou até perguntas mais pessoais, como por exemplo o que levou aquele indivíduo ao estudo dos militares.

No caso da minha pesquisa a situação não foi diferente: a aprovação levou um ano para sair. Ao elaborar o projeto enviei imediatamente carta ao comandante da EsSA que repassou ao coronel responsável pela área educacional o encargo de me interrogar sobre a pesquisa. Dias após o envio da carta recebi um telefonema deste coronel e respondi a inúmeras dúvidas que vinham não apenas dele mas especialmente da cadeia de comando da Escola.

Após esta explanação recebi, via e-mail, a autorização do primeiro escalão da EsSA, ou seja, dos responsáveis pela parte pedagógica da Escola, a aprovação do trabalho, mas este era apenas o primeiro passo. Ao passar pelas instancias superiores o pedido foi negado e refeito algumas vezes. O coronel⁴⁰ responsável pela coordenação pedagógica da EsSA, empolgado com o meu interesse pela Escola e alegando que nunca um pesquisador havia se interessado por estudá-la, contribuiu para a aprovação pois antes mesmo que eu soubesse da reprovação do pedido em alguma das instâncias, ele refazia, por si próprio, a solicitação.

Mas o processo foi lento e tortuoso. Por muitos dias a sensação era de que a pesquisa seria inviável. No entanto, em agosto de 2007, exatamente 12 meses após o envio da primeira carta à Escola, recebi um email

⁴⁰ Os nomes não serão revelados pois foi parte do acordo entre pesquisadora e instituição para que a pesquisa pudesse ser realizada. O sigilo exigido será respeitado, assim as denominações se darão pela patente e no caso dos alunos, pela idade e arma.

que além de aprovar a pesquisa, exigia que a data da minha visita fosse imediatamente marcada, afinal em novembro o ano letivo terminaria e a turma de 2007 seria substituída por novos alunos.

Marcada a data da viagem, fui ainda aconselhada a entregar um cronograma detalhado com as datas e horas para a realização das entrevistas (que, no final das contas, não foi utilizado, pois os meus horários de trabalho eram definidos pela rotina da Escola, pela disponibilidade de turmas ou mesmo pela boa vontade dos comandos em enviar os alunos à minha sala). Foi também pedido o envio dos questionários tipo survey que deveriam ser respondidos pelos alunos e o teor das entrevistas que eu realizaria com as turmas.

Após esses trâmites fui informada que uma oficial seria designada para ser meu “elo de ligação” dentro da Escola e que, a partir daquele momento, todas as minhas dúvidas deveriam ser enviadas à ela. Dias após este informe, recebi e-mail da tenente onde ela se colocava a meu inteiro dispor para auxiliar-me no que fosse necessário e informou-me que minha estadia no hotel de transito estava reservada. Esta tenente me acompanhou durante os mais de quatro anos de pesquisa, auxiliando-me nos pedidos de dados e esclarecendo dúvidas.

É importante destacar que a oficial de ligação, ou seja, aquela que ficaria responsável pela integração entre minha pessoa e a escola, exerceria também a função de monitorar meus passos na caserna e o andamento da minha pesquisa. Ela me levaria a conhecer a Escola, seu funcionamento, o cotidiano, as regras e mecanismos próprios do meio militar.

No dia 19 de novembro de 2007 iniciei viagem para a realização da pesquisa de campo e a aplicação de questionários na Escola de Sargento das

Armas, onde permaneci por cinco dias. A recepção na EsSA foi positiva. Foi a primeira vez que a Escola recebeu um representante da academia e as expectativas eram grandes. A apresentação de minha pessoa era sempre antecedida pela minha titulação (eles me chamavam de professora, mesmo com as minhas ressalvas dizendo que eu ainda era aluna da universidade e não lecionava) e precedida por explicações sobre a minha pesquisa. A impressão que tive é que todos na escola estavam informados sobre a minha visita e haviam recebido instruções sobre como se portar perante uma “representante da ciência”.

Já na rodoviária fui recebida pela tenente, que era a bibliotecária da Escola, e o meu elo com os comandos mais altos da instituição, como dito acima. Ela estava a paisana e foi ao meu encontro com seu automóvel pessoal. A tenente estava incumbida de me apresentar a todos e acompanhar minha expedição pela Escola, explicando-me seu funcionamento, os símbolos, os monumentos; e assim foi feito. Ela foi responsável por me informar os horários em que eu poderia realizar a pesquisa, pois como era período de preparação para a formatura (as aulas já haviam terminado), os alunos tinham um rígido treinamento onde ensaiavam o que seria apresentado dali a 15 dias.

O trajeto entre a rodoviária e a Escola foi curto mas garantiu à tenente oportunidade de me questionar bastante sobre a pesquisa e meus interesses. Aproveitei e perguntei a ela sobre os motivos que a haviam levado a ingressar na carreira militar e ela respondeu que era casada com um sargento e ambos acreditavam que estando em carreiras semelhantes teriam mais facilidade para ficarem juntos, dada a lei que estabelece que o casal, quando militar ou servidor público, não pode ser separado em caso de transferências, assim, a

mudança de um estaria sempre condicionada à mudança do outro. As vantagens da carreira também foram ressaltadas como a estabilidade econômica e o salário, relativamente alto para uma cidade do interior de Minas Gerais. A vida em uma cidade pequena também era um atrativo para a tenente, que possuía dois filhos em idade escolar e acreditava ser ali um bom lugar para educar as crianças. Como ela e o marido eram provenientes de uma cidadezinha do interior de Minas Gerais, próxima a Três Corações, a facilidade para visitar parentes também foi citada como um fator positivo. Todavia, a tenente era temporária, ou seja, havia prestado concurso para o quadro complementar do exército e serviria por sete anos na EsSA, tendo obrigatoriamente que dar baixa após esse período.

Como cheguei à noite na Escola, afinal a viagem foi longa, recebi apenas as orientações e fui encaminhada ao hotel da Escola. O hotel de pouso é de uso exclusivo de militares e seus familiares, mas como eu estava realizando uma pesquisa sobre a instituição e ficaria o dia todo nas suas dependências, foi aberta uma exceção. Eu era o único hospede do local naquele dia, só no dia seguinte é que um sargento chegara com sua família. No hotel todos os funcionários, que também são militares, já estavam cientes da minha presença: a “pesquisadora chegara”!

A estrutura hierárquica dentro do Exército não é ignorada pelos estudiosos que pretendem investigar a instituição e ao adentrar os portões da EsSA pude sentir o peso da hierarquia incidir sobre mim. Fui antes de tudo, apresentada ao general comandante da escola e tivemos apenas um breve momento de conversa, onde expus o que pretendia encontrar na instituição, os motivos da pesquisa, onde desejava chegar com tal trabalho e os motivos que

me levaram a estudar a Escola de Sargento das Armas. Após a ligeira explanação o general me desejou uma boa estada na Escola e um bom trabalho e retirou-se afinal tinha muitos afazeres.

Posteriormente, fui encaminhada à sala do coronel chefe da divisão de ensino, responsável pela parte pedagógica da Escola. Nesta sala foi novamente discutido o teor do meu trabalho, donde o coronel ia seguindo, página por página, do meu projeto que estava em seu poder desde que iniciei os trâmites com o intuito de ir a campo, e se encontrava grifado em várias partes. Após fazer algumas inquirições, o coronel revelou-me que a minha presença na EsSA era uma honra pois nunca antes um civil havia se interessado pela Escola, diferentemente do que ocorre geralmente com as escolas de formação de oficiais, donde saem alguns livros e trabalhos acadêmicos. Quando, em meio à conversa informal, falei sobre a demora de um ano para ter aprovada minha visita à EsSA, o sargento disse que os militares eram muito desconfiados com os civis pois em vezes anteriores ao permitirem o acesso destes nas academias, foram surpreendidos com publicações que não correspondiam à realidade do ambiente e que deturpavam a imagem dos militares. Fez a ressalva ainda de que o fato de não ser antropóloga era ponto positivo a meu favor e citou nomes de antropólogos que estiveram na caserna e que não eram bem-vistos dentro da instituição militar.

Nesta reunião ficou estabelecido que o almoço seria uma cortesia da casa para mim, e seria realizado junto aos oficiais (tenentes), todos dos dias pontualmente ao meio-dia. O jantar ficaria por minha conta e eu poderia sair da Escola para passeios noturnos, algo que fiz uma única vez quando procurei um restaurante. O restante dos dias preferi pedir para entregarem no hotel o meu

jantar pois sair significava ter todo o trabalho de comunicar meu passeio ao comando da EsSA, mobilizar um soldado para me acompanhar do hotel ao portão e, ainda, esperar por outro soldado para me guiar de volta ao hotel quando retornasse.

O início dos trabalhos foi árduo. Optei por realizar entrevistas em grupo de 5 (cinco) alunos da mesma Arma, afinal o tempo que eles teriam disponível para mim seria pequeno se eu acaso tivesse que entrevista-los separadamente. Desta forma consegui travar 2 horas e meia de entrevista com cada Arma.

Os alunos não foram voluntários, não obstante meus pedidos para que isso se realizasse. Por determinação superior, os cinco melhores alunos de cada turma (ou seja, 01, 02, 03, 04 e 05, na maioria das vezes) foram convocados a comparecer na sala de entrevista em horário pré-determinado pelo coronel chefe da divisão de ensino. Foi interessante constatar o que já havia sido relatado por Castro (1990, p.164): no exército “todos são sempre voluntários”, ou seja, todos estão à disposição do comando superior. Sabendo que as turmas não eram compostas por voluntários, testei a tese de Castro citada acima e perguntei a todas as turmas se eles estavam ali voluntariamente. As respostas eram sempre que sim, *voluntariamente eles tinham sido escolhidos* pelo desempenho notável.

Contudo, logo que iniciada a sessão de entrevistas percebi que o fato de não serem voluntários não afetava o conteúdo das entrevistas. Para os alunos responder às minhas indagações era como cumprir uma missão qualquer.

O fato de estarem autorizados pelos superiores a responder aos meus questionamentos e a assinatura do termo de compromisso logo no início das entrevistas onde eu me comprometia a não revelar nomes, deu aos

entrevistados a sensação de que poderiam falar sobre tudo com segurança e sem receio de sofrerem punições. Infelizmente não pude conversar com os alunos em outro ambiente além da Escola pois o regime da EsSA é de internato, assim não há como estabelecer uma comparação entre o conteúdo das entrevistas realizadas na instituição e outras realizadas fora dela.

As turmas vinham ainda acompanhadas do seu sargento. Com exceção de um único caso, a presença do sargento não inibiu os alunos; estes pareciam à vontade na presença do superior. Houve ainda um caso onde o sargento foi quem mais falou e incitou os alunos a falarem, principalmente a “denunciarem” os problemas da carreira. O anonimato afiançava revelações que muitas vezes beiravam a confissão, pois eram carregadas de personalidade, da exposição de emoções, de fraquezas que provavelmente não seriam reveladas a outros, fossem estes colegas de turma ou não. Como os cinco estudantes estavam se expondo entre eles e a mim, travou-se um pacto simbólico onde o que era dito naquela sala não sairia dela, afinal revelar o dito pelo colega a um terceiro era incorrer no risco de ter sua intimidade devassada pelo companheiro que também estava presente na entrevista.

As entrevistas foram gravadas em todas as turmas com exceção da Artilharia, que disse sentir-se inibida com a presença do gravador. Neste caso, a maior utilização do caderno de campo foi imprescindível.

Acima foi dito que a pesquisa foi “monitorada” pela oficial de ligação que repassava ao coronel responsável pela parte pedagógica todo o andamento do meu trabalho, contudo o objetivo não era interferir no andamento da pesquisa. Eles pretendiam, na realidade, auxiliar no andamento do meu trabalho (em momento algum houve censura ou qualquer tentativa de retirar

dos questionários as minhas propostas iniciais de questionamento) e não me deixar desamparada em meio aos mais de 700 homens que compunham aquela instituição.

5 A – A primeira incursão na EsSA: entrevistas

Desde a primeira visita à EsSA, as entrevistas decorreram de forma amena na maioria das turmas. Os alunos demonstravam interesse e passado os minutos iniciais onde havia certa tensão e medo do teor das entrevistas, os futuros sargentos falavam com empolgação da profissão e principalmente da vivência dentro da instituição. Todavia, antes de cada entrevista eu era “entrevistada” pela turma, que chegava à sala repleta de questões sobre o meu trabalho e geralmente perguntava de onde partia meu interesse pelo estudo de militares. Para acalmar os ânimos eu perfilava minha trajetória acadêmica desde a graduação e quando falava o porquê da escolha da EsSA como objeto de estudo (alegando que havia carência de estudos sobre praças), os entrevistados reagiam positivamente, dizendo-se injustiçados pois quando o assunto é militares as atenções voltam-se sempre para os oficiais e a imagem do sargento acaba ficando “ruim na sociedade pois ninguém conhece o verdadeiro trabalho dos sargentos”.

A primeira turma a ser entrevistada foi a de Engenharia. Os entrevistados possuíam idade média de 21,8 (dois alunos de 20 anos, e o restante respectivamente 21, 23, 25 anos), sendo que o sargento que acompanhava a turma possuía 28 anos, um dos mais novos da Escola.

Logo de início percebi que havia uma concentração de alunos vindos de regiões interioranas do Rio Grande do Sul (três dos entrevistados), fato este que foi explicado pelos próprios alunos: o convívio com militares desde a mais tenra idade havia influenciado a escolha da carreira, pois vinham de cidades em que a profissão era difundida. Assim eles me alertavam para o fato de que encontraria muitos gaúchos na escola, bem como cariocas. Entre estes três alunos, dois eram netos de militares e um possuía um tio militar. Os outros dois vinham do norte e nordeste.

Iniciei a entrevista perguntando o porquê da escolha da profissão de sargento. As respostas seguiam sempre um o mesmo rumo: tinham vocação e amor pelo Exército. Alguns lembravam que como as dificuldades para ingressar na AMAN eram grandes, haviam optado pela carreira de sargento. Além disso, viam a profissão de sargento como parte importante da instituição militar, pois o “sargento é a espinha dorsal do exército, ele é o cara que ensina os valores, forma o cidadão” (aluno, 23 anos). Uma frase muito ouvida em todas as entrevistas, não apenas na turma de engenharia, foi: “o sargento aqui pega um menino e entrega um homem pra sociedade” (aluno, 20 anos), e disso seguia-se a exaltação da EsSA como a escola de formação de sargento mais eficiente e difícil de se terminar, graças à rotina que exige o regime de internato. “aqui a gente respira exército, tem que virar gente” (aluno, 25 anos), enquanto alegavam que na escola carioca o regime é menos rígido, portanto a formação é menos sólida.

A conversa transcorreu agradavelmente e não foi necessário estímulo de minha parte para que o assunto prosseguisse. Logo estavam todos falando sobre as injustiças que acreditam ser vítimas os sargentos e principalmente

sobre a insuficiência da ajuda de custo que recebem quando estudantes. Para esta turma, o que recebe um aluno da EsSa é muito inferior ao que recebe o aluno da AMAN, mais do que seria o justo pois “aqui a gente tem que estudar também, tem família lá fora, tem que se manter né? Mas ganha pouco, muita gente precisa pedir ajuda dos pais pra agüentar aqui dentro financeiramente” (aluno de 23 anos).

As “injustiças” sofridas pelos sargentos não cessavam com o final do curso, segundo os depoentes. Os entrevistados falaram também sobre as dificuldades de promoção, “muito mais fácil para os oficiais”, e sobre a falta de perspectiva da carreira de sargento:

tem mais posto pra oficiais, entende? Para praça tem menos lugar, a gente vai pra onde manda mesmo, não tem como escolher, e não tem muita chance de subir de posto. É tudo demorado (sargento).

O sargento, assim, teria que se esforçar mais para conseguir uma promoção. Desta forma só os “vocacionados”, chegavam ao topo da carreira. Para eles o desestímulo financeiro era responsável pela evasão de sargentos, que muitas vezes preferiam prestar um concurso público mesmo que fosse para seguirem a carreira militar como polícia, por exemplo, do que permanecerem “estacados” em uma profissão que não é reconhecida socialmente e principalmente dentro da instituição militar: “o oficial leva 6 meses para se estabilizar, o sargento leva dez anos pra chegar no mesmo lugar da carreira” (sargento).

Segundo aluno de 23 anos,

A questão é que não só aqui no exercito, mas nas demais forças a gente tem, pelo menos eu, tem o pensamento que as forças são muitos procuradas pelos oficiais, então o praça fica um pouco....pouco não, *bem mais* em segundo lugar. Então eu tenho vontade de prestar concurso pra oficial do corpo de bombeiros, e outro objetivo que eu já tinha antes e pretendo correr atrás é prestar concurso pra polícia rodoviária federal.

A busca pela carreira na polícia federal foi uma recorrente. Isso nos leva a pensar em outro ponto levantado repetidamente pelos alunos e que referia-se sobre a dificuldade de um sargento vir a se tornar oficial. De acordo com as entrevistas é mais fácil um civil chegar ao oficialato do que os sargentos. Este era um ponto importante para a minha pesquisa pois a questão alude a uma das hipóteses do meu trabalho, que coloca a dificuldade de ascensão do praça ao oficialato como uma questão hierárquica .

Entretanto, as explicações que consegui não foram suficientes para sanar as dúvidas sobre essa difícil questão. Os entrevistados não conseguiam dar uma explicação racional para a questão e sempre recorriam à explicações exteriores à instituição para tentar explicar a situação. Nesta turma, os entrevistados diziam que a dificuldade do ingresso na AMAN era responsável pela situação, pois os oficiais achavam-se mais bem preparados para exercer a profissão militar do que os sargentos, o que, na opinião da maioria, não correspondia a realidade, pois o sargento muitas vezes não teve a mesma oportunidade de estudo que os oficiais (dada a distinção econômica das famílias que pertenciam – em grande parte famílias de militares - e pelo fato de terem estudado em escolas militares em sua maioria, segundo os depoentes),

mas recebiam boa educação militar na EsSA e eram muito “esforçados”, superando muitas vezes os oficiais, que tinham “tudo mais fácil na carreira”.

É elucidativo reafirmarmos aqui a distinção entre as formas de ingresso na EsSA e na AMAN. Como dito, para ingressar na AMAN, até o ano de 2004 a via única era através da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ExpCEEx). Atualmente o ingresso é possibilitado pela aprovação em concurso público aberto a toda a sociedade; não obstante, devido o elevado nível da prova, a grande maioria dos que ingressam na Academia advém da ExpCEEx, onde o ensino é voltado para a preparação do aluno para a prova de admissão das Academias Militares. O candidato deve possuir ou estar terminando o ensino médio, ter idade entre 17 e 23 anos e também ser submetido a exames de saúde e físico, todos eles eliminatórios.

O ingresso na Escola de Sargento das Armas (EsSA), assim como em outros cursos de formação de sargentos, exige menor qualificação. O candidato também é submetido a concurso público de admissão, mas até o ano de 2007 deveria possuir apenas o ensino fundamental completo (a regra para o concurso 2008 modificou esta cláusula e agora é exigido o ensino médio) o que diminuiu consideravelmente o nível da prova. Além disso, a idade limite é expandida para 26 anos. O depoimento de um aluno da Comunicações é significativo para ilustrar os caminhos que a maioria dos alunos da EsSA percorreram antes de ingressarem no EB:

Minha história com o exército é um pouco confusa porque eu sou do meio civil, não tenho nenhum parente militar e meu pai é metalúrgico então quando eu tinha 15 anos fui influenciado por ele a fazer curso

na área da indústria, curso de ferramentaria, então quando eu fazia o meu curso eu tinha, entre aspas, um medo grande de quando chegasse a época do alistamento eu ter que me alistar porque eu não queria de jeito nenhum, até que eu terminei esse curso, por volta de 16 anos e meio e quando chegou minha época de alistar eu tinha mudado de opinião, eu queria de qualquer jeito entrar para o exercito. Então coincidiu com uma época que eu estava meio em crise, fui até voluntário na minha cidade e não consegui ficar. Então através do curso que eu tinha feito, curso de ferramentaria, ele foi a base pra mim começar a ter profissão e eu fui atrás de emprego e vi num jornal - folha dirigida - um jornal de concurso, que hoje todo mundo busca aí o concursos publico né, questão da estabilidade, um tal de concurso pra sargento, só que eu não sabia nada, o que fazia, como era, só o que eu sabia era que o concurso era pra sargento, salário tal, fiz o concurso. Aí eu fiquei como suplente, não consegui passar. Na mesma época fiz o concurso pra polícia rodoviária - na época não precisava de curso superior, fiquei também como suplente, não passei. Aí eu comecei a trabalhar na FIAT automóveis, uma das melhores empresas de Minas Gerais, tinha um emprego bom, tinha minha função, a função que eu desempenhava era boa, tinha uma boa remuneração, só que não era o que eu queria pra minha vida toda, ficar ali trabalhando como ferramenteiro, trabalhar

sábado, domingo, chegar na fábrica seis da manhã e sair dez horas da noite, e eu trabalhava na manutenção. Era uma faca de dois gumes (...) ai eu já desviei da minha área nos estudos, estava fazendo educação física, tava no 4ª período, gostando bastante da área e resolvi fazer novamente um concurso, até porque tinha uma amigo meu que era sargento temporário e fazia faculdade e estava muito bem e aquilo ali me animou a procurar novamente a carreira das armas.

Assim, com este depoimento, percebemos que a idade avançada dos alunos se dá graças à trajetória profissional incerta que possuem, pois a maioria não possui uma profissão, uma carreira antes das Armas, mas sempre trabalhou. Há uma grande experiência em diversos setores de serviços e produção antes dos indivíduos atentarem para o serviço publico e para a carreira de sargento. Evidentemente que esse motivo faz com que os alunos da EsSA tenham idade superior aos alunos da AMAN, que com frequência, segundo Castro (1993), ingressam para a AMAN logo após o término do ensino médio, com média entre dezoito e dezenove anos.

O maior incômodo surgiu quando o assunto levantado foi a impossibilidade dos sargentos irem para o IME (Instituto Militar de Engenharia), onde se formaria o oficial combatente. Para eles esta era outra injustiça da instituição pois o sargento combatente formado pela EsSA era tão capacitado quando o oficial afinal o “sargento é prática, é a espinha dorsal do exercito”.

Para finalizar a conversa, que chegara duração de duas horas (o limite combinado entre mim e o coronel) perguntei o que eles pensavam sobre a imagem do sargento na sociedade e sobre as responsabilidades deste para com o exército. A resposta foi unânime: os sargentos possuem uma imagem ruim dentro e fora do exército, pois as pessoas não conhecem suas funções, importância e indispensabilidade. Para eles o sargento é o elo de ligação entre tropa e comando e para exercer sua função corretamente precisa ter sensibilidade muito maior do que os oficiais, que na maioria das vezes não é capaz de compreender seu subordinado. O sargento, segundo os alunos, é dotado de maior “humanidade”, pois normalmente é de origem humilde e está mais apto a compreender o soldado, que também é uma parte do exército composta por pessoas menos privilegiadas economicamente na estrutura social.

O segundo grupo entrevistado era da arma de artilharia. A média de idade dos alunos era de 22 anos (os alunos tinham 19, 21, 22, 23 e 25 anos). Logo no primeiro contato o sargento que acompanhava a turma, paulistano de 30 anos, começou a interrogar-me sobre o trabalho. Respondida as questões, passou a palavra a um aluno de 22 anos, que havia sido recruta antes do ingresso na EsSA. Segundo este aluno o principal fator que o levou a buscar a carreira de sargento foi a estabilidade financeira e profissional que o Exército proporciona. Filho e neto de militares (pai e avô eram sargentos), afirmou que a família não interferiu na escolha da profissão: “nunca sofri pressão mas foi um orgulho pra eles quando entrei na EsSA. Lá em casa todo mundo torcia pra que eu fosse militar, mas nunca me obrigaram não”.

Nesta turma as dificuldades para a entrevista foram maiores graças à interferência do sargento, que parecia tentar controlar o tempo e o que era dito

pelos seus subordinados. Além disso, sua presença parecia inibir alguns alunos, como é o caso deste carioca de 22 anos, que falou muito pouco e só respondeu o que lhe era perguntado.

O segundo “voluntário” a falar era o mais novo da turma, apenas 19 anos, havia servido como soldado no ano anterior. Segundo este aluno o contato com militares acontecera desde cedo pois a região em que residia no Rio de Janeiro era habitada por muitos oficiais: “eu gostava de ver os caras de farda e sempre, desde criança, falava que quando crescesse ia ser militar também”. Este aluno afirmava que a carreira era para ele uma vocação, pois jamais havia cogitado outra profissão anterior a de servidor do exército.

Ao relatar sua trajetória afirmou que prestou o exame da AMAN concomitantemente ao exame da EsSA, porém não passou no primeiro e acabou optando pelo ingresso na carreira de sargento. Ao ser inquirido sobre a possibilidade de vir a se tornar oficial no futuro, este aluno afirmou que não tinha tal pretensão pois encontrava-se feliz como um futuro sargento. Para ele o importante era ser integrante do exército, “vestir a farda”.

No decorrer desta entrevista o sargento manifestou-se e defendeu que o aluno de 19 anos era um exemplo de militar com vocação: “pra gente aqui que gosta o importante é vestir a farda, é fazer o serviço bem feito, servir o país. Ser sargento é um orgulho, mas tem que ter vocação porque é difícil mesmo, não é fácil passar por esta escola, depois agüentar viver com o salário de sargento, mas quem fica é porque gosta”. Pedi assim que ele falasse sobre sua trajetória e o sargento afirmou que ocupar o posto que ele ocupava na EsSA era gratificante pois ele era exemplo para os outros alunos, assim como o sargento responsável por ele anos antes na mesma escola havia sido exemplo para ele.

Outra vez, como na turma anterior, a idéia do sargento como espinha dorsal do exército é levantada, e o sargento acompanhante da turma de artilharia endossa o coro de alunos que se exaltam ao ressaltar a importância do sargento na estrutura da instituição militar. Havia uma necessidade de autoafirmação e principalmente de declaração de orgulho pela profissão entre esses alunos.

Novo aluno, desta vez de 23 anos inicia sua participação na conversa afirmando que não é filho de militar, mas é genro, e declara que recebeu apoio importante da namorada e de sua família para seguir a carreira do sogro.

eu via como eram as coisas lá na casa da minha namorada, tudo em ordem, todo mundo respeitava o pai, e eu gostava de ver como era as coisas. Daí resolvi virar militar também, porque via que lá na casa dele (do sogro) os valores eram respeitados.

Esse aluno parecia ter interiorizado o habitus militar mais do que qualquer outro entrevistado da turma. Ser militar para ele era algo que ia além da caserna, era uma “filosofia de vida”.

O último a falar foi um aluno de 25 anos, que havia prestado a prova da EsSA duas vezes antes de conseguir o ingresso. Focado nos benefícios da carreira, este entrevistado, que vinha de uma família de militares (pai, avô, irmão e tios – alguns militares temporários e alguns sargentos) disse que buscava na EsSa crescimento profissional que seria garantido pela possibilidade de estudo que a profissão lhe garantiria. A possibilidade de se

tornar oficial não era descartada por este depoente, porém dizia que preferiria investir nos estudos para se tornar um agente da Polícia Federal “eu só saio do exército se for pra ir pra área de segurança da PF”. Ao ser questionado sobre as dificuldades existentes na carreira de um sargento e os entraves nas promoções ele respondeu que os problemas maiores não eram de ordem profissional mas sim pessoal, já que os sargentos eram pouco valorizados dentro da estrutura da instituição e isso teria como efeito o desestímulo e a baixa- auto estima dos sargentos. A questão salarial e o limite da carreira foram os fatores desestimulantes citados mais uma vez.

Ao final da entrevista, que durou menos de 2 horas pois estes alunos estavam em treinamento e vieram para minha sala logo após o almoço, sem banho ou descanso, percebi que diferentemente da arma de engenharia, os alunos da artilharia sentiram-se ligeiramente incomodados com a presença do sargento e pouco se manifestaram sobre questões importantes como a imagem do sargento na sociedade ou ainda sobre os rumos que pretendiam dar à suas carreiras. O sargento, neste caso, parecia não seguir o modelo “sargento amigo” e tentava garantir o distanciamento dos alunos, numa postura que marcava a distinção hierárquica entre eles e os subordinados.

A terceira turma a ser entrevistada era da arma de infantaria. Esta série de entrevistas, mais produtiva que a anterior, surpreendeu pelo número de alunos que haviam ingressado no ensino superior anteriormente. Além disso, o grupo encontrava-se desinibido com a presença do sargento, o que contribuiu para o bom andamento da pesquisa. A média de idade desta turma era de 22 anos também. Os alunos eram provenientes do Rio de Janeiro, Piauí, Alagoas, Maranhão e Bahia. O sargento desta turma apenas acompanhou os alunos e não

participou das entrevistas por opção própria, creio que devido ao medo de se expor frente aos seus subordinados ou ainda de inibi-los em suas colocações.

O primeiro aluno a se manifestar foi um carioca de 20 anos que deixara a faculdade de educação física para realizar o curso da EsSA. Aproveito para dizer que foi notado durante as entrevistas que o curso de educação física era o mais comum dentre aqueles que haviam realizado ou ao menos ingressado no ensino superior. Este aluno, filho de um subtenente da reserva, afirmava conhecer as dificuldades da carreira e colocava entre as principais dela a distância que se encontrava da família “o que mata é ficar longe de todo mundo, mas ai tem os amigos aqui dentro que te ajudam, te dão aquela força, empurram você pra frente”. Para este entrevistado a carreira de militar era gratificante afinal além da estabilidade ela garantia o prestígio social. O aluno falou ainda da sua vontade de se tornar oficial, mas ressaltou que dadas as dificuldades de tal passagem dentro do exército, estaria se preparando para o concurso de oficiais da Polícia Militar.

Ao tocar neste assunto o aluno de 20 anos despertou para a conversa seu colega de arma de 24 anos, militar antes de sua ingresso na EsSA já que havia servido como temporário e era sobrinho de militar. O entrevistado iniciou sua fala afirmando que considerava um desrespeito aos sargentos a dificuldade de promoções e de acesso ao oficialato. Encontrei em sua fala ainda algo que pretendia ser uma lição sobre a profissão do sargento: o aluno me explicou as funções deste na tropa, no exército (usando a famosa metáfora da espinha dorsal) e ressaltou a importância do sargento a fim de que o comando dos oficiais fosse devidamente cumprido, pois é o elo de ligação entre a tropa e o comando superior. Afirmava ainda que o sargento é um exemplo para a tropa e

portanto deve ser o mais correto possível: “o sargento é o espelho da tropa né? É onde o aluno vai se espelhar, daí se o sargento faz algo errado os alunos entendem que aquilo lá é permitido, por isso não pode fazer nada errado”.

O terceiro a se manifestar foi um aluno de 25 anos, formado em educação física e que já havia tentado a prova da AMAN três vezes antes de ingressar na EsSA. Segundo este entrevistado a carreira de sargento exige um planejamento muito longo, o que o desestimulava a continuar nela, por isso pretendia, logo que se formasse, iniciar os estudos para prestar um concurso da Polícia Federal. Para ele a imagem do sargento é estigmatizada na sociedade: “a gente é visto como o bruto, o burro, igual na televisão”. E essa imagem se estenderia dentro do Exército, marcando aqueles praças que um dia conseguissem chegar ao oficialato: “o cara pode até virar oficial mas lá dentro sempre vai ser visto como o praça, nunca vai ter o mesmo respeito entende?”.

Isso, segundo o estudante, revelaria um preconceito interno do exército, uma falha na formação dos oficiais que não saberiam respeitar os sargentos, que, de acordo com este entrevistado, são tão importantes para a instituição quanto o oficial e no caso da formação de sargentos, a influência do sargento sobre a tropa chega a ser superior a do oficial, porque “o oficial fica longe, a gente vê pouco. Quem tá ali todo dia, quem acompanha as durezas que os alunos passam é o sargento mesmo”.

Desabafos como este foram constantes e quase sempre seguidos de exemplos de casos ocorridos no interior da EsSA. Nesta entrevista este mesmo aluno de 25 anos citou o exemplo da falta de oficiais dentro da instituição: é norma que um oficial seja instrutor de turma e que o sargento esteja subordinado a ele, entretanto, no ano de 2007 houve falta de oficiais (os

motivos para isso não me foram esclarecidos pelos entrevistados nem pela tenente bibliotecária), assim o aluno ficou o tempo todo em contato com o sargento, tendo sido inspecionado poucas vezes por oficiais que não tinham contato com a tropa, de forma que a ligação dos alunos, especialmente neste ano, ficou profundamente marcada pela figura do sargento e não do oficial.

O quarto aluno a se manifestar tinha 22 anos e demonstrava pouco entusiasmo com a carreira. Relatou que vinha de uma família humilde, onde não havia militares, mas que havia sido soldado antes para “ganhar um dinheiro” e a partir daí começou a prestar concursos públicos pois via no Estado o melhor empregador. Após passar em três concursos (TRT, TER e EsSA, todos exigindo apenas nível médio de qualificação) optou pela carreira militar pois imaginava que alcançaria seus objetivos mais facilmente, contudo sentia-se pouco feliz pois o soldo do sargento é insuficiente e as oportunidades na carreira são pequenas. O intuito agora seria estudar para se transformar em oficial da PM e depois da PF. Mais uma vez o desejo de se transformarem em oficiais da PF aparece nas entrevistas.

Todavia, o aluno afirmava que “apesar do pessoal ai fora não valorizar os militares” ele havia sofrido mudanças muito positivas ao ingressar no exército, pois transformara-se em alguém mais sério, objetivo e altruísta. De acordo com sua entrevista, a amizade que se desenvolve dentro da EsSA, garantida pela condição de internato, é forte e duradoura, “é o que mantém os caras aqui dentro, é como um casamento”, e após essa experiência que só um militar pode passar, a vida “lá fora”, ou seja, na sociedade civil, fica mais fácil.

A distinção feita pelo aluno entre um civil e um militar suscitou a opinião de outros alunos, que seguiram afirmando que dentro do exército se

“aprende a olhar para os outros”, pois não existe possibilidade de continuar na Escola se não houver o desenvolvimento do “espírito de corpo”, da “camaradagem”. O exemplo citado por eles para ilustrar é de uma situação extrema, quando os alunos são obrigados a realizar operações de treinamento em campo. Para os entrevistados naquela situação onde os limites são testados é que se conhece verdadeiramente o companheiro, pois há necessidade de cooperação para que todos cheguem ao fim da jornada.

Quando você tá lá naquela situação em que falta água, comida e tem lama e mato pra todo lado, você vê quem é companheiro e você percebe que sem o companheiro ninguém consegue terminar a jornada. Um gole de água do outro pode ser o que salva seu dia. Tem que ser companheiro e tem que aprender a ajudar, colaborar sempre.

O último aluno a se manifestar contava apenas 19 anos. Com parente militar, afirmou que sempre quis seguir esta carreira e recebeu apoio da família na sua decisão. Antes do ingresso na EsSa havia prestado prova para Fuzileiro Naval mas não foi aprovado e assim prosseguiu com os estudos até que ingressou na EsSA após a segunda tentativa.

Para este aluno o sargento não é reconhecido socialmente ou financeiramente. A reclamação levantou novamente os companheiros, que passaram a falar sobre as dificuldades da carreira, alegando que são sempre prejudicados em comparação com os oficiais, mais bem pagos e menos exigidos pelo sistema do exército.

Segundo os alunos, a EsSA forma os melhores sargentos de toda a América Latina, e a formação técnica é inclusive superior a dos oficiais, motivos esse que torna a discriminação dos sargentos dentro do exército menos compreensível ainda. Os alunos sentiam necessidade de falar do curriculum escolar da EsSA, numa tentativa de provar que estavam tecnicamente acima de outros sargentos e até de alguns oficiais.

Houve unanimidade ao afirmarem que não se sentem diferentes dos oficiais pois são tão importantes para o exército quanto aqueles, afinal os “sargentos fazem, põem em prática. O oficial pensa mas muitas vezes não sabe executar” daí que as funções seriam complementares, por isso deveriam ser igualmente valorizadas.

Ao falarem sobre a formação de praças pela EsSA, os alunos citaram a dificuldade de permanecerem dentro da Escola em regime de internato. Disseram que o difícil acesso à televisão os deixava isolados do mundo, e citaram o exemplo de quando Dunga virou técnico da seleção e eles só foram descobrir o fato um mês após o ocorrido. A dificuldade de manter um relacionamento amoroso também foi lembrada. Os alunos ainda fizeram questão de exaltar, antes do término da entrevista, a arma a qual serviam, afirmando que a infantaria era a alma do exército, seria a arma mais invejada mas não tão procurada como a engenharia porque o “pessoal tem medo da ralação”.

Após duas horas de conversa encerrei a entrevista com a sensação de que se permanecesse naquela sala com estes alunos eles ainda teriam muito a me revelar, entretanto, o acordo travado sobre a duração das entrevistas não me permitia extrapolar o horário.

No último dia de pesquisa entrevistei a turma da Cavalaria e a da Comunicações. A primeira turma, da Cavalaria, tinha faixa etária média de 22,6 anos. Nesta turma o sargento não participou e não compareceu à entrevista, pois estava cumprindo outra missão que não especificada.

As entrevistas neste dia foram curtas pois os alunos estavam com os horários comprometidos pelas inúmeras atividades pré-formatura, como dito no início deste texto

O primeiro aluno a se manifestar tinha 25 anos. Já havia servido em sua região como temporário e afirmava que isto havia sido decisivo para ingressar na carreira de sargento. Para ele a família foi importante forma de apoio afinal todos desejavam que ele seguisse essa profissão. De acordo com o aluno, na sua região os militares são extremamente bem vistos, possuem um status tal qual os engenheiros, médicos ou advogados, entretanto as outras profissões não o atraíam: “ah, porque quando você põe a farda é diferente, as pessoas te olham com respeito, o militar é uma autoridade”.

O segundo aluno tinha 23 anos. Para ele ser militar era uma tradição familiar, a maioria dos homens da família seguiam a carreira, sendo assim era filho, neto, sobrinho de militares, sendo que alguns eram oficiais e outros praças. Este aluno tinha ainda uma irmã que cursava a Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga, SP, fato contado demonstrando muito orgulho.

O objetivo maior deste alunos era tornar-se oficial do exército. Quando perguntei-lhe sobre as dificuldades para que tal fato ocorresse ele lembrou que em qualquer carreira obstáculos existiam, e que os obstáculos não seriam motivos para ele desistir do seu sonho. Ele achava ainda que levaria vantagem sobre os oficiais pois estes entravam muito novos nas academias militares

quando saiam tinham “a cabeça moldada pelo exército”, não possuindo opiniões próprias nem conhecendo nada além do mundo militar, de forma que sentia-se em posição mais confortável do que os jovens que ingressam na carreira pela AMAN. Para este aluno o *habitus* militar poderia ser controlado!

Neste ponto outro aluno, de 20 anos afirma que, não obstante tudo o que o colega dissera ser verdade, era inegável que o oficial possuía mais oportunidades na carreira e levava “vantagens econômicas” sobre os praças. Garantia ainda que pensava sempre no futuro e não via com bons olhos aquilo que se apresentava no horizonte da carreira de sargento, por isso pretendia voltar logo a estudar e prestar provas para ser oficial da PF, como outros tantos entrevistados.

Para este entrevistado o exército é uma instituição muito fechada o que causaria problemas psicológicos em seus membros, e a EsSA, por viger o regime de internato, favorecia ainda mais a ocorrência desses traumas. A localização da escola, no interior de Minas e em uma cidade extremamente pequena, sem aeroporto e com poucas linhas de ônibus, foi outra dificuldade apresentada pelos alunos, pois tornava a visita aos familiares um “evento” que só acontecia pouquíssimas vezes ao ano, e fazia da vivência dentro da instituição uma “tortura”, “é o ano mais difícil na vida do sargento, se ele agüentou isso aqui agüenta o resto”.

Outro aluno, de 22 anos, interfere na conversa e reafirma o dito pelo colega: “internato é o problema”. Para ele ao invés de contribuir para a formação do aluno o regime torná-los-ia mais dependentes e menos responsáveis. O entrevistado segue dizendo que a liberdade amadurece o aluno e teria que ser maior. Perguntei como a liberdade contribuiria para esse

amadurecimento e a resposta veio em coro, que pode ser resumida por uma lógica bastante simples: o aluno, tendo que morar em “repúblicas” (casas divididas pelos estudantes) poderiam, após o expediente na caserna, “sair, ir à bailes, estudar, beber ou ver televisão”, mas seriam obrigados a estarem no dia seguinte no quartel novamente, sob risco de sofrerem punições e serem expulsos do curso. Como todos estudaram e estavam ali por livre e espontânea vontade, teriam que aprender a conter os impulsos próprios da idade, vencer as barreiras da sociedade civil e cumprir fielmente suas obrigações como militares estando no dia seguinte, logo cedo, na Escola. Desta forma o aluno ganharia responsabilidade e amadureceria, pois ciente das obrigações no dia seguinte seriam disciplinados pela própria consciência e pela necessidade de cumprirem o dever e agir como adultos e não com “crianças que precisam ficar presas porque não são capazes de cuidar de si”.

Além destas afirmações, os outros alunos levantaram o problema dos finais de semana: para eles, a “prisão” (forma como se referiam ao regime de internato) levaria os indivíduos menos amadurecidos a extrapolar os limites nos finais de semana. A “alienação” por causa do enclausuramento também foi um ponto levantado por esta turma, que afirmava sentir-se “fora do mundo às vezes” (aluno de 22 anos), longe da televisão, com limitado acesso à internet e aos jornais.

Quando inquiridos sobre a função do sargento e a sua especialidade nas FFAA, ouvi em uníssono que o sargento “é a espinha dorsal do exército”, é aquele agente que comandará a tropa e para tanto precisa primeiro aprender a obedecer, por isso a formação na Escola é tão rígida, afinal o aluno ali aprenderia a obedecer primeiro e depois a dar ordens: “sem o sargento o

exército não anda” (aluno, 22 anos). Isso porque na opinião da turma de cavalaria a experiência do sargento é *sui generis*, é ele quem está em contato direto com a tropa e isso lhes garantiria um status dentro do exército e fora, na sociedade civil, principalmente entre aqueles que são recrutados para o serviço militar obrigatório e passam a conhecer a honestidade e seriedade do sargento.

A última entrevista realizada foi a menos satisfatória afinal ocorreu no final do expediente, logo após a hora do jantar e os alunos estavam estafados depois de um longo dia de treinamentos. Essa entrevista durou menos de uma hora e por mais que eu me esforçasse para travar uma conversa ou suscitar debates, o cansaço impedia que os alunos falassem, estavam todos precisando de um bom descanso. A arma entrevistada foi a de Comunicações cuja média de idade era de 23 anos, sendo que três alunos possuíam 23 anos, um 25 e um 21 anos. O sargento possuía apenas 26 anos, o mais novo entre os entrevistados.

A falta de voluntários para iniciar a conversa fez com que o sargento tomasse a dianteira. Este começou expondo o nome de sua cidade de origem e o motivo que o havia levado a procurar a carreira: tinha parentes militares (tios e primos), assim, foi incentivado pela família a procurar a profissão e entrou na EsSA logo no primeiro concurso que prestou, assim que concluiu o segundo grau. Para ele a escolha da carreira tinha sido acertada pois achava-se feliz e estável financeiramente.

As entrevistas seguiram mecanicamente, tendo como segundo entrevistado um aluno de 23 anos que já havia servido como militar (tinha sido cabo) e desejava fazer concurso para ser oficial da PM ou da PF. Este falou brevemente sobre a carreira e afirmou que não obstante as dificuldades de

promoção e o pouco valor do sargento na sociedade civil e dentro do exército, sentia-se feliz com a formatura vindoura afinal era o coroamento de um ano de muito trabalho e empenho pessoal, que merecia ser comemorado.

O terceiro entrevistado foi um carioca de 23 anos que se dizia infeliz com a escolha, pois após prestar várias vezes a prova para oficiais na AMAN, tinha optado pela EsSA por ser “mais fácil de entrar”, entretanto, não era o rumo que ele queria seguir na carreira. Este discursou sobre as dificuldades em ser sargento, sendo que a desvantagem financeira em relação ao oficialato era o ponto crucial: o maior desestímulo era o baixo salário e a dificuldade em se promover. A carreira de sargento, para ele, era algo estático, árduo e sem recompensas. Esse aluno terminou sua argüição dizendo que prestaria CPOR (centro preparação de oficiais da reserva) ou no mínimo um concurso para oficial da PF. Ao perguntar sobre o motivo que o havia levado a procurar o exército, ele afirmou que pensou na estabilidade econômica e que a família, mesmo não possuindo militares entre seus membros, influenciou na escolha.

A escolha de alunos bem conceituados dentro da Escola, porém insatisfeitos com o curso e o futuro fez com que eu refletisse sobre o conhecimento, ou melhor, a falta de conhecimento que a Escola possui em relação aos seus alunos. Escolhidos pelo mérito acadêmico, todavia em dúvida com as escolhas realizadas profissionalmente, esses alunos não cumpriram a função que seus superiores provavelmente esperavam deles: a de engrandecer o exército e a carreira militar. As críticas foram muitas e duras; os questionamentos também apareceram várias vezes nas falas da maioria dos alunos que desejavam deixar a profissão de sargento e seguir como oficial seja da PM, da PF ou do próprio exército.

Era evidente o medo dos alunos ao emitir determinadas opiniões, mas os menos satisfeitos e que já estavam decididos a mudar de carreira faziam isso afirmando que dentro da instituição não havia respeito à opinião do aluno, aos sentimentos desses e por isso a formação era tão rígida, com o intuito de formatar cada aluno aos moldes da educação militar.

O terceiro aluno a falar possuía 21 anos. Havia servido como soldado antes e feito o concurso para oficial, mas como não passou optou pela EsSA. Entre os zeros das turmas, a EsSA apareceu algumas vezes como segunda opção. O entrevistado afirmou que não obstante a carreira ter sido segunda opção, ele gostava muito da profissão e fez inúmeros elogios à Escola. Um ponto interessante levantado por ele foi que graças à EsSA e aos cursos que vinha fazendo através da Escola tinha conseguido conhecer cidades, inclusive fora do Brasil, coisa que, dada sua precária condição social, jamais teria conseguido se continuasse como civil. Este aluno não possuía militares na família e afirmou que não recebeu influência de amigos ou parentes na escolha da carreira.

Pra mim é uma grande oportunidade estar aqui. Eu sinto que vou crescer dentro do Exército, coisa que não sabia se ia acontecer fora daqui porque minha família não tem condições e não dava pra fazer faculdade.

O quinto entrevistado, quarto aluno, reforçou a fala do companheiro acima, afirmando que apesar da EsSA ser uma escola técnica e não de ensino superior, dava garantia de emprego após o término do curso, estabilidade

econômica e certeza de que estavam cumprindo uma missão para o bem do país. Ao perguntar como tomou conhecimento do concurso da EsSa ele me respondeu que foi através de amigos que também estavam prestando a prova e hoje encontravam-se na EsSA porém servindo em outras armas.

O último aluno possuía 23 anos e vinha de uma família de sargentos. Ele já havia servido como militar e passou na EsSA após prestar cinco vezes a prova. Para este aluno era um grande orgulho estar estudando no mesmo estabelecimento que seu pai e irmãos e seguir a mesma carreira que os seus familiares. Este caso foi interessante pois serve como exemplo da incorporação do *habitus* familiar como fator fundamental na escolha profissional. O pendor que este aluno dizia possuir significa, na verdade, reflexo do *habitus* incorporado desde a infância, mas o fazia crer que havia feito uma escolha racional e livre de influências.

Como dito acima, esta entrevista foi realizada a duras penas, no período da noite após um longo dia para os alunos, ao que atribuo a falta de espontaneidade e de colaboração dos entrevistados. O que ficou evidente nesta turma, e o único consenso ao qual chegaram foi que a motivação maior para a procura da carreira foi a estabilidade financeira.

Assim terminara minha jornada de entrevistas, mas ainda faltava uma noite na EsSA e eu aproveitei esta noite para, acompanhada de um soldado designado a ser meu guia pois a minha tenente de ligação já havia se retirado da Escola, conhecer os locais de refeições dos alunos, a sala de estudo, as capelas (uma igreja católica e uma evangélica que realizavam cultos em dias diferentes e abertos à sociedade de Três Corações), a cantina e a “vida noturna” na EsSA. Para minha surpresa encontrei o pátio repleto de alunos realizando

exercícios físicos, muitos indo às igrejas e as salas de leituras praticamente vazias (devo lembrar que as aulas já haviam sido suspensas, os alunos estavam ali apenas em treinamento para o dia da formatura).

Parti de Três Corações no dia seguinte após me despedir da tenente e do coronel que ficaram responsáveis por mim na Escola. A surpresa foi que, na hora de pagar as diárias, ao invés de pagar como civil, a orientação recebida pelos funcionários do hotel foi que me cobrassem o valor de capitã. A lógica era simples: pelo meu tempo de estudo se eu fosse militar, deveria estar no posto de capitã. Não sei de onde partiu essa ordem ou como chegaram a esta conclusão (e os soldados encarregados do hotel também não souberam me explicar), sei apenas que a diária paga foi menos da metade do que seria cobrado para um civil!

5 B - A segunda visita à EsSA: nova conversa com os militares

A segunda visita a Escola foi muito satisfatória, tal qual a primeira. Nesta segunda etapa do trabalho encontrei menor resistência dos superiores para realizar a pesquisa. Um clima de confiança havia se estabelecido entre a escola e a pesquisadora. Iniciei viagem no dia 13 de outubro, segunda-feira, aproximadamente um mês antes de completar um ano da minha primeira visita à Escola. Assim como da primeira vez, fui recebida pela tenente, meu elo de ligação com os altos escalões da Escola, na rodoviária de Três Corações e levada ao hotel da EsSA, onde permaneci hospedada. A recepção, muito agradável, transcorreu calmamente. A tenente e eu travamos assuntos triviais e pouco foi discutido sobre a pesquisa; porém ela já tinha em mãos um calendário completo com os horários das atividades que eu deveria desenvolver no dia seguinte. De

acordo com esse roteiro, deveríamos tomar o café-da-manhã juntas às sete horas e às sete e meia eu seria levada para conhecer o novo general comandante da EsSA. Como eu já conhecia as dependências da Escola, o intuito era suprimir o período destinado a esta atividade e colocarem-me diretamente em contato com os alunos.

Vale aqui ressaltar que novamente estava apenas eu hospedada no hotel. Meu quarto havia sido especialmente preparado e continha fronhas e lençóis graciosamente decorados com borboletas e flores rosa, demonstrando uma preocupação em fazer daquele local algo acolhedor para a “moça” que iria pesquisar a Escola. A cozinha do hotel estava em reforma, projeto idealizado pela esposa do general-comandante e realizado com auxílio de profissionais, por isso meu desjejum seria junto aos oficiais.

Posteriormente vim a descobrir que a esposa do general coordenava várias atividades de reforma na Escola, modificando de jardins à decoração das salas, o que não era bem visto pelos oficiais com quem conversei e menos ainda pelos alunos da EsSA, que se diziam impressionados com a facilidade com que o general cedia aos mandos da mulher, sem nunca pestanejar. O general, que tinha fama de bravo, também ganhou notoriedade por ser “mandado pela mulher”. Como dito por um aluno durante a entrevista: “ele manda em 700 homens e uma mulher manda nele”; “é só ela falar que quer mudar algo de lugar ou que não gosta daquela flor e quer plantar outra que ele manda alguém ir lá e mudar tudo do jeito que ela quer, ela manda na Escola”. A incredulidade com o tipo de relacionamento travado entre o general e sua esposa é um demonstrativo da forma de pensar patriarcal que penetra o *ethos* daqueles militares.

Após o café - sempre rápido e embaraçoso, pois fiquei no salão dos oficiais e tornei-me o centro das atenções, tendo que responder inúmeras questões sobre meu trabalho, afinal não é todo dia que uma paisana entra na EsSA para tomar café com os oficiais e estudar a instituição - fui levada ao andar superior do prédio central da EsSA, onde fica a sala de reunião do general. O espaço é amplo e suntuoso, móveis antigos de madeira compõem o ambiente, que é constituído por uma grande mesa onde se realizam as reuniões e dois sofás grandes de couro escuro, onde sentamos para conversar.

O general, apesar de ser renomado na Escola como enérgico e “mais bravo que o outro”, pareceu-me, ao contrário, mais simpático e solícito. Enquanto na primeira visita apenas fui apresentada ao general, com este novo comandante travei uma agradável conversação. Ficamos por volta de uma hora falando sobre a pesquisa, meus objetivos, a carreira do general e até sobre suas filhas. Evidentemente fui sutilmente sabatinada. A impressão que tive no início da conversa foi a de que o general, dada a minha pouca

idade (dado que ele mesmo apontou), não imaginava que eu pudesse estar ali realizando uma pesquisa séria, de forma que começou a testar meus conhecimentos sobre história do exército, patentes, hierarquia, entre outras questões, e deve ter chegado a conclusões positivas, pois, após esse primeiro quarto de hora em que estive a me questionar, nossa conversa fluiu agradavelmente e ele se mostrou muito solícito em ajudar com a pesquisa, fazendo inclusive a ressalva, ao fim da conversa, que apesar de possuir duas filhas da minha idade, nenhuma havia se interessado pela carreira militar e que eu provavelmente entendia muito mais da vida na caserna do que elas, que conviviam diariamente com um pai militar.

Natural da cidade de Três Corações, o novo comandante da EsSA dizia que assumir o comando da escola era algo muito simbólico para ele pois, não fosse por um irmão que o levou a prestar a prova da AMAN, teria seguido a carreira de sargento, como ocorre com muitos dos meninos da cidade e região. Agora que se encontrava em estágio avançado da vida militar, poder servir em sua cidade era motivo de muito orgulho.

Fui convidada pelo general a comparecer na “formatura” que ocorreria no dia seguinte e após aceitar o convite, fui dispensada.

Esse general instituiu uma nova forma de começar os dias na Escola: todos os dias ele realizava uma reunião com alguns comandos de áreas, chamada de “Bom Dia”. Os comandantes eram chamados mais de uma vez por semana a virem participar da reunião que durava em torno de meia hora e onde o general, além de tomar conhecimento do que se passava em cada repartição da EsSA, distribuía tarefas aos seus subordinados.

Os responsáveis por áreas como da educação ou de saúde, que comigo conversaram informalmente, diziam gostar da reunião, afinal o general demonstrava interesse pela Escola e dava atenção a todos, conhecendo os problemas da instituição e colaborando para que uma solução fosse encontrada, porém acreditavam ser desnecessário que ela ocorresse todos os dias.

Após essa primeira atividade fui encaminhada para a seção pedagógica da Escola, o mesmo local onde realizei as primeiras entrevistas em 2007, porém em sala diferente, maior e com melhor acomodação afinal havia dois grandes sofás onde os alunos sentariam para responder aos questionamentos.

Realizei neste primeiro período entrevistas com duas turmas de cinco alunos cada. Ao meio-dia sai da guarnição militar para almoçar, pois meu próximo horário de

entrevistas seria às quinze horas devido às atividades que os alunos estavam envolvidos. De volta à EsSA permaneci na biblioteca buscando alguma pista, documento ou livro que me desse indicações sobre a história dos sargentos e encontrei apenas coisas recentes, datadas da transferência da Escola para Três Corações. Pude perceber que há um cuidado grande da instituição com a preservação da sua memória.

Este ano, como as instalações externas da Escola já haviam sido mostradas no ano anterior, fui conhecer as instalações do espaço cultural da Escola, denominado Duque de Caxias, onde estão localizados a biblioteca, as salas de vídeo e o “museu” da EsSA, que na realidade, são salas que visam manter viva a memória de eventos e personagens considerados importantes pelos militares.

A foto 1 nos mostra o corredor de acesso a biblioteca, onde fica ainda a sala de leitura e de computadores. Podemos ver que as paredes são repletas de quadros com fotos e gravuras. Tais quadros contam a história da EsSA em Três Corações e há nessa memória uma mistura entre a história da cidade e da Escola. São lembrados momentos em que a EsSA foi chamada para ajudar os moradores em um enchente, por exemplo, simbolizando o papel do EB na ajuda humanitária. A visita de Pelé à Escola é também lembrada.



Foto 1 – corredor de acesso à biblioteca

Antes, porém de chegarmos à biblioteca, somos surpreendidos com a existência de duas salas que lembram pequenos museus: uma dedicada aos estudos de história militar, denominada “Visconde de Taunay” (foto 2) e outra dedicada à Força Expedicionária Brasileira, chamada “General Pitaluga”(foto 3).



Foto 2 – Placa de denominação da sala dedicada aos estudos de história militar.



Foto 3: Plana da sala designada a manutenção da memória da Força Expedicionária Brasileira.

As duas salas procuram valorizar o papel dos sargentos na história do Brasil. A função exercida por estas salas é, portanto, a mesma da Praça da Vitória, mostrada no início do nosso texto, quando descrevemos a EsSA. Tanto as salas quanto os

monumentos em homenagem à Revolução de 30 e à II Guerra Mundial, visam homenagear os praças, tentando suprir a ausência de destes na história do Exército.

A ausência de “sargentos heróis” conhecidos na história do EB obrigou a adoção de nomes de oficiais para os pavilhões de alojamento de alunos, de alimentação ou mesmo o centro cultural.

A criação de espaços de valorização dos sargentos serviu como alento aos sargentos e alunos e conseguia exercer ainda a função de exemplo e aumento da auto-estima, pois demonstrava que o sargento é detentor de função dentro do Exército e possui importante papel na história do país.

Nesta visita me deparei com uma novidade neste esforço da EsSA em valorizar o sargento e promover a construção no imaginário dos alunos da escola de praças-heróis. Em tamanho natural e com iluminação especial, uma imagem reproduzindo a última fotografia tirada do Sargento Max Wolff Filho, é agora a atração na entrada da biblioteca (foto 4).

A imagem, bonita e realista, mostra o sargento em campo de batalha, cercado por soldados. Ao lado há ainda a descrição resumida da história de Max Wolff Filho. A exaltação do sargento Wolff Filho é uma tentativa de construir uma nova tradição para os sargentos pois o sargento, morto em batalha na 2ª Guerra Mundial, seria um exemplo a ser seguido, capaz de inculcar nos novos sargentos os valores e práticas considerados exemplares e que deveriam ser seguidos por todos que desejassem honrar a farda com que estão vestidos.

Neste ponto é importante lembrarmos que, de acordo com Hobsbawm (1997, p.9): “por tradição inventada entende-se um conjunto de praticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Portanto o que se pretende com a criação desta nova tradição é passar aos sargentos um ideal de conduta, valores e normas de comportamento compatível com a função que desempenham. Se antes de Wolff Filho os sargentos não tinham em quem se espelharem, afinal os feitos de oficiais não seriam jamais alcançados por praças, que não exercem função de comando nem possuem a autonomia de generais e marechais, com a invenção do sargento herói de guerra alguns aspectos da vida dos praças foi estruturado, dando significação não a rotina dos sargentos (pois isto constitui-se um habito) mas sim à simbologia que cerca esta profissão.



Foto 4: Foto do sargento Max Wolff Filho.

Ao regressar à minha sala na sessão pedagógica recebi mais cinco alunos animados por estarem ali, afinal haviam sido dispensados das atividades físicas e naquele dia fazia um sol muito forte e calor de 35 graus em Três Corações.

O intuito era encerrar as entrevistas naquele momento, todavia, como no dia seguinte pela manhã assistiria a formatura, optei por continuar o meu trabalho e assim fui seguindo até perto das vinte horas. O segundo dia na EsSa foi extremamente produtivo e animador.

No dia seguinte, quarta-feira, fui logo após o café assistir a formatura a qual havia sido convidada. Este evento chamado de formatura é, na realidade, um rito de passagem realizado para marcar a ascensão de alguns oficiais da escola à outras patentes. Ele ocorre sempre que necessário e não é incomum que haja vários por ano.

Neste dia em que me encontrava presente, tive o privilégio de ver três mulheres recebendo promoção. Esse fato foi inclusive comentado no evento pelo general e já havia sido chamada minha atenção para tal pela minha oficial de ligação, que se mostrava muito feliz e empolgada.

Utilizando a fotografia como recurso, descreverei as passagens desse ritual:



Foto 1 -Fase preparatória: os alunos da EsSA são reunidos e cada comandante é responsável por unir sua turma em formação. Participaram da apresentação as cinco armas que são formadas pela Escola.



Foto 2: Já em formação, os alunos encaminham-se para o pátio principal da ESSA.

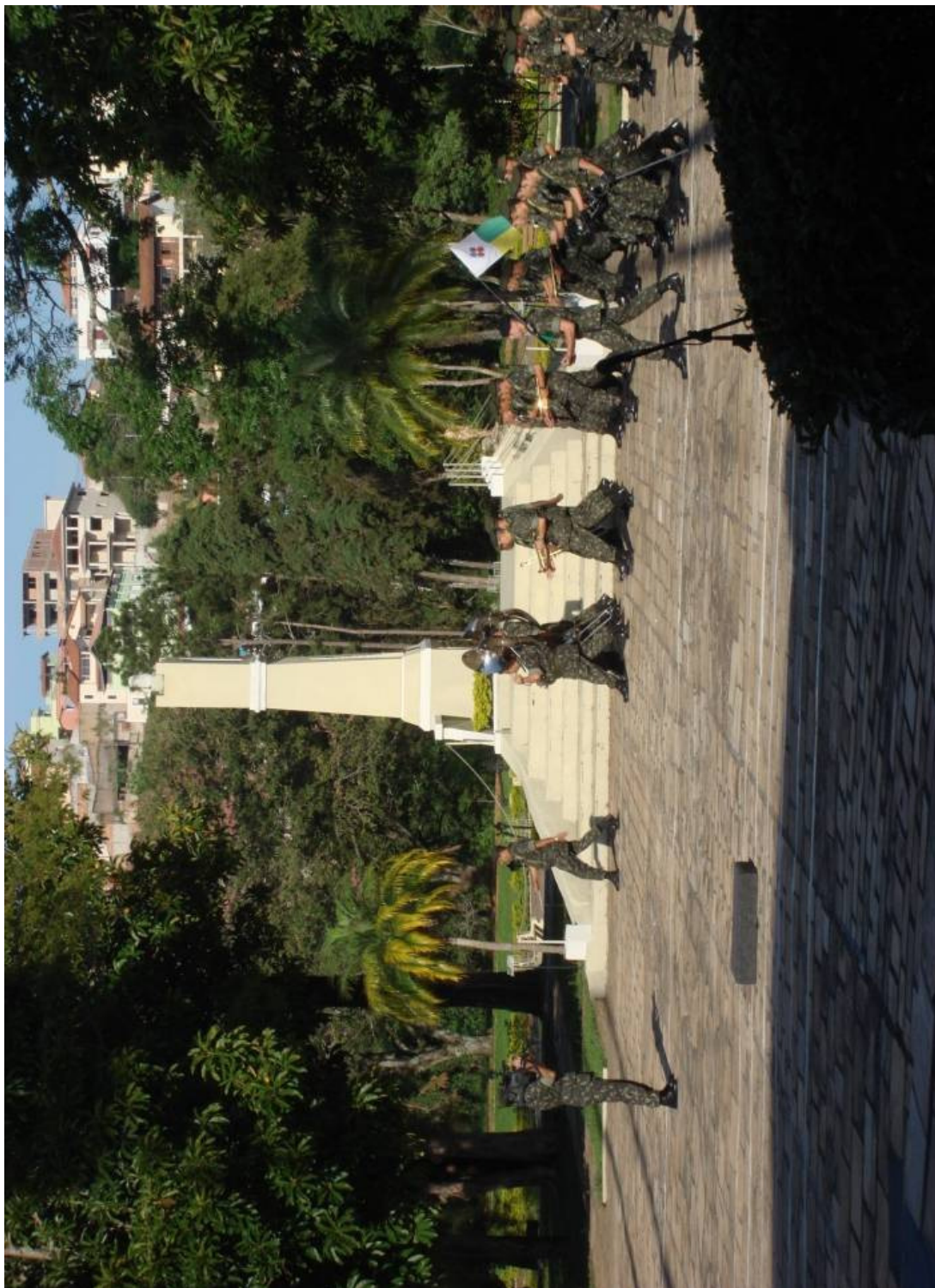


Foto 3: O evento é todo filmado e fotografado pela EsSA, como podemos perceber por esta foto, onde vemos, ao lado esquerdo, um cinegrafista.

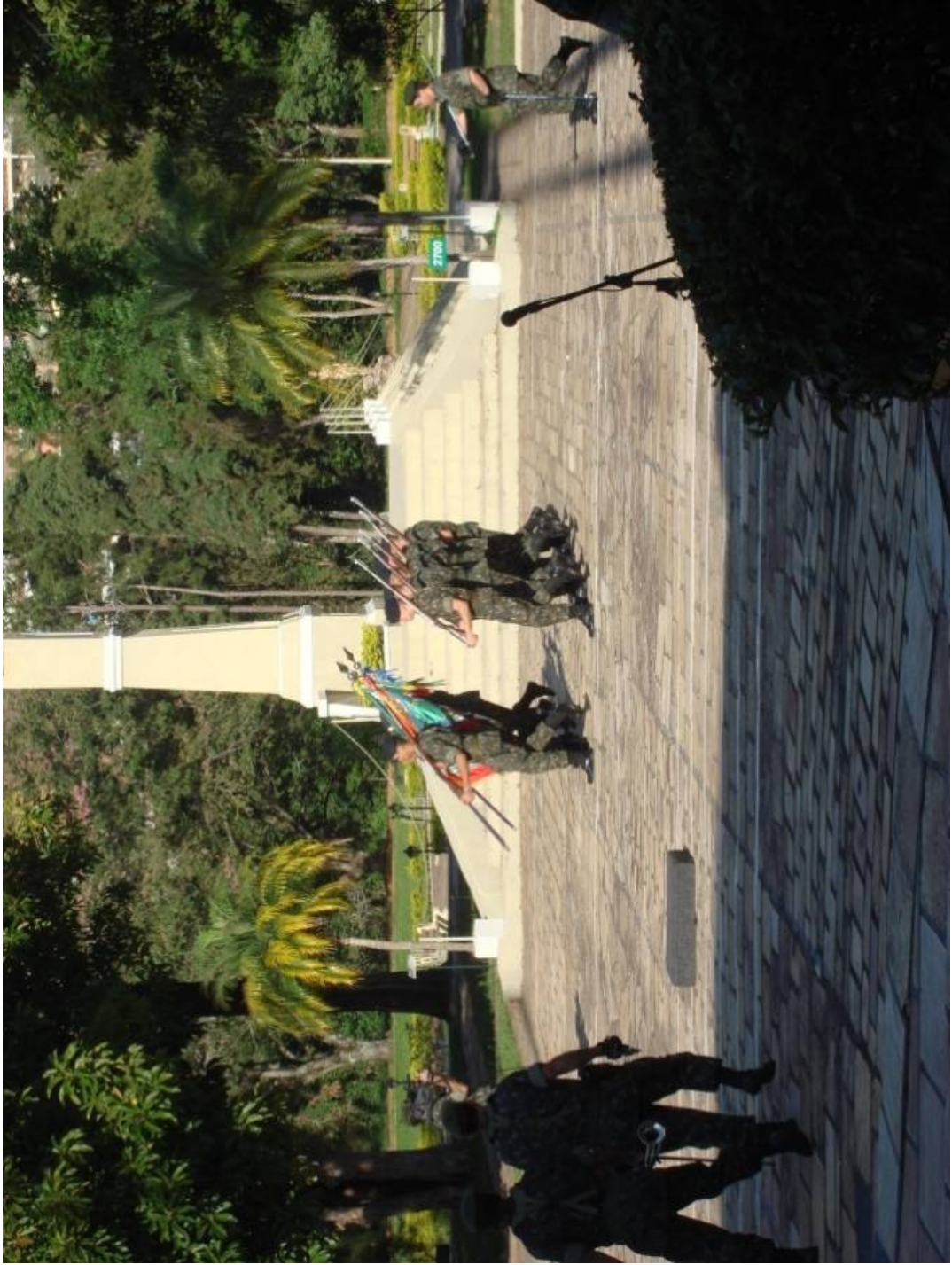


Foto 4: A apresentação das bandeiras.



Foto 5: O general comandante da Escola é recebido e a tropa é a ele apresentada.

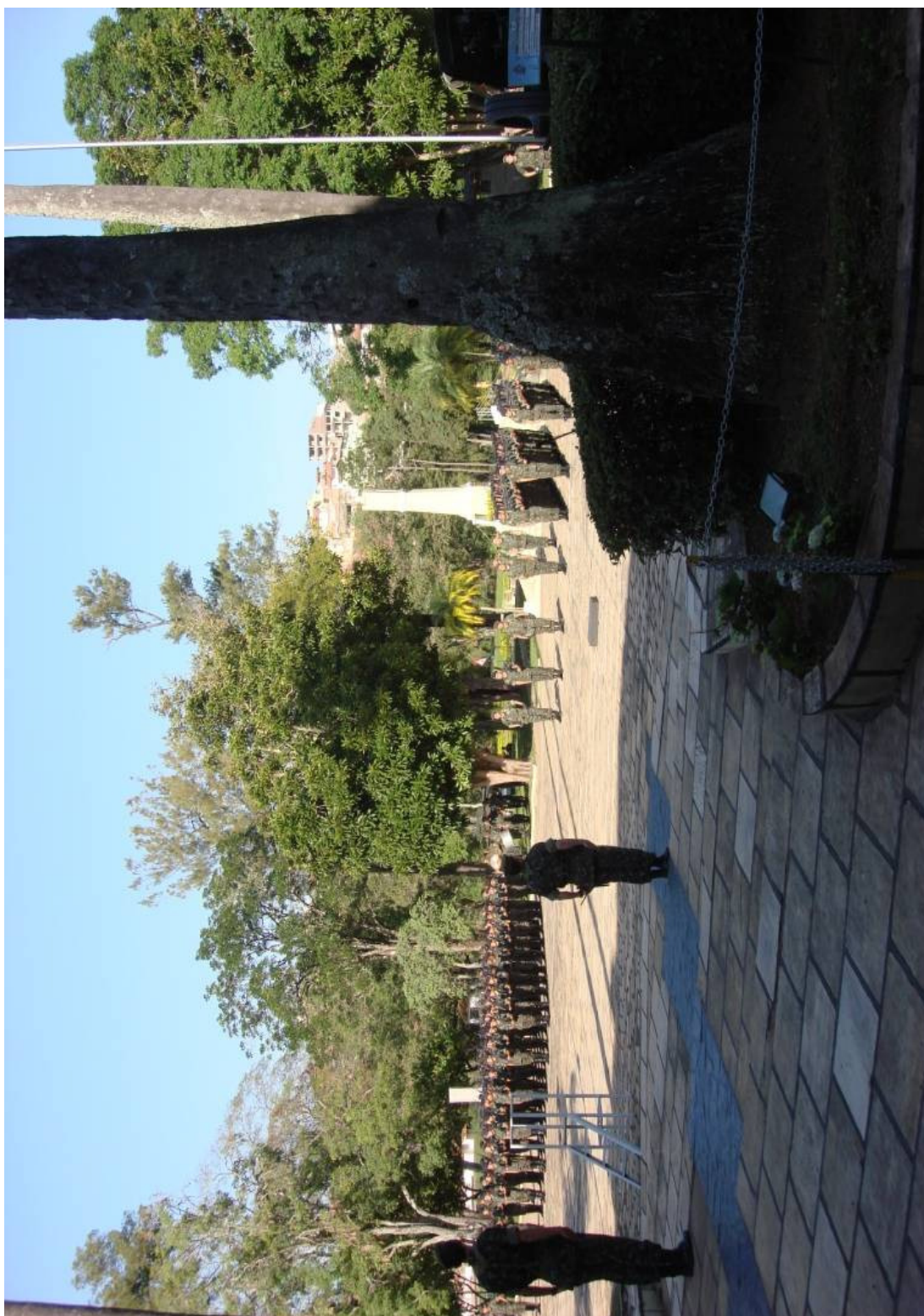


Foto 6: Segue-se um discurso de aproximadamente trinta minutos, onde o general fala das responsabilidades do militar, de sua importância para a nação e sinaliza a presença de mulheres nas FFAA como um avanço da instituição.



Foto 7: Em destaque as três oficiais promovidas



Foto 8: O general comandante passa pelos promovidos cumprimentando-os pela ascensão de posto.



Foto 9: O general cumprimentando a tropa, em retirada.

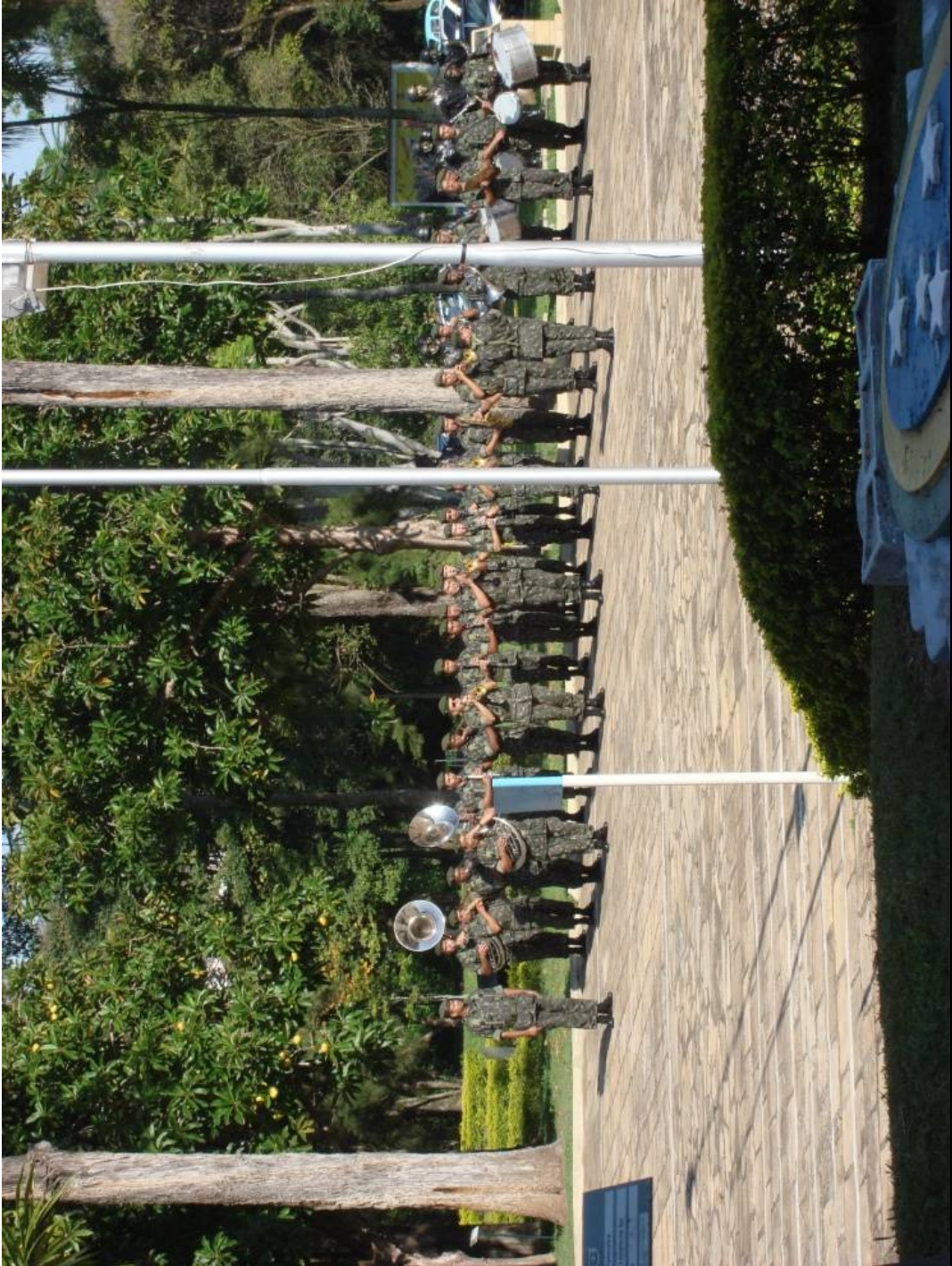


Foto 10: A banda da EsSa encerrando a formatura.

Encerrada a formatura fui até a sala do general agradecê-lo pelo convite e me despedir afinal iria realizar as últimas entrevistas e logo às 14 horas partiria de Três Corações. O general foi muito simpático e colocou-se a disposição para qualquer dúvida.

Segui para minha sala, onde recebi a última turma a ser entrevistada. Finda a entrevista passei uma hora conversando com os oficiais de carreira (psicólogos e pedagogos, neste caso) que cuidavam da sessão na qual eu estava instalada para realizar as pesquisas. Essas conversas acontecem normalmente para sanar as dúvidas desses profissionais sobre a minha pesquisa, porém aproveito para descobrir mais sobre o cotidiano da Escola e mesmo sobre a carreira deles, a forma como são tratados na EsSA, as expectativas e até as críticas aos comandos e ao sistema militar. Na podemos esquecer que esses profissionais não cursaram colégios ou escolas militar; entraram para a carreira das armas por concurso público e assim tornaram-se militares já tendo concluído curso universitário e, muitas vezes, já sendo casado e tendo filhos. Entretanto havia grande interesse deles pelo meu trabalho, pois diziam sentir imenso carinho pela EsSA e sentiam pela desvalorização da Escola de Sargentos perante às escolas de formação de oficiais.

Finda minha estada na EsSA voltei a São Carlos cheia de expectativas e com promessas de ver os arquivos estatísticos da Escola abertos para mim na próxima visitação, o que enriqueceria e muito o trabalho pois teria uma década de dados para analisar.

Foi em 2008 que realizei entrevistas com a primeira turma a ser constituída sob a nova sistemática de formação de sargentos combatentes da EsSA. A experiência adquirida no ano anterior contribuiu para que este ano as entrevistas fossem mais focadas. Busquei sempre pontos que considere importantes e tentei introduzir o assunto, deixando, porém, que os alunos discorressem livremente sobre ele.

Creio que graças ao período em que realizei as entrevistas, consegui obter resultados mais satisfatórios que no ano anterior e, evidentemente, travar conversas mais longas e elucidativas com eles. Com relação a data em que realizei as entrevistas, ressalto que ainda faltava um mês e meio para o término do curso e era a semana dos alunos escolherem o local onde serviriam; estavam todos excitados com isso e ainda não se sentiam cansados como no ano de 2007, quando fui à campo na última semana de atividades na EsSA e os alunos já estavam inclusive sem aulas.

Um segundo fator pode ter contribuído para a maior liberdade dos alunos durante as entrevistas: este ano não estavam presentes durante as minhas conversas com os alunos os sargentos responsáveis por eles. Ao travar contato para essa minha segunda empreitada na EsSA, pedi aos responsáveis para que os alunos estivessem sozinhos em minha sala e como pude notar, foi uma ótima estratégia de entrevista. Isso por si só explicaria a menor inibição dos alunos em falar sobre temas delicados, como por exemplo, a relação praça versus oficial ou a dificuldade de ascensão de um praça ao oficialato.

Por fim, um outro fator desinibidor pode ter sido a minha presença na EsSA pelo segundo ano consecutivo. Ao iniciar as entrevistas fiz como anteriormente, explicando os motivos que me levaram a esta pesquisa, falando o porquê da escolha da EsSA como objeto de estudo (declarando que havia carência de estudos sobre praças), e após isso, perfilava meu histórico acadêmico. Os entrevistados reagiam positivamente quando eu afirmava que aquela não era minha primeira visita à Escola. Foi comum que alunos perguntassem sobre os resultados obtidos no ano anterior e sobre minhas expectativas com relação àquele ano. Também perguntavam sobre a minha relação com os generais comandantes (de 2007 e o de 2008), o local onde estava dormindo, como havia conseguido autorização para realizar a pesquisa e como era meu cotidiano ali. Sanada as dúvidas, os ânimos apaziguavam e então eu podia começar as entrevistas.

Nesta segunda pesquisa de campo optei por não trabalhar apenas com excertos de entrevistas de todos os alunos pois os dados fornecidos no ano de 2007 e de 2008 eram extremamente semelhantes, mostrando assim a similitude entre os discursos, destarte a distinção entre armas e mesmo ano de pesquisa. Para ampliar a análise, neste ano escolhi também escrever depoimentos dos alunos.

Sobre a escolha dos depoimentos aqui retratados, ressalvo que busquei, dentre os 25 entrevistados, cinco trajetórias que pintassem a diversidade de perfil dos alunos que estudam na Escola, sendo um de cada arma.

Relativamente à escolha dos alunos pelos sargentos responsáveis, notamos que ela novamente não foi aleatória, bem como no ano passado. Estavam comigo os “zeros” da turma, e via de regra, algum número dez. Mais uma vez não consegui acesso para conversar com os sargentos e saber exatamente qual o critério de seleção e porquê não havia voluntários entre os alunos. Acredito que os sargentos responsáveis pela escolha dos alunos, além de elegerem os “zeros”, buscavam entre os dez primeiros aqueles dotados de maior facilidade de comunicação, os mais bens instruídos.

Por fim, antes de iniciar a exposição das entrevistas escolhidas, ressalto que optei pela entrevista semi-dirigida, deixando que o aluno falasse livremente todavia, guiando os temas que seriam debatidos. Desta forma consegui que ângulos e detalhes não descritos quando a entrevista é completamente dirigida fossem revelados, sem contudo desviar do foco do nosso trabalho.

Uma das histórias que me chamou a atenção, pois era a história de muitos entrevistados, foi a de um rapaz da arma de comunicação, de 23 anos, que não possuía parentes militares e antes de entrar para a Escola cursava Direito em uma faculdade particular. O aluno já possuía experiência na vida militar, pois havia servido em sua cidade, aos 18 anos. Segundo o entrevistado, o período de serviço obrigatório o impulsionou a seguir carreira, pois “é uma profissão boa, gratificante, tem reconhecimento tanto dentro quanto lá fora, o pessoal respeita bastante”.

Este aluno representa um caso típico: moços que não possuem militares no histórico familiar mas, após o serviço obrigatório, sentem-se atraídos e impulsionados à carreira das Armas. De acordo com as entrevistas, os sargentos dos “Tiros de Guerra” são grandes influências para a escolha da carreira em alunos com o perfil semelhante a este que acabamos de descrever.

Eu acho que vim para a EsSA porque eu entrei no quartel com 18 anos, ai fiz o curso e isso me levou a continuar...fui gostando da profissão e resolvi seguir ela também, pela carreira. Prestei AMAN duas vezes , fiquei na lista de espera uma vez, mas não fui chamado.

Voltando à trajetória de vida que estávamos retratando, notamos que, não obstante reconhecer as positivities da carreira de sargento, a EsSA não era a primeira opção do aluno. Ele havia, por duas vezes, tentado o ingresso na AMAN, queria ser oficial; mas dizia não se sentir frustrado, afinal tinha planos para o futuro e pensava em tornar-se oficial: “quero continuar (o curso de Direito) e depois tentar pra oficial, pra quadro complementar de oficial. É difícil, terrível, mas vou tentar”.

Muitos alunos entrevistados haviam passado pela prova da AMAN antes de tentarem a EsSA. Estes apresentavam, quase sempre, um desejo de tornarem-se parte do quadro auxiliar de oficiais. Mesmo cientes das dificuldades, não descartavam a possibilidade e afirmavam que, caso não conseguissem uma vaga no quadro de oficiais do EB, prestariam concurso para oficiais da polícia ou do corpo de bombeiros. Esses alunos também demonstravam certa indignação com as dificuldades da carreira do praça, especialmente os entraves para que este viesse a compor o quadro de oficiais. O maior atrativo da carreira de oficiais era o salário, que os alunos consideravam mais justo do que o recebido pelos sargentos: “o difícil na carreira é o salário né, principalmente se você compara com o do oficial, aí dá revolta. Precisa ter uma valorização do sargento nesse sentido”.

Outra narrativa interessante retrata a história de alunos com baixo poder aquisitivo, cujos pais possuíam apenas o ensino fundamental e que não tinha militares na família. Esse aluno tem um perfil muito comum na EsSA: não detinha grandes chances de continuar seus estudos graças a necessidade de trabalhar e tinha afinidade com a carreira militar. Sendo assim procurou no EB uma forma de continuar seus estudos e garantir o futuro. Esse entrevistado passou quatro anos tentando ingressar no concurso da EsSA e só na quarta vez conseguiu passar. Ele tinha 23 anos, não possuía parentes militares, havia cumprido o serviço obrigatório e cursava agora a arma de engenharia. O aluno falou que a família gostava muito da carreira e o incentivava a prestar e não desistir mesmo quando já havia sido reprovado no concurso pela terceira vez. Durante o período que tentava passar no exame, ele trabalhou muito:

eu estagiei numa escola técnica em Pernambuco, fazia ciências contábeis. Ganhei bolsa e fui fazer. Depois fui trabalhar de operador de telemarketing. Aí escolhi a carreira militar (...) pensei no policiamento, mas é muito perigoso, corre muito risco.

Ao contrário do que poderíamos imaginar, a ausência de expectativas com relação a um conflito armado próximo não é desestimulante para quem quer seguir a carreira militar. Muitas vezes a impossibilidade de conflito é um atrativo, como vimos na entrevista acima. Evidentemente que essa não é uma regra e a percepção do indivíduo pode variar ao longo da carreira, levando à frustração de haver passado a vida

se preparando para uma atividade que nunca será exercida, todavia, de início, pode sim ser um chamariz, especialmente se comparada à carreira da PM.

O terceiro aluno que escolhi para representar um perfil comum na EsSA foi um artilheiro de 25 anos, cujo conhecimento da carreira militar se deu através do pai, que havia servido como temporário no Rio de Janeiro. Este foi o entrevistado com a mais longa experiência militar antes de ingressar na EsSA, pois havia servido durante quatro anos como fuzileiro naval, dos 17 aos 20 anos. Segundo ele a saída da marinha foi uma opção pessoal, ele gostaria de estudar e prestar outros concursos afinal a ascensão na marinha é difícil e a vida de marinheiro não lhe agradava muito: “prefiro o exército, aqui é mais humano”. Mas deixou claro que a opção pela EsSA não foi algo muito específico, desejado:

Eu queria estudar, prestar concurso, daí prestei outros concursos e passe, graças a Deus, mas o que me chamou primeiro foi a EsSA e eu comecei na EsSA porque não esperava que outras me chamassem afinal, estava esperando há um ano né? E a EsSA foi a primeira a me chamar. Eu vim e a partir de então, já que estava aqui, *tive que me acostumar, tive que me identificar.*

Para este estudante a possibilidade de prestar outros concursos não está descartada. Ele afirmava encarar sua estada na Escola como se fosse seguir mesmo a carreira de sargento, “senão a gente não agüenta ficar aqui, preso por um ano e meio” (refere-se ao regime de internato), “mas pretendo prestar outro concurso, fazer faculdade com certeza, mas eu tenho que contar *como se aqui fosse minha carreira, porque isso aqui é minha segurança*”. Duas afirmações chamam a atenção nesta entrevista e estão em itálico. A primeira, quando o aluno afirma que “teve que se acostumar” à vida militar nos dá noção da dificuldade pela qual passam os alunos que ingressam na carreira, ainda que tenham servido anteriormente. O regime de internato da EsSA leva os alunos a muitos questionamentos e torna ainda mais difícil a adaptação. A segunda colocação refere-se à estabilidade econômica e profissional do sargento. Para este aluno a EsSA poderia ser um trampolim para outro concurso e outra carreira com melhor remuneração, mas no momento deveria ser levada como seriedade absoluta pois ele depende dela financeiramente. Essa história repete-se em muitas entrevistas, pois

não foram poucos os alunos que afirmaram estar na EsSA visando a garantia de estudar, conseguir um emprego fixo e, futuramente, tentar outro concurso com as mesmas garantias todavia, melhor salário. A carreira de sargento é, portanto, menos estimulante do que a da Polícia, e torna-se segunda opção para inúmeros alunos.

A quarta entrevista-emblema é a de um infante que contava com 24 anos. Segundo o próprio, sua história no exército era confusa afinal ele vinha de meio civil e jamais havia sido incentivado à carreira das armas. Esse aluno foi dispensado do serviço militar obrigatório, portanto não possuía nenhuma experiência militar anterior. De acordo com sua entrevista, o ingresso na EsSA não era um sonho; na verdade o entrevistado buscava uma carreira estável:

“eu fui atrás de um emprego estável, só isso. Vi o concurso num jornal e prestei. Não passei da primeira vez, mas não passei em nenhum concurso, ai continuei tentando e passei na EsSA. Mal sabia o que ia fazer aqui mas vim porque era concurso, tinha que vir e seguir carreira, porque tem estabilidade, ganha bem e tem vantagens ser militar sabe?”

A motivação, portanto, assim como do aluno acima, era mais econômica e menos uma questão de “vocação” à carreira das armas. Isso não significa que os alunos não gostem da profissão escolhida, ao contrário, muitos destes que ingressam na EsSA buscando estabilidade, acabam por destacarem-se entre os demais – como estes entrevistados aqui, que compunha os “zeros” da turma, e assim almejam lutar por postos mais altos dentro mesmo do EB:

“Eu consegui entrar e to ai, procurando um futuro bem melhor. Gosto da carreira das armas, da estabilidade econômica. A gente tem um reconhecimento, pelo menos na minha cidade, tem um reconhecimento em relação à sociedade e é uma instituição sólida que mesmo com altos e baixos ela continua ai, sempre presente [...]. Só que eu pretendo estar entrando no quadro complementar de oficiais pra continuar meus estudos

Percebemos entre os alunos, em especial aqueles que não se dizem “vocacionados”, um grande desejo de ascensão na carreira, e visam o quadro de oficiais

para tanto. Esses alunos pareceram cientes das dificuldades de ultrapassar a linha que separa praças de oficiais e muitas vezes criticaram o sistema vigente, como já esclarecemos acima. Todavia, em mais de um caso encontramos alunos que não conheciam a hierarquia militar e ingressaram na EsSA sem saberem que havia distinção entre praça e oficial, o que mostra o desconhecimento destes sobre a carreira que resolveram seguir:

Eu, por exemplo, quando cheguei, não sabia essas coisas de oficialato, não fiz prova pra AMAN porque eu nem sabia que existia, fui saber que tinha teste pra AMAN quando eu fui fazer a prova da EsSA e vi que tinha uma ausência lá e o cara falou que o candidato tinha sido aprovado na AMAN

O último aluno cuja entrevista resolvemos relatar possuía 23 anos, e estava na arma da cavalaria. Conforme depoimento, fica evidente que o aluno, apesar de desejar cursar universidade ao terminar o ensino médio, não possuía condições para tal, e assim foi trabalhar como comerciário, aos 17 anos.

Ao completar 18 anos foi servir e acabou gostando da vida militar, pedindo desta forma engajamento, motivo pelo qual passou dois anos servindo como soldado. A família, que já possuía militares entre seus membros (um irmão havia ingressado na EsSa um ano antes desse aluno prestar a prova e um tio era sargento) apoiou fortemente a opção pela profissão de sargento e o aluno dizia não querer sair da força mas tentar se aperfeiçoar e seguir a profissão de sargento pois gostava demais da escolha que tinha feito para a sua vida. As vantagens da carreira, segundo a entrevista, iam além da estabilidade financeira:

na minha região o cara ser militar é uma beleza. Outro dia estava lá com meu irmão fazendo compras ai fui preencher o cadastro, falei que era sargento e o cara falou: ‘ Ah, sargento, então ta’..nem preencheu o cadastro direito, porque sabe que você é militar, já te vê com outros olhos. Além disso acho que existe uma mística no mundo civil com o nome sargento. Os civis nem sabem que existe muita diferença entre oficial e praça

Neste ponto a fala do aluno foi interrompida por um colega de arma de 22 anos:

acho que isso depende da região. Eu sou do Rio de Janeiro e se estou na zona sul não sou nada, tem muitos oficiais, mas se estou na zona norte, na baixada, ai sim....nas cidades que tem muitos militares é assim, as pessoas sabem as diferenças e tem lugar que o sargento não é considerado

Após a apresentação de todos os alunos, como vinha fazendo em todas as entrevistas, coloquei assuntos variados e assim a conversa foi fluindo. Essa metodologia foi adotada em todas as turmas e reuni aqui, separados por temas, as opiniões mais significativas sobre cada um deles. Assim, como dito acima, nos excertos de entrevistas teremos misturada as opiniões de alunos das cinco armas.

Um dos temas sempre levantados pelas turmas era referente ao regime de internato. Foi unânime a opinião de que o maior obstáculo dentro da EsSA era suportar tanto tempo longe de casa e sem liberdade para sair mesmo na cidade de Três Corações. Todavia, não descartam a importância do regime, adotando o discurso oficial da EsSA:

“eu ate acho importante, obriga a gente a estar cortando os vínculos, ajuda na profissão porque você vai ser movimentado e nem sempre vai estar com sua família, vai acostumando com a idéia...mas eu acho que podia ser amenizado. Igual a gente aqui, tem final de semana que tem que voltar às dez, meia-noite, eu acho que é tudo etapa. A gente teve a etapa no período básico, que precisava, mas hoje já não tinha necessidade de estar fazendo, é até uma própria diferença da escola do Rio de Janeiro pra cá; lá o final de semana deles é liberado. A gente não sabe se aqui é uma cultura da cidade mas acaba que é diferente” (frase retirada da entrevista do aluno de 23 anos, comunicações).

Já foi dito neste trabalho que a EsSA é a única escola de formação de sargentos (dentre todas as Forças) que adota o regime de internato, determinando inclusive horários de saída e volta durante os finais de semana e assim, liberando pouco os alunos para visitar familiares. De acordo com a Escola, esse sistema contribui para a formação sólida do militar e faz com que ele rapidamente se adapte a nova vida, deixando de ser civil e enfrentado as dificuldades de serão inevitáveis durante a carreira, como a distância de familiares e longos períodos fora de casa.

Como mostramos com o excerto da entrevista acima, o discurso oficial da Escola consegue convencer os alunos da importância do internato, todavia, não evita reclamações. Os alunos, em sua maioria, não reclamam da falta de liberdade mas sim daquilo que acreditam ser uma falta de confiança dos sargentos e oficiais para com os alunos que estão nos últimos meses de curso, quando já estão comandando – ainda que experimentalmente – tropas com 150 alunos novos: “Eles acham que a gente não tem mentalidade pra sair à rua, faltando um mês e meio pra gente se formar” (aluno de 25 anos, engenharia).

Ao serem questionados sobre o porquê de não levarem suas reclamações aos superiores, recebi a seguinte resposta: “a gente até fala pro sargento, mas dali ninguém mais fala pro comandante” (aluno 21 anos, cavalaria). Isso pode significar que há uma grande dificuldade de comunicação entre os escalões compostos por praças, ainda que com grande tempo de serviço, como no caso desses sargentos comandantes de tropas, e os oficiais responsáveis pela Escola.

Os alunos afirmaram que a Sessão Pedagógica é o setor responsável em manter comunicação entre alunos e oficiais superiores da EsSA, todavia, há um temor por parte dos alunos em responder sinceramente os questionários que recebem e que servem para avaliar a opinião dos alunos sobre o ensino, o sistema, enfim, a vida na Escola:

A sessão pedagógica até passa, faz um trabalho com a gente para saber o que ta acontecendo, mas a gente não tem esta intimidade de estar falando, como a gente fala com você (aluno de 24 anos, infantaria).

Eles fazem as pesquisas, falam pra gente confiar...mas confia desconfiando, porque a gente sabe que eles vão falar e que nada

vai mudar ou se mudar pode piorar pra gente (aluno de 25 anos, artilharia)

As falas acima mostram dois importantes pontos: o primeiro é a falta de confiança nos próprios órgãos da Escola responsáveis por pesquisa de opinião, que são sempre compostos por oficiais. Os alunos temem represálias dos superiores e não se sentem confortáveis para falar sobre os problemas que enfrentam. Ao afirmar que comigo sentem-se mais confiantes, deixam transparecer que, por eu não fazer parte da instituição, não ser oficial ou superior e, portanto não possuir algum tipo de poder sobre eles, sou mais confiável e posso servir como canal seguro de comunicação, uma vez que não teria interesse em denunciar o nome do aluno que realizou a crítica, até mesmo porque ao iniciar a pesquisa, assino com os alunos o termo de responsabilidade me comprometendo a não revelar nomes.

O segundo ponto é a descrença de que as suas reivindicações possam ser atendidas. Os alunos conhecem a rigidez das instituições militares e afirmam que, para haver alguma mudança, ela tem que partir de cima e não de baixo. Assim, desistem de lutar para mudar o que desagrada.

Outra questão levantada referia-se sobre a relação dos alunos com os oficiais da EsSA. Os entrevistados responderam que havia uma grande distância entre eles e os oficiais, que, todavia, não era despropositada: “com aluno o cara não pode dar muita moral, a função dele (oficial) é formar, é cobrar e se der muita moral não tem como manter a hierarquia” (aluno 19 anos, comunicações). Assim, a compreensão da necessidade de um distanciamento hierárquico entre praça e oficial é o principal argumento dos alunos para justificar a ausência de contato com os oficiais da Escola. Para eles a esse distanciamento “é a própria doutrina”:

o praça assim, ele tem que ter...um exemplo o sargento: ele chega na tropa e vai direto no soldado e no cabo, porque ele sabe como funciona. Isso acaba sendo uma oportunidade a mais pra ter contato...já o oficial quando ele chega, é diferente, outra postura, é próprio da doutrina (aluno 21 ano, artilharia).

Os alunos dizem compreender perfeitamente a questão hierárquica, respeitá-la e aplicar seus princípios durante os treinamentos que ministram:

Outro dia fui dar instrução para os recrutas, alguns falavam, a maioria não, mas falavam. Soldado é isso, soldado é aquilo....eu já via, chamava eles de senhores, tiveram que imediatamente me chamarem de senhores, porque pra mim se igualar a eles não é humilhação, desde que cada um tenha noção...e por ai vai! Mas o pilar da força é a hierarquia do sistema, então *tem que ter* hierarquia e consciência (aluno 23 anos, comunicações)

Com relação aos sargentos, a opinião modifica de forma surpreendente, assim como notado em pesquisa anterior. O sargento é tido como um exemplo a ser seguido, o verdadeiro “mentor” dos alunos, aquele que está em contato direto e consegue ouvir, respeitar a opinião dos seus futuros companheiros.

“O sargento é o elo do oficialato com a tropa né? Se a gente precisa de alguma coisa fala com o sargento. E cada um tem um sargento que é mais próximo, sabe o que a gente está passando e falar com ele é mais fácil, bem mais fácil que falar com um oficial” (aluno de 20 anos, artilharia).

Já foi falado aqui sobre as mudanças sofridas por todos aqueles que optam pela carreira militar: Voltamos no tema, pois foi assunto de grande interesse por parte dos alunos, que fazem questão de destacar a mudança de postura que ocorre ao ingressarem na EsSA.

Para eles, muito desta mudança é responsabilidade dos sargentos que, estando em contato direto com os alunos, ensinam a estes a importância de cumprir obrigações e horários, respeitar hierarquia e manter a disciplina. O sargento é o exemplo que os alunos seguirão, motivo pelo qual a conduta deste praça tem que ser impecável.

O aspecto físico do sargento, inclusive, é ressaltado pelos alunos, que dizem notar o descuido dos oficiais com o corpo, com o passar do tempo e o avanço na carreira, algo que não ocorreria com os sargentos, sempre atentos a este importante quesito. Os alunos disseram que sempre são alertados pelos sargentos das necessidades do militar manter a boa forma e a capacidade física. Devemos lembrar as palavras de Foucault (2002, p.117)

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe, que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também do seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra

De acordo com as entrevistas, as mudanças sofridas extrapolam para a vida cotidiana dos futuros sargentos e atingem inexoravelmente a todos aqueles que ingressam na profissão:

mesmo aquela pessoa que está aqui só pra ter uma profissão, pelo dinheiro mesmo, ela vai sair diferente, não que ela vá ser hiper nacionalista, mas tudo muda, a própria postura muda com relação a alguns problemas, algumas situações...é uma coisa que te marca pra vida toda (aluno de 22 anos, engenharia)

Aqui é importante abrimos um parênteses para realizar uma análise mais requintada desse assunto. Há ainda uma distinção entre o corpo dos oficiais e dos praças, que será percebida nas corporações desde quando estes se encontram nos colégios. Essa distinção ficará mais evidente com o passar dos anos e o crescimento na carreira.

O sargento é o exemplo que os alunos seguirão, razão pela qual a conduta deste praça deve ser impecável, e o cuidado com o corpo uma constante. Para tanto, as atividades físicas ocupam parte significativa do cotidiano destes futuros comandantes de tropas, com realizações de muitos exercícios, ordens unidas e treinamentos de rituais. Todavia, devemos lembrar que essa rotina repleta exerce uma função que podemos chamar de neutralizadora, pois busca anular os efeitos da liberdade demasiada que propicia o surgimento de desertores e, principalmente, de questionadores. Assim, a rotina árdua de trabalhos físicos facilita a domesticação através da disciplina (Foucault,2002)

O aspecto físico do sargento ao longo da carreira é visto como um diferencial entre eles e os oficiais, de acordo com os próprios sargentos, pois, com o passar dos anos e a acomodação em atividades burocráticas, os oficiais tendem a descuidar dos aspectos físicos, ao contrário dos sargentos, que são obrigados a manter o corpo em forma, inclusive porque são periodicamente avaliados neste quesito.

Isso corrobora a teoria da hexis corporal. Dentro do campo dos militares, ela é de extrema importância, pois, como dito acima, este corpo é parte dos seus pertences de trabalho, todavia, possui um significado especial para os sargentos, cuja principal função é treinar soldados e futuros oficiais, sendo necessário, para tanto, estar em contato direto com a tropa e realizar com eles atividades físicas. Através da interpretação da hexis corporal, portanto, é possível determinar se um militar exerce funções burocráticas ou não.

A disciplina, um dos pilares no qual a instituição está firmada, normaliza os agentes, expulsa o ser anteriormente existente naquele corpo para lhe dar uma nova fisionomia: a da instituição. O corpo do militar deve ser útil, submisso, funcional para a instituição a que ele serve.

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra (Foucault, 2002, p.117).

Para tanto, a disciplina age no corpo físico e no aspecto político, gerando seres que obedecem ao conjunto de regulamentos que regem a conduta do militar, impondo-lhes obrigações, limitações e proibições, dentro da lógica da dominação, já que os corpos disciplinados são submissos e, à medida que as forças físicas aumentam, a política diminui (Foucault, 2002).

Dando continuidade aos depoimentos, entramos em um dos assuntos mais polêmicos e que gerava grandes debates era a distinção praça-oficial e a dificuldade de um praça tornar-se oficial.

Discorreremos no item “Revisão Histórica: Os Praças no Brasil” desta tese, um pouco sobre o processo de recrutamento, que, acordo com Carvalho(1977), pode explicar parte da divisão praça X oficial:

Tradicionalmente, por exemplo, o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza e as praças entre as classes baixas. Este mecanismo teve importantes consequências políticas ao possibilitar, de um lado, a identificação entre oficialidade e os grupos politicamente dominantes, e, de outro, o isolamento da

oficialidade em relação às praças. Ao mesmo tempo garantia a lealdade dos oficiais ao governo, impedia que eles se unissem aos escalões inferiores, o que aumentava o poder político da organização (p.184-185, José Murilo de Carvalho, grifo meu).

A explicação de Carvalho é interessante, todavia, podemos aprofundar a análise dessa questão tão complexa. Dentro do espaço social que constitui os militares, há uma distinção entre dominantes (ou superiores – que são os oficiais) e dominados (os praças), e tal distinção social se caracteriza pela importância dos capitais que dispõem os membros. Essa dominação define a “cultura legítima” (Bourdieu, 2007B) de forma que sendo os oficiais os dominantes, são eles que definem o que é legítimo ou não na instituição. Há um jogo com a distinção e isso afirma a identidade dos dois grupos, legitima-a e a impõe juntamente com certa visão de mundo, que dentro do espaço social composto pelos militares é a dos oficiais.

Entrevistas revelam a percepção dos alunos sobre as distinções feitas dentro da instituição entre praças e oficiais:

Há uma preocupação maior com os oficiais, isso todo mundo sabe e eu acho que não é só no Exército não, é em toda Força. Então o que falta mesmo seria esse valor, eu acho mesmo, não só o oficial, mas as vezes o indivíduo, mesmo sabendo, tendo a consciência de que precisa,...ele não dá esse valor que um tenente não vai conseguir fazer as coisas sem o sargento e o sargento sem o auxílio do cabo, e assim sucessivamente, não tem essa visão de dar valor. Outra coisa que acho que poderia mudar é esse lance de cabo e soldado serem por tempo de serviço...a carreira do cabo e soldado são pouco valorizadas. Ai você tem que treinar outro, não sabe se vai desempenhar bem a função,

sendo que poderia manter o que já estava ali, treinado..e agora ao invés de aumentarem, diminuíram o tempo de serviço, agora é só 5 anos, antes era 7 e depois 9...isso faz com que o militar não se dedique mesmo a carreira, porque ele pensa: “Ah vou embora mesmo”. Ele não tem motivação, não tem valorização, tem que ter estímulo pra desempenhar bem a função...tem que ter valorização. É o que acontece com oficiais e sargentos né? Tá aqui mas já projetando o que vai fazer..se vai pra polícia..que concurso prestar. Hoje em dia a grande maioria pensa em ir pra polícia (aluno 22 anos).

Para a maioria, o reconhecimento do praça é maior fora das instituições militares.

Às vezes o nome sargento causa mais impacto na sociedade civil do que o tenente. O pessoal não vai saber distinguir, muitos acham até que a patente do sargento é maior, então o nome sargento, parecia na tv, principalmente em filme norte americano, a figura do sargento, pra quem não conhece acabou ganhando impacto maior do que tenente (aluno 21 anos).

Segundo os alunos isso representaria uma injustiça pra com os praça afinal todos possuem uma função dentro do EB e deveriam ser igualmente tratados e respeitados.

Eu acho que como instituição, qualquer instituição, família, a sociedade, todo mundo tem sua função, desde o soldado, até o general...todos são indispensáveis. Um gari na rua, não tem discussão da utilidade dele. Não é porque sou sargento, general...todos são indispensáveis. Basta que alguns tomem consciência disso. E quando a pessoa toma consciência ela passa a respeitar muito mais, tanto superiores quanto subordinados (aluno 22 anos, infantaria).

Para eles, todavia, a hierarquia deve ser mantida, mas há mais necessidade de reconhecimento da importância de cada “peça” dentro do EB:

O pilar da força é a hierarquia do sistema, então tem que ter hierarquia, mas tem que ter consciência. As forças funcionam como um motor, existem peças e todas tem que estar bem senão o motor não vai funcionar. Você pode até falar que tem umas que tem um desempenho melhor, são mais importantes, mas sem aquela outra a máquina não vai funcionar bem (aluno 25 anos, comunicações).

As várias críticas realizadas nas entrevistas sobre as dificuldades de ascensão na carreira pelo sargento, em oposição aos oficiais, ou ainda a tentativa de afirmação da importância dos sargentos para as Forças Armadas, as críticas ao *modus operandi* dos oficiais para com os praças (sempre distantes e esnobes – mesmo dentro da EsSA, uma escola destinada a formar praças), revela a luta entre praças e oficiais, onde os praças questionam a superioridade do oficial e em alguns casos até a hierarquia do exército. No entanto, os mecanismos de conservação da ordem social do exército são intensos e a inculcação do *habitus* militar é fortemente realizado, garantindo a obediência dos praças ao sistema vigente.

Existe uma gama imensa de alunos que desejam entrar para o Quadro Auxiliar e Oficiais. Entretanto, as dificuldades para alcançar o oficialato são muitas. Os alunos mostraram-se perturbados e muitas vezes demonstraram um sentimento de indignação com o sistema do EB, que, segundo os entrevistados, procura impedir o acesso dos praças ao oficialato:

O praça fica em segundo plano. A gente vê que eles preferem colocar um civil do que estar promovendo um praça. A gente tem um plano de carreira que teoricamente a gente poderia chegar ao posto de capitão, só que raramente isso acontece, o militar tem que ter 40 anos de posto aí, pra estar chegando, diferente dos outros postos. Por exemplo, na polícia você tem uma possibilidade maior de chegar ao oficialato que no exército (aluno 25 anos, engenharia).

Assim, nessa segunda bateria de entrevistas, foi revelado para nós alunos críticos, conscientes e muitas vezes insatisfeitos com o sistema (mas não com a Escola EsSA).

5 C – Terceira incursão na EsSA: um novo olhar sobre o mundo dos sargentos

Minha terceira incursão pelo mundo dos sargentos ocorreu em janeiro de 2011. As expectativas não eram tão altas como na primeira visita, todavia, estar dentro de uma instituição militar e realizar pesquisa de campo e entrevista é algo que sempre seduz os pesquisadores.

Desta vez o meu objetivo era distinto daquele que me moveu em 2007 e 2008. Havia novas questões e eu buscava encontrar mudanças daquele período até os dias atuais. O tratamento a mim dispensado também havia mudado, pois senti menor tensão e apreensão por parte dos oficiais e praças com a minha presença. Muitas vezes eles nem sabiam quem eu era e o que estava fazendo ali, atitude muito distinta da descrita em 2007, quando afirmei, conforme no início deste capítulo quatro, que a escola toda parecia ter sido avisada da minha presença e criara expectativas com relação à pesquisa. A experiência do peso hierárquico que vivi nas duas primeiras visitas também não foi sentida desta vez.

Outra distinção ocorreu no tratamento a mim dispensado pelos generais comandantes. Desta vez, em janeiro de 2011, o clima era mais informal e eu senti mais liberdade tanto para andar pelos corredores da instituição como para fazer perguntas e sanar minhas dúvidas. É interessante ressaltar que o general comandante da Escola não tinha conhecimento da pesquisa que era realizada na EsSA até dias antes da minha aparição na Escola. Foi a primeira vez que um general comandante me recebeu sem

antes ler meu projeto e sem realizar uma “prova oral” acerca dos meus conhecimentos sobre a caserna e suas particularidades. Entretanto, novamente ele foi surpreendido pela minha idade e exclamou logo ao me ver na porta de sua sala: “esperava uma pesquisadora de óculos e coque no cabelo”.

O general foi extremamente solícito e não questionou meus conhecimentos sobre militares em nenhum momento. Ele parecia falar com alguém do seu meio, pois respondia minhas perguntas objetivamente, sem explicar patentes, insígnias, processos burocráticos e mais de uma vez chegou a dizer, em meio a uma explicação sobre transferência e recebimento de ajuda de custo para as viagens, “você sabe como é o processo” e seguir sua explanação. Após a conversa com o general, despedi-me e passei a conversar com sargentos que estavam em serviço. Conversas informais, que me trouxeram a idéia de realizar um novo passeio pelas dependências da instituição, afim de verificar o que os anos fizeram na EsSA

As instituições militares são capazes de passar anos sem sofrer alterações significativas tanto em seu cotidiano como na configuração do seu espaço físico. A verba restrita destinada aos assuntos militares é apontada como o maior impedimento à modernização dos quartéis, algo que pode ser sentido ao caminhar pelos corredores de qualquer instituição militar, inclusive da EsSA. No entanto, devemos ressaltar que, não obstante as dificuldades financeiras, a perfeita manutenção dos prédios e dos materiais de trabalho se faz presente na Escola, como ficou claro após esta nova visita, três anos após a realização da minha primeira “inspeção” na EsSA.

Logo ao chegar à Escola, fui informada sobre a inundação que havia ocorrido. A preocupação da minha oficial de ligação era patente: ela tentava justificar os jardins que

não estavam tão bonitos ou a lama ainda presente no pátio, e foi assim que tomei conhecimento da história: em 2010/2011 a EsSA sofreu uma dura inundação causada pelo excesso de chuvas na região, que fez com que o rio que corta a Escola transbordasse e invadisse todo o pátio, da mesma forma que havia ocorrido dez anos antes. A natureza pode ter se repetido, todavia, desta vez a Escola estava bem preparada e não sofreu tanto como em 2000, quando a cheia atingiu inclusive os alojamentos (foto. 1).

O assunto inundação era freqüente nos corredores e a rapidez com que a EsSA agiu para evitar problemas como ocorrido anteriormente também foi uma das conversas mais comuns. Os praças e oficiais da Escola estavam satisfeitos pelo plano para prevenir maiores complicações em casos de inundações. Segundo os soldados temporários, essa foi uma grande chance de todos verem que os planos tão elaborados e estudados por eles, funcionam na prática.

Ainda com marcas do ocorrido nos chãos e nos monumentos, o interior da Escola, não obstante, parecia não ter sofrido com a passagem do tempo: paredes pintadas, objetos limpos e lustrados, museu brilhante, paredes sem um único descascado. Os estragos causados pela chuva só eram visíveis àqueles que conheciam a EsSA como a palma da mão. Aos olhos de qualquer visitante, a Escola estava em perfeito estado de conservação, superando a organização de tantas instituições públicas civis existentes no país afora.

No entanto, este segundo passeio pela EsSA como um todo me mostrou um lado antes desconhecido. Na primeira visita que fiz fui guiada pela Tenente, meu elo de ligação, que deu ênfase aos monumentos históricos, ao pátio denominado “Pátio Sargento Max Wolff Filho” (fig. 2), onde são realizadas formações e à parte interior da

Escola. Desta vez fui levada para a visita guiada por um soldado que serve temporariamente na EsSA, motivo pelo qual a perspectiva da visita mudou amplamente.

Desta vez não fui levada a conhecer estátuas e ilustrações de figuras históricas representativas ao Exército; o mundo que me foi descortinado era o mundo do dia a dia, o cotidiano daqueles que servem na Escola e dos alunos; a perspectiva da “ralação”, representada pelos aparelhos de ginástica, campos de jogos e treinos (figs. 3, 4 e 5), pelos cavalos – que, de acordo com o nosso “guia”, estavam vivendo um momento privilegiado pois a cavalaria era a arma do atual general comandante da Escola (fig. 6).



Figura 1: A marca azul indica o nível de água durante a enchente de 2000. Em 2011 a Escola estava preparada para eventuais problemas e um plano de emergência foi acionado antes que a situação chegasse a ficar crítica.



Figura 2: Pátio Sargento Max Wolff Filho, Herói da 2ª Guerra.



Figura 3: Espaço de treinamento físico.



Figura 4: Espaço de treinamento físico



Figura 5: Espaço de treinamento físico



Figura 6: Local de treinamento da cavalaria

Como dito anteriormente, a EsSA é uma escola que, por formar sargentos combatentes, privilegia o lado físico dos seus alunos, obrigando-os a passar longo tempo cuidando do corpo – o principal objeto de trabalho – e isto implica em horas de treinamentos e muita disciplina por parte dos futuros sargentos que, ao cabo do curso na Escola, irão servir em outras localidades, e aí sim serão o “elo entre o comando e a tropa”, motivo pelo qual o condicionamento físico é ponto fundamental e não pode ser visto como acessório mas sim como item indispensável na tarefa de comando. O sargento é o exemplo a ser seguido, assim, tanto seus atos quanto sua aparência, força e resistência são considerados espelhos para os alunos que ainda cursam a EsSA.

Como também foi destacado anteriormente, o físico dos sargentos é um símbolo de distinção entre eles e os oficiais, segundo alunos e os próprios sargentos da Escola.

As atividades intensas não permitem que os sargentos estejam despreparados ou engordem, ao contrário do que ocorre com os oficiais ao longo da carreira, afinal, ao voltarem-se para as tarefas burocráticas, os oficiais tenderiam a não realizar os exercícios físicos com tanto rigor. Os entrevistados em visitas anteriores à EsSA (2007 e 2008) apontavam o aumento de peso dos oficiais ao longo da carreira como sinônimo de descaso com a tropa, especialmente por não poderem assim, servir de exemplo aos novos militares.

Voltando à nossa expedição, ressalto que a ênfase do atual “guia” foi mais forte quando o assunto era cavalaria, pois, de acordo com suas observações, essa arma estaria recebendo muito incentivo por parte do comando da Escola, já que era a arma na qual o general havia dedicado sua carreira. Sendo assim, os cavalos eram limpos e escovados todos os dias e jogos de pólo – a paixão do general – haviam se tornado freqüentes na EsSA. O soldado advertiu ainda que esses jogos eram “moda”, ou seja, muitas pessoas

estavam praticando com o intuito de agradar o general apenas, mas não era realmente uma atividade comum na Escola.



Figura 7: estábulos que alojam os cavalos utilizados na EsSA.



Figura 8 Cavalo sendo cuidado por aluno da Cavalaria

Outro local apresentado pelo soldado foi o pátio onde ficam armazenados os carros utilizados em manobras pela EsSA. Foi possível observar que, apesar de não serem novos, os veículos estavam em bom estado, trafegando e aptos para serem

utilizados em atividades de treinamento. Isso acontece pois a mecânica dos automóveis é uma das áreas em que os alunos podem se especializar. A utilização em longo prazo de veículos e armamentos é uma realidade em todo o Exército brasileiro.



Foto 9: Ambulância da EsSA



Foto 10: interior de um jipe militar.



Por fim, consegui ainda ver a saída dos alunos iniciantes de 2011 de umas das suas primeiras palestras. O período letivo havia começado na mesma semana em que fui realizar a pesquisa, assim pude perceber que a Escola estava mais silenciosa do que a vista em duas outras visitas. Isso porque a interação entre os alunos e a Escola ainda estava começando, bem como as atividades também não se encontravam no seu ápice.



Figura 12: Alunos saindo de suas primeiras instruções na EsSA.

Essa terceira visita à Escola implicou em distintas avaliações para o olhar do oficial (ou seria melhor dizer o olhar oficial?) e o olhar do soldado, daquele que passa o dia vivendo a EsSA na prática e não tem pretensões de cooptar simpatia e apoio da pesquisadora. Nesta análise, ficou claro que a visão oficial da Escola é muito distinta daquela que os praças e os alunos possuem do local. Enquanto oficialmente a ênfase é dada em monumentos e na parte histórica da EsSA, os alunos e soldados preferem relatar o cotidiano, que envolve muita atividade física, aulas e principalmente a parte prática do aprendizado.

Este quinto capítulo é parte fundamental da tese, é a partir dele que os dados estatísticos que vimos anteriormente no capítulo quatro deixam de ser apenas números para se transformarem em realidade. As entrevistas foram essenciais para que descobríssemos quem realmente são, o que pensam, sentem, desejam os futuros sargentos do EB.

Considerações finais

*Avante, avante, ó EsSA,
Para a grandeza do porvir!
Nossa cartilha a glória reza,
Para batalha devemos ir!*

Excerto do Hino da EsSA

Este trabalho propiciou um conhecimento amplo sobre os sargentos: quem são, sua história, posição, a composição socioeconômica e quais são suas aspirações. Fui um trabalho árduo, porém extremamente gratificante, especialmente por se tratar de um objeto praticamente inédito, fazendo com que cada descoberta fosse uma vitória pessoal.

As metodologias adotadas para pesquisa e análise de dados foram imprescindíveis para esta tese. O trabalho foi realizado através de pesquisa de campo, entrevistas, análise bibliográfica, documental e por fim, análises estatísticas. A junção de dados que sucederam estas diversas técnicas possibilitaram que nosso trabalho fosse capaz de atingir os objetivos propostos. A teoria utilizada permitiu, por sua vez, que desenvolvêssemos a idéia do capital militar, algo até então não colocado na literatura.

Nesta conclusão, será realizado um resgate do que foi exposto na tese e apresentada as conclusões ao término do trabalho sobre a formação de praças do EB pela EsSA.

No primeiro capítulo foi realizada uma “volta” pela Escola de Sargento das Armas, a fim de conhecermos o local a ser estudado. Vimos que a EsSA foi criada 1945 como parte de um longo projeto de modernização do exército que perdura até os dias de hoje.

O ensino na EsSA é fundamentalmente técnico e visa formar sargentos combatentes, o que significa muito trabalho físico e muita exercício prático na formação dos alunos. O cotidiano na escola é exigente, com regime de internato que absorve por completo os futuros sargentos.

A função primordial dessa rotina rígida é socializar os novos militares, contribuindo para a rápida incorporação do *habitus* e do *ethos* militar pelos alunos. Assim, os alunos adquirem formas de ver, agir, pensar; partilham valores comuns ao EB

e interiorizam todos os hábitos militares, tornando-os tão naturais que se aproximam do instintivo.

A denominação da Escola – chamada Sargento Max Wolff Filho – é dotada de um significado simbólico muito grande, que busca contribuir para a criação da tradição do “sargento herói”, algo raro na história nacional. Wolff Filho tornou-se conhecido pelos militares por ter morrido na 2ª Guerra Mundial, após realizar o que dizem ter sido uma grande campanha. Existem fotos e estátuas do sargento espalhadas pela EsSA, buscando reforçar o ideal do sargento como um símbolo de conduta, ética e amor à pátria. Esse é, aliás, o objetivo da tentativa de criação dessa tradição que pretende mostrar aos alunos que um praça pode e consegue obter louvores semelhantes ou iguais aos dos oficiais. A crença na importância da carreira daria significação a toda a simbologia que cerca a profissão. Todavia, apesar do esforço para a criação da figura do sargento herói, o que predomina na Escola são fotos, quadros e bustos de grandes oficiais, como Marechal Emilio Mallet, Duque de Caxias, entre outros.

Foi notado, durante a expedição pela escola, que as tradições do exército são mantidas e existem vários espaços destinados a lembrar a história do exército como uma história de importância social e política, bravura e longevidade. A Batalha de Guararapes, as homenagens ao movimento de 1930 e à Segunda Guerra Mundial são exemplos disso.

Por fim, notamos que tal qual os símbolos, bustos e fotos espalhados pela Escola, a frase pintada na parte interna do portão e que é repetida exaustivamente dentro da EsSA (Sargento: Liderança conquista-se pelo exemplo) constitui mais um artifício para incitar os sargentos e os futuros sargentos a agirem de acordo com as regras e tradições do EB e configura, em especial a frase, como uma forma de coerção das ações desses alunos.

No segundo capítulo foi trabalhada a questão teórica e investigada a formação do *habitus* militar, chegando até a criação do termo Capital Militar. O capital militar seria a somatória de todos os valores típicos do mundo da caserna que são internalizados pelos militares e cristalizados na personalidade de cada um, ou seja, formas de ser, andar, sentir, pensar, ver, parecer e agir e serve como forma de distinção entre eles.

Lembramos também que o capital militar difere de oficiais para praças em algumas questões, mas em sua essência se mantém o mesmo, com o aspecto físico

sendo valorizado (corte de cabelo, porte, exercícios) tanto quanto as questões morais (seriedade, ordem, disciplina, profissionalismo, seriedade, competência, entre outros).

Logo de início do terceiro capítulo, ao realizar o mapeamento da bibliografia, foi notado que a ausência de dados seria um entrave para a compreensão com profundidade da história dos sargentos, todavia, garimpando entre livros e artigos diversos, bem como nos arquivos da EsSA, foi traçada uma breve história dos sargentos, onde desvendi vários “porquês” antes não respondidos. Foi compreendido que o sistema de recrutamento, associado ao descaso com os praças durante o processo de profissionalização das Forças Armadas, levaram os sargentos a terem sua história renegada ao segundo plano na bibliografia sobre militares. O tortuoso processo de recrutamento implicou na transformação do EB em uma escapatória ao desemprego. Foi também o tardio e lento processo de profissionalização que levou vários “mitos” sobre os sargentos a se perpetuarem no imaginário coletivo.

No capítulo quatro apresentei as estatísticas sobre a EsSA. Com elas foi possível mapear um perfil sociopolítico sobre os alunos da Escola e constatar que a maioria dos alunos da EsSA provém da região sudeste, seguida da nordeste, sul, centro-oeste e norte. Esses alunos concluíram em sua maioria o ensino médio e uma parcela significativa começou a cursar o ensino superior, porém não chegou a concluí-lo. Esses alunos estão na faixa etária entre 20 e 24 anos e são majoritariamente católicos.

Com relação à renda familiar, a constatação foi que a maioria dos alunos está na faixa compreendida entre um e cinco salários mínimos, sendo que uma minoria decrescente que não chega a 1% está entre os indivíduos com renda superior a quinze salários mínimo.

Uma importante constatação foi relacionada a questão da filiação. Os alunos da EsSA são majoritariamente filhos de civis e a minoria que é composta por filhos de militares são filhos de subalternos ou praças.

A pesquisa de campo e as entrevistas foram fundamentais para melhor compreensão do objeto de estudo, já que a contribuição dos estudos sobre *habitus* na mobilidade social dos militares somada às estatísticas foram significativamente positivas, todavia insuficientes ao explicarem questões que estava para além do capital econômico. Estudos que se baseavam *apenas* nas questões “de classe” mostraram-se incapazes de responder dúvidas relativas à marginalização dos praças e a dura

hierarquia que separa os oficiais do restante do exército. Foi imprescindível compreendermos a estrutura que mantém o exército como uma das instituições que menos mudanças sofreu com o passar dos séculos (graças a hierarquia e a disciplina), bem como compreender as estruturas que formam o *habitus* e o *ethos* dos militares, a forma de pensar e compreender o mundo, que difere substancialmente daquela conhecida pelos civis, e, após tal trabalho, desvendar o que existe por trás da diferença de classe, que é, nada mais, nada menos, um grande legado de valores e práticas culturais que separam os indivíduos antes de ingressarem na carreira militar, e são reforçadas com a vivência cotidiana e a construção indivíduo militar.

Bourdieu possibilitou-nos o estabelecimento de uma ligação entre capital, diplomas escolares e tempo de estudo a posições políticas, preferências culturais, artísticas e mesmo à escolha profissional. Esta relação entre diferentes capitais e escolha profissional leva a reflexão sobre o recrutamento endógeno, recorrente nas escolas de formação de oficiais, como mostrado por Castro (1993), e o chamado “carreirismo”, que marca os ingressantes na carreira das Armas em posições de baixa patente, como cabos, soldados e sargentos.

Utilizando mais uma vez de Bourdieu (2007), a chamada “herança familiar” foi compreendida como sendo o *habitus primário* que, inculcado desde o nascimento do indivíduo no seio familiar e fortalecido pela formação escolar (*o habitus secundário*), contribuem para determinar os gostos culturais, bem como as escolhas profissionais.

A educação de filhos de oficiais, usualmente, ocorre através de instituições militares de ensino, que reproduzem e reforçam as estruturas de pensamento e ação que são legadas ao agente dentro de casa, de forma que um sistema cíclico é estabelecido. O agente passa, então, a sentir como se as estruturas estruturantes fossem inatas a ele, e recorre à explicação biologizante da “vocação” para explicar a opção profissional

(carreira das Armas, como os pais), ignorando que, na realidade, as estruturas estruturantes são socialmente estruturadas pela família e instituição de ensino, o colégio militar, gerando a falsa impressão fazer parte do indivíduo, assim como um órgão de seu corpo.

A conclusão de Castro (1992) ao mapear a oficialidade do EB, alegando que **independente** da classe social de origem, a maioria dos alunos da AMAN era composta por filhos de militares, reforça a teoria de Bourdieu e comprova que não é colocando a condição econômica no epicentro da análise a melhor maneira de encontrarmos respostas às questões sociais, culturais e morais que envolvem os militares, bem como a própria distinção entre eles.

Após três pesquisas de campo e horas de entrevistas, foi constatado que realmente o EB preocupa-se com o nivelamento dos alunos. A reforma estrutural pela qual a grade de ensino passou, em 2008, demonstra que, além do objetivo claro de modernização na formação dos sargentos, a preocupação em transformar cada aluno em uma pequena parte de um todo, é real e ocorre através da repetição contínua de normas, regras, valores morais que permearão o inconsciente de cada indivíduo, fazendo com que eles partilhem analogamente de todos esses valores. O perfil semelhante dos candidatos favorece ainda mais o processo de doutrinação.

Voltando ao debate fundamental sobre a dessemelhança entre o ensino nas diferentes escolas militares, chegaremos à própria distinção entre oficiais e praças, que por definição, segundo Huntington (1996), é dada pela capacidade legitimada do exercício ou não da função de comando, destarte, “a oficialidade é o elemento dirigente ativo da estrutura militar e é responsável pela segurança militar da sociedade”, enquanto o sargento é o elo de ligação entre o comando (oficiais) e a tropa, e estão em contato direto com o estrato mais baixo da hierarquia militar, os soldados.

Desta maneira, a cada um é dado o tipo de ensino que lhe garantirá o bom exercício de suas funções no futuro. Se o praça é obrigado a permanecer a vida militar toda subserviente ao oficial, o processo que torna essa regra uma obrigação sagrada de valor inestimável para o subserviente deve ser infinitamente mais forte e eficaz do que o processo de infantilização e do sentimento de pertencimento a uma família, com defendido por Costa. E para que tal mecanismo funcione, é vital que a figura do sargento aja no sentido de manter a ordem, a disciplina, a obediência.

Definitivamente, é o sargento, graças a sua função de elo de ligação entre oficiais e praças de baixo escalão, que possui maior poder de persuasão entre os praças e é na formação do sargento que o processo de inculcação do dever de obediência e subserviência ocorrerá de forma mais agressiva, através da responsabilização deste sargento pelo futuro da instituição, ou seja, sobre os ombros do sargento pesará o fardo de ser o elemento decisivo para o não esfacelamento das FFAA.

É a interiorização da hierarquia como valor fundamental para a instituição, que, por sua vez, significa a vida deles, que consegue manter a coesão entre oficiais e praças.

Concluo essa tese com a certeza de que contribuí para que uma parcela significativa e importante do exército tenha se tornado mais conhecida, todavia, sei que ainda há muito a ser estudado quando o assunto é praça no Brasil. Espero que esse estudo seja um estímulo para os pesquisadores que buscam desvendar o mundo da caserna e que, como eu, não cessam na busca por respostas às várias questões ainda pendente quando o assunto é militar.

Bibliografia Utilizada:

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a disinção de um legado de práticas e valores culturais. Ver. Sociedade e Estado, Brasília, v.23, n1, p.179-184, jan/abril/2008.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ediouro, Biblioteca Folha, 1996.

ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964*. Dissertação defendida em março de 2007 na Universidade Federal de São Carlos, SP.

..... *A base da pirâmide: quem são e o que pensam os praças do Exército Brasileiro*. Caxambú, 32º Encontro Anual da ANpocs, 2008.

BEATTIE, Peter M. *Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas Brasileiras (1860-1930)*. In: CASTRO, Celso et alli. *Nova História Militar*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 269-295.

BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BLANCO ESCUDERO, Pedro A. *El sargento ante la tropa profesional*. Madrid: Ejercito, jan/fev. 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007B.

----- *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007A

----- *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*.

Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

----- *Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

----- *O Espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, Celso et alli. *Nova História Militar*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2009.

----- *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

----- *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

----- *Forças Armadas na Primeira República*, In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, Vol.9, São Paulo, Diefel, 1977.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976

COSTA, Vanda Ribeiro. *Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30*. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Anpocs: Cortez, 1985.

D'Araújo, Maria Celina. *Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas*. In: [HTTP://www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: do Império à República, vol.7, História geral da civilização brasileira, São Paulo, Difusão Européia Livros, 1972, pp.314-16.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Profissão Militar, Estado e Democracia: Uma Discussão Conceitual*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, 2003.
- *O sistema da guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Antropologia/USP, 2001.
- *Meia-volta volver*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997a.
- "A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No 34, São Paulo, Anpocs, 1997b.
- LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Democracia e Ensino Militar*. São Paulo, Cortêz, 1998. Coleção Questões da Nossa Época; v.66).
- McCANN JR, Frank D. Origins of the "New Professionalism" of the Brazilian Military. IN: *The Politics of Art Politics: The military in Latin America*. USA, Schdarly-resources, 1997.
-Soldados da pátria. História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo,Cia das Letras, 2007.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: nota para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002, SCIELO.
- MASLAND, John Wesley; RADWAY, Laurence. *Soldiers and Scholar :Military Education and Nacional Policy*. Princeton University Press, 1957.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. Sujos, Barbudos e Fatigados. Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo:Grua, 2010.
- MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento de militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso et alli. *Nova História Militar*.Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.111-136.
- MIYAMOTO, Shiguenoli . "O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?". São Paulo em Perspectiva,128 p., São Paulo, SEADE, vol. 16, nº 1, janeiro/março de 2002, p. 54-62. ISSN 0102-8839.. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 54-62, 2002.
- MOTTA, Aricides de Moraes (coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário de a sua história*. Rio de Janeiro:Biblioteca do Exército Editora, 2003, T.3.
- OLIVERIA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: A Criação do Ministério da Defesa no Governo FHC*. Barueri, SP, Editora Manole, 2005.
- PARUCKER, Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: movimento político dos subalternos militare no Brasil (1961-64) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- SADEK, Maria Tereza (org.). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Fundação Ford / Ed. Sumaré, 2003.
- SAN TIAGO DANTAS. *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.
- SANTA ROSA, Virgílio. *O que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- Sodré, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965

SORJ, Josias & ALMEIDA, Maria Ermínia Tavares (Orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-64*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus (990-1992)*. São Paulo: Edusp, 1996.

VAZ, Uelinton José Montezano. *A formação do oficial e do sargento para o próximo século*. Rio de Janeiro: ECEME, 1999.

VILLA, Marco Antonio. *1932: Imagens de uma revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

..... *Jango: Um Perfil*. São Paulo: Globo, 2003.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WILLIAMS, Kenneth R. O Sargento como exemplo moral. *Revista Military Review*, jan-fev.2010, p.49-57.

.....

Sites e meios eletrônicos consultados:

www.esa.ensino.eb.br

www.exercito.gov.br

www.segurancaedefesa.com

www.resenet.com.br